

JOANA DE QUADROS RIBEIRO

**“A LÍNGUA É UM TRAJE COBERTO DE REMENDOS FEITOS DE SEU PRÓPRIO
TECIDO”:** UMA REFLEXÃO SOBRE OS NEOLOGISMOS A PARTIR DA TEORIA
SAUSSURIANA

PORTO ALEGRE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DA LINGUAGEM
ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

**“A LÍNGUA É UM TRAJE COBERTO DE REMENDOS FEITOS DE SEU PRÓPRIO
TECIDO”:** UMA REFLEXÃO SOBRE OS NEOLOGISMOS A PARTIR DA TEORIA
SAUSSURIANA

JOANA DE QUADROS RIBEIRO

ORIENTADORA: PROFA DRA LUIZA ELY MILANO

Dissertação de Mestrado em Análises textuais, discursivas e enunciativas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Joana de Quadros

"A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido": uma reflexão sobre os neologismos a partir da teoria saussuriana / Joana de Quadros Ribeiro. -- 2019.

129 f.

Orientadora: Luiza Ely Milano.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. analogia. 2. arbitrário. 3. neologia. 4. signo linguístico. 5. valor. I. Milano, Luiza Ely, orient. II. Título.

Joana de Quadros Ribeiro

“A LÍNGUA É UM TRAJE COBERTO DE REMENDOS FEITOS DE SEU PRÓPRIO
TECIDO”: UMA REFLEXÃO SOBRE OS NEOLOGISMOS A PARTIR DA TEORIA
SAUSSURIANA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2019

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Carmem Luci da Costa Silva
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy
Escola de Humanidades
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof^a. Dr^a. Patrícia da Silva Valério
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade de Passo Fundo (UPF)

Dedico este trabalho a todos que se encantam pela magia das esquisitices da língua e por ela se deixam levar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Luiza Milano, não só pela orientação deste trabalho, mas também por ter me dado a mão e ter seguido comigo até o fim, fazendo as cobranças necessárias, mas sempre oferecendo todo o suporte para que essa trajetória fosse o menos dolorosa e angustiante possível. Luiza, já te disse isso e sempre repetirei: és um grande exemplo para mim! O mestrado só foi lindo pois estavas ao meu lado!

Ao meu irmão, Rui, pela parceria nesse período. Te agradeço pelos conselhos e por todas as vezes que me disseste que não seria fácil, mas que tomando as decisões corretas eu conseguiria chegar ao final. Segui todos os teus conselhos e consegui! Dedico este trabalho a ti, meu irmão.

Aos meus pais por tudo, mas principalmente pela paciência e apoio incondicional. Agradeço a vocês por sempre terem confiado em mim, até mesmo nos momentos em que eu acreditava que não seria possível. Eu não chegaria aqui sem vocês ao meu lado.

Ao Enrique, agradeço por (mais) esses dois anos de compreensão, por estares ao meu lado nos momentos felizes e também por entenderes minhas angústias e meus medos. És meu companheiro de vida!

À Chinoca que, infelizmente, não conseguiu me ver chegar até aqui. A ti, minha vida, eu agradeço toda a força, toda a coragem que me deste. Aprendi tanto contigo nos quase nove anos que estivemos juntas. Pouco antes de partires te fiz algumas promessas, e hoje estou cumprindo uma delas. Meu coração é só saudade de ti, da tua alegria e da pureza do teu coração.

À Cati, pela amizade de sempre, pela presença (ainda que estejamos geograficamente separadas) sempre constante em minha vida, pelo carinho e por todas as palavras de encorajamento. É uma alegria poder contar contigo em mais uma etapa tão importante, minha pequena grande amiga. Estás em meu coração.

Aos colegas do grupo de pesquisa, por toda a luz nos períodos de escuridão. As discussões nas nossas reuniões foram de suma importância para a elaboração desse trabalho e, sem dúvidas, há um pouquinho de cada um de vocês aqui.

Por fim, agradeço a todos que cruzaram meu caminho (na academia e fora também) nesses dois últimos anos. Cada conversa, cada aula, cada momento contribuiu, de uma forma ou de outra, para que eu me constituísse como pesquisadora.

RESUMO

Dentre as estranhezas das línguas, o fenômeno neológico é um fato de linguagem merecedor de atenção. É notório que os neologismos constituem um interessante objeto de estudo ao se considerar que as formas diferentes do sistema linguístico, muitas vezes, são consideradas acidentais. Logo, estudar os *acidentes da língua* deveria ser uma preocupação dos linguistas e de todos que se interessam pelos fenômenos languageiros. A respeito dos novos componentes da *langue*, deve-se ter em mente que os membros de uma determinada comunidade linguística partilham os signos do sistema. No entanto, novas formas surgem a todo instante e no decorrer da história das línguas. Nesse sentido, este trabalho se propõe a estudar como os neologismos surgem na *langue* e nela fazem sentido, considerando que são formas com as quais os indivíduos não estão tão familiarizados. Partindo dos conceitos de valor linguístico, arbitrário (absoluto e relativo) e analogia, o presente trabalho busca respaldo na teoria do linguista genebrino Ferdinand de Saussure para estudar os neologismos e compreender como tais formas se encontram e operam no sistema linguístico. O valor linguístico nos mostra como as formas da *langue* ocupam sua posição, como é determinada a relevância de cada signo dentro do conjunto sistêmico no qual se encontra inserido. Já o conceito de arbitrário auxilia a compreensão de como as porções de materialidade e sentido dos signos se encontram vinculadas, pois, ao dizer que não há nada que determine que certo significante deva ser relacionado a certo significado, se depreende que não há empecilho para a criação de um novo signo. Por fim, o conceito de analogia auxilia na reflexão sobre a neologia uma vez que se compreenda que a *langue* se encontra, constantemente, em processos analógicos, pois seus usuários partem de modelos pré-existentes do sistema para a formação de novos signos. A partir disso, é plausível dizer que a neologia pode ser encarada como resultado do fenômeno analógico, acrescido de doses de criatividade do sujeito falante ou, como aparece neste estudo, do *artesão de nomes*, além do prévio conhecimento linguístico desse usuário. Dessa forma, conclui-se que o fenômeno neológico é sustentado pela própria *langue*, que pressupõe a atividade da *parole* para manter o sistema linguístico constantemente atualizado. A célebre frase “A língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido”, presente no *Curso de Linguística Geral*, aponta para a possível solução do questionamento deste trabalho: a *langue* comporta as formas nela existentes e também os mecanismos e elementos que possibilitam a formação de novos signos pelo sujeito falante.

Palavras-chave: analogia; arbitrário; neologia; signo linguístico; valor.

RÉSUMÉ

Parmi les étrangetés des langues, le phénomène néologique est un fait de langage digne d'attention. Il est notoire que les néologismes constituent un objet d'étude intéressant quand on considère que les formes différentes du système linguistique sont souvent considérées comme accidentelles. Par conséquent, l'étude des *accidents de la langue* devrait être une préoccupation des linguistes et de tous ceux qui s'intéressent aux phénomènes langagiers. À propos des nouvelles composantes de la *langue*, on doit garder à l'esprit que les membres d'une communauté linguistique donnée partagent les signes du système. Cependant, de nouvelles formes apparaissent à tout moment et au cours de l'histoire des langues. En ce sens, ce travail se propose d'étudier comment les néologismes apparaissent dans la *langue* et y ont un sens, étant donné qu'ils sont des formes avec lesquelles les individus ne sont pas si familiers. Basé sur les concepts de valeur linguistique, d'arbitraire (absolu et relatif) et d'analogie, ce travail cherche à s'appuyer sur la théorie du linguiste genevois Ferdinand de Saussure pour étudier les néologismes et pour comprendre comment ces formes se rencontrent et fonctionnent dans le système linguistique. La valeur linguistique nous montre comment les formes de la *langue* occupent leur position et comment est déterminée la pertinence de chaque signe dans l'ensemble systémique dans lequel il est inséré. Le concept d'arbitraire, à son tour, aide à comprendre comment sont liés les parties de matérialité et le sens des signes, car, en affirmant qu'il n'y a rien qui détermine qu'un certain signifiant doit être lié à un certain signifié, il s'ensuit qu'il n'y a pas d'obstacle à la création d'un nouveau signe. Enfin, le concept d'analogie aide à la réflexion sur la néologie, une fois que l'on comprend que la *langue* est constamment en processus analogiques, car ses utilisateurs partent de modèles préexistants du système pour la formation de nouveaux signes. À partir de là, il est plausible de dire que la néologie peut être vue comme le résultat du phénomène analogique, accru des doses de créativité du sujet parlant – ou, comme il apparaît dans cette étude, de l'*artisan des noms* –, outre la connaissance linguistique antérieure de cet utilisateur. De cette manière, on conclut que le phénomène néologique est soutenu par la *langue* elle-même, qui présuppose l'activité de la *parole* pour maintenir le système linguistique constamment actualisé. La phrase célèbre « La langue est une robe couverte de rapiécages faits avec sa propre étoffe », présente dans le *Cours de linguistique générale*, indique la possible solution au questionnement de ce travail : la *langue* contient ses formes et contient aussi les mécanismes et les éléments qui rendent possible la formation de nouveaux signes par le sujet parlant.

Mots-clés: analogie; arbitraire; néologie; signe linguistique; valeur.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O fato linguístico composto pelos planos das ideias e dos sons	31
Figura 2 – A <i>langue</i> como sistema de valores	32
Figura 3 - Cálculo da quarta proporcional	52
Figura 4 - Formas envolvidas no processo analógico	53
Figura 5 - Circuito da <i>parole</i>	92
Figura 6 - Sistema de valores de uma língua antes da introdução de um neologismo ...	111
Figura 7 - Sistema de valores de uma língua após a introdução de um neologismo	111
Figura 8 - Sistema de valores de uma língua após a inserção de um neologismo: interpretação ilusória	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para referência das fontes.....	25
---	-----------

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
PREÂMBULO	16
1 O VALOR, O ARBITRÁRIO E A ANALOGIA NA TEORIA SAUSSURIANA	27
1.1 EM BUSCA DA NOÇÃO DE VALOR E DE ARBITRÁRIO A PARTIR DO <i>CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL</i>	28
1.1.1 O valor linguístico	31
1.1.2 O arbitrário e sua importância para a compreensão da noção de valor	37
1.1.2.1 O arbitrário absoluto e o arbitrário relativo	40
1.2 COMO OS CONCEITOS DE VALOR E ARBITRÁRIO INFLUENCIAM NO ESTUDO DOS NEOLOGISMOS	43
1.3 A ANALOGIA	49
1.3.1 O fenômeno analógico na teoria saussuriana	49
1.3.2 A importância do processo analógico na história e na evolução da(s) língua(s)	57
2 O FENÔMENO NEOLÓGICO	63
2.1 NEOLOGIA: FENÔMENO DE CRIAÇÃO LEXICAL	65
2.1.1 Neologia: conceito e classificação	66
2.2 PROCESSOS DE FORMAÇÃO NEOLÓGICA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO	69
2.2.1 Neologismos fonológicos	70
2.2.2 Neologismos sintáticos	72
2.2.3 Neologismos semânticos	72
2.2.4 Neologismos por empréstimo	73
2.2.5 Neologismos por conversão	73
2.2.6 Outros processos de formação neológica	74
2.3 O CARÁTER NEOLÓGICO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA LINGUÍSTICO	75
3 OS ACIDENTES NEOLÓGICOS À LUZ DA TEORIA SAUSSURIANA	83
3.1 <i>LANGUE</i> E <i>PAROLE</i> NA REFLEXÃO ACERCA DO FENÔMENO NEOLÓGICO	84
3.1.1 Por uma concepção de <i>langue</i> que comporte as formações neológicas	85
3.1.2 Os acidentes linguísticos e o artesão de nomes	90
3.1.2.1 O lugar da <i>parole</i> nos textos saussurianos	91

3.2	VALOR, ARBITRÁRIO E ANALOGIA NO CONTEXTO DOS <i>ACIDENTES</i> NEOLÓGICOS	99
3.2.1	Da concepção de neologismo à sua inserção no sistema linguístico	100
3.2.2	Valor e arbitrário: repercussões sobre os <i>acidentes</i> neológicos	103
3.2.3	Recontextualizando valores dos <i>acidentes</i> neológicos: deslocamentos teóricos ..	107
3.3	OS <i>ACIDENTES</i> NEOLÓGICOS A PARTIR DO LEGADO SAUSSURIANO: ENCAMINHAMENTOS	112
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Se o termo “esquisito” serviu para desqualificar algo em algum ponto da história, já não lembro mais. Esquisito, para mim, tem um sentido totalmente diferente do que estamos habitualmente acostumados a ver desde que resolvi me entregar à paixão por tudo aquilo que é considerado diferente na língua.

Essa história tem início ainda na graduação, por volta de 2016, quando resolvi estudar a fala das crianças. O projeto de pesquisa encabeçado pela professora Carmem Luci da Costa Silva (a quem agradeço imensamente por ter me apresentado à pesquisa acadêmica e por ter me dado a mão nesse período inicial que é tão magnífico, mas também tão assustador e cheio de regras) era bastante amplo e me possibilitou estudar aspectos que diferenciavam a fala das crianças das ditas “falas normais”; um jeito diferente de “usar” as formas pronominais, um jeito diferente de se referir como “eu” e até mesmo a maneira como a criança colocava o outro em seu discurso. Tudo era um objeto de pesquisa atrativo e cativante que me fez, desde o início, ficar apaixonada pela linguagem desses seres tão pequenos e tão incríveis (não só linguisticamente, mas especialmente por isso). Essa curiosidade, essa vontade de entender como se dava o funcionamento dessas falas me levou a outros questionamentos, me levou a interrogações voltadas ao campo da clínica de linguagem e, foi dessa maneira, que no ano seguinte, com o deslocamento de minha questão inicial, acabei endereçando um pedido de orientação para meu trabalho de conclusão de curso (doravante TCC) à professora Luiza Milano, que acolheu minha “nova inquietação” e me ajudou nessa empreitada maravilhosa. Além disso, a Luiza embarcou comigo nessa viagem incrível que é o mestrado e, por isso, sou extremamente grata a ela pela parceria e jamais cansarei de exaltar a sua importância nessa estrada tão bonita e, ao mesmo tempo, tão complexa e cheia de curvas.

O TCC foi um passo muito importante na minha trajetória acadêmica (se não o mais importante). A reflexão promovida nele visava compreender a singularidade da linguagem em falas sintomáticas ou em falas “ditas” sintomáticas. No decorrer da escrita, muitas das minhas certezas (ou seriam hipóteses?) caíram por terra e me fizeram repensar muito sobre o que eu imaginava que seria estudar essas falas diferenciadas (diferenciadas com base no quê? Quem determina o que é diferente e o que é “normal”?). Fato é que o TCC foi um marco na minha história como pesquisadora: foi a partir dele que comecei a me sentir preparada para formular minhas próprias questões e até mesmo a desmanchar hipóteses que até então pareciam muito sólidas. Desmanchar o próprio castelo também faz parte dessa história, da minha história. E

foi um feito deveras importante no meu percurso acadêmico.

Ingressei no mestrado com pouquíssimas certezas. Aliás, eu só tinha uma certeza: gostaria de continuar pesquisando o esquisito, aquilo que desvia, aquilo que atrai, pois é diferente do “normal” (ou daquilo que achamos que é “normal”). De forma bastante sutil, o objeto deste trabalho foi sendo delineado aos poucos, com pequenas interrogações e algumas curiosidades. O primeiro marco (o marco oficial do início dessa pesquisa) aconteceu pela história da Alice, de Lewis Carroll. Apaixonada que sou pela história dessa criança tão perspicaz, tão astuta, deparei-me com um fato bastante curioso: ao fazer referência aos dias do ano que não são considerados o dia do aniversário do indivíduo, encontramos na história o termo “desaniversário”. A adaptação da Disney também mantém esse signo (embora tenhamos algumas diferenças no que diz respeito ao personagem que fala do “desaniversário” e ao contexto no qual tal termo aparece) e isso levou a uma primeira conversa/orientação sobre o trabalho: buscar as esquisitices da língua nas mais diversas fontes (cinema, literatura, teatro e etc). Assim nasceu o objetivo deste trabalho, um pouco bruto ainda, e que seria lapidado mais tarde.

Com o passar dos meses fui percebendo que, na verdade, o que realmente me chamava atenção nesses fatos esquisitos era a aparição de neologismos. Esses signos tão diferentes, mas, ao mesmo tempo, tão úteis e interessantes chamaram minha atenção e viraram, enfim, o objeto de estudo dessa dissertação. Assim, partindo da seguinte interrogação: “como os neologismos estão na língua e nela fazem sentido?” é que este trabalho nasceu; fruto de uma paixão mesclada com uma inquietação que me possibilitou refletir, a partir da teoria saussuriana, sobre a existência dos neologismos na língua.

Sendo assim, este trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

- a) No primeiro capítulo discorremos acerca dos principais conceitos saussurianos que alicerçaram este estudo. Iniciamos a discussão sobre o valor linguístico, partindo para a questão do arbitrário (relativo e absoluto), para chegarmos à analogia, a noção que possibilita a formação neológica. Nesse capítulo, utilizamos principalmente fontes saussurianas (o próprio *Curso de Linguística Geral*, manuscritos).
- b) No segundo capítulo expomos as principais ideias relacionadas à neologia apresentadas por autores dos campos da lexicologia e da morfologia. Nesse capítulo, mostramos uma das possíveis classificações dos neologismos e visamos a compreensão do tema pelo ponto de vista dos estudiosos de referência no campo.
- c) No terceiro e último capítulo realizamos uma síntese de conceitos já estudados nos capítulos anteriores; retomamos a noção de *langue* e *parole*, tendo em vista que os

neologismos irrompem na *parole*. Depois retomamos os conceitos abordados no primeiro capítulo, relacionando-os à neologia e, por fim, introduzimos na reflexão a nossa ideia do que vem a ser o fenômeno neológico e suas implicações na *parole* (tanto o que permite que ele esteja no sistema linguístico e signifique quanto as interrogações que tal estudo suscitou no processo da escrita deste trabalho). Nesse capítulo utilizamos, além das fontes saussurianas já apresentadas no capítulo um, textos de autores pós-saussurianos a fim de tornar mais sólida e contemporânea nossa reflexão.

Uma vez que tenhamos apresentado, brevemente, a organização deste trabalho, passaremos à explicação das fontes utilizadas aqui, bem como sobre a forma como estamos lidando com os textos manuscritos.

PREÂMBULO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a existência dos neologismos na língua e como eles fazem sentido nela, tendo em vista que são formas, no mínimo, bastante curiosas; maneiras peculiares do dizer. Para tanto, partimos da teoria saussuriana, buscando no arcabouço teórico do linguista genebrino subsídios para a composição deste estudo. No entanto, vale ressaltar um dos nossos principais objetivos com este texto: estabelecer diálogo com o leitor. Nosso propósito é, sim, fazer uma reflexão sobre conceitos saussurianos, buscar formas de operar os deslocamentos necessários para dar conta do nosso objeto, mas mais importante do que isso é conseguir realizar tal empreitada deixando o texto fluido e possibilitando ao nosso leitor uma leitura relativamente “leve” de textos que nem sempre são encarados dessa forma. Esperamos, sinceramente, conseguir alcançar tal objetivo, e essa é a função principal deste preâmbulo.

Conforme dito, este trabalho pretende analisar o fenômeno do surgimento de neologismos na língua, buscando entender sua criação e inserção no sistema. Sendo assim, pretendemos dialogar com os mais diferentes interlocutores: especialistas em Saussure, em neologismos, pessoas interessadas em verificar as criações neológicas nas mais variadas fontes, como a literatura, a clínica, a vida cotidiana, entre outras. Entretanto, temos consciência do grande problema que temos em mãos: como lidar com o conjunto de fontes acerca do principal alicerce deste trabalho – Ferdinand de Saussure? O legado do mestre genebrino é, além de vasto, deveras heterogêneo. Para o leitor especialista em linguística saussuriana, o detalhamento da fonte é fundamental em função de sua natureza. Afinal de contas, há fontes publicadas (ainda em vida) pelo próprio Saussure (sua dissertação, intitulada *Memoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, de 1878, e sua tese, intitulada *De l'emploi du génitif absolu em sanscrit*, escrita em 1880 e publicada em 1881); há muitas fontes autográficas manuscritas, como preparação de aulas e anotações breves; há manuscritos de pequena circulação e ainda pouco explorados (como *Phonétique*, publicado em 1995, e *Théorie des sonantes*, publicado em 2002, ambos com edição de Maria Pia Marchese); há publicações sobre os anagramas (*Les mots sous les mots: les anagrammes de Ferdinand de Saussure*, publicado por Jean Starobinski em 1971, e *Anagrammes homériques*, publicado por Pierre-Yves Testenoire em 2013); há também os cadernos dos alunos (como a edição dos cadernos de Constantin em 1993, editada em francês por Eisuke Komatsu e em inglês por Roy Harris, e republicado sob edição de Daniele Gambarara no

Cahiers Ferdinand Saussure 58, em 2005); a conhecida publicação póstuma, o *Curso de Linguística Geral*, de 1916, e também as edições críticas dessa obra (propostas por Robert Godel, em 1957, Rudolf Engler, entre 1967-1968, e Tullio de Mauro, em 1967). Também contamos com a edição dos manuscritos descobertos mais recentemente (*Escritos de Linguística Geral*, editado e publicado por Simon Bouquet e Rudolf Engler em 2002, e *Science du langage – de la double essence du langage*, editado e publicado por René Amacker em 2011); com os *Cahiers Ferdinand de Saussure*, importante publicação do *Cercle Ferdinand e Saussure*; com as cartas pessoais e profissionais de Saussure (publicadas por Claudia Mejía Quijano, em 2008). Além das fontes “físicas”, também podemos falar da fonte virtual: o site do *Cercle Ferdinand de Saussure*¹. Ademais, existe uma grande quantidade de manuscritos ainda não explorados, guardados na Biblioteca Pública Universitária, em Genebra (acervo BPU).

De acordo com o que dissemos no primeiro parágrafo deste preâmbulo, esperamos ter elaborado o estudo que segue de forma que o leitor consiga empreender com relativa fluidez a leitura do material citado na presente dissertação. No entanto, caso haja um interesse específico nas fontes por nós mobilizadas e em determinados conceitos saussurianos utilizados, os esclarecimentos que serão em seguida apresentados podem vir a ser úteis.

Sobre o *corpus saussuriano*

Partimos da reflexão elaborada por Fiorin, Flores e Barbisan (2013) para nomear o conjunto de obras utilizado neste trabalho. Segundo os autores, em se tratando do arcabouço teórico saussuriano, podemos utilizar duas expressões: a primeira é a de *corpus saussuriano* e a segunda é a de *corpus de pesquisa*. Entende-se por *corpus saussuriano* o conjunto de textos do mestre genebrino ou a ele atribuídos e, por *corpus de pesquisa*, entende-se que são os textos selecionados por determinado pesquisador, de acordo com os objetivos de seu trabalho. Atestamos tais definições na seguinte passagem: “[d]o *corpus saussuriano* - entendido como um conjunto de documentos formado por fontes de natureza heterogênea - recorta-se, com base em objetivos próprios, um *corpus de pesquisa* em função dos objetivos que se tem” (FIORIN, FLORES e BARBISAN, 2013, p. 13, grifos no original).

¹ <http://www.cerclefdsaussure.org/>

Assim, tendo em vista a vastidão de fontes do corpus saussuriano, especificaremos, a partir de agora, cada um dos textos apresentados anteriormente, a fim de auxiliar nosso leitor na compreensão da forma como tais fontes serão apresentadas no decorrer do nosso estudo.

Das fontes do *corpus saussuriano* e do nosso *corpus de pesquisa*

Iniciaremos, a partir deste momento, uma breve listagem das fontes saussurianas (tanto daquelas utilizadas no percurso deste trabalho quanto das que não foram por nós diretamente mencionadas, mas que fizeram parte de nossa trajetória de leitura) a fim de aclarar a natureza delas, suas edições (se possuem ou não tradução para o português), além dos critérios para citação que aqui utilizamos. Organizamos as obras em ordem cronológica por data da 1ª publicação.

Memoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes (1878) e *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit* (1880)

O *Memoire* é o trabalho realizado por Saussure durante seu mestrado na Universidade de Leipzig, na Alemanha. Escrito e publicado em 1878, o texto só foi distribuído no ano seguinte. Nele, Saussure elabora um extenso estudo sobre o sistema de vogais das línguas indo-europeias. Apenas dois anos depois, em 1880, o linguista suíço publica sua tese, intitulada *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit*, trabalho este realizado também na Universidade de Leipzig e publicado em 1881.

Da análise do sistema de vogais em línguas indo-europeias ao emprego do genitivo em sânscrito observamos um Saussure completamente entregue às questões comparatistas. Grande conhecedor dos mais diversos idiomas, o mestre genebrino demonstra nesses dois estudos o início de uma preocupação que aparecerá mais claramente em seus cursos, como a questão relacional entre elementos de uma língua e a teoria do valor.

Atualmente, esses materiais podem ser encontrados em sua língua de origem (francês).

Cours de Linguistique Générale (1916)

O mais “canônico” dos textos saussurianos, o *Cours de linguistique générale* é uma obra póstuma, publicada em 1916 (três anos após a morte de Ferdinand de Saussure) e internacionalmente reconhecida como o principal texto do linguista genebrino. Organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye e com a colaboração de Albert Riedlinger, o *Cours* é um compilado das lições dos três cursos ministrados por Saussure entre 1907 e 1911², na Universidade de Genebra.

Alvo de críticas, o texto do *Curso* reúne anotações dos alunos dos três cursos e foi organizado de modo a completar as inúmeras lacunas já conhecidas do mestre suíço, passando, para alguns críticos, uma imagem de que o *Cours* não é uma obra “originalmente” saussuriana por contar com inúmeras inserções dos editores. O texto foi publicado em 1916 pela editora Payot, de Paris, mas somente em 1970 a obra mais conhecida do linguista de Genebra foi traduzida para o português (com o nome de *Curso de linguística geral*) em uma edição da editora Cultrix, com tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. Atualmente, a edição mais recente do curso é de 2012 (edição nº 28). A obra conta com tradução para mais de vinte idiomas.

Cahiers Ferdinand de Saussure (1941 - ...)

O *Cahiers Ferdinand de Saussure* é uma publicação do *Cercle Ferdinand de Saussure* que data de 1941 até os dias de hoje e tem como objetivo a divulgação dos trabalhos dos membros do *Cercle* e demais pesquisadores da herança do mestre genebrino. Conforme vemos no início do primeiro *Cahier*, em 1941 se comemorava os cinquenta anos de criação da cátedra de história e comparação das línguas indo-europeias e do sânscrito, na Universidade de Genebra, e o 25º aniversário de publicação do *Cours*.

Trata-se de uma significativa fonte de consulta, visto que há inúmeros artigos de reconhecidos pesquisadores do campo que apresentam fontes originais (anotações autográficas de Saussure ou de seus alunos) e as analisam detalhadamente, além de importantes artigos contendo (re)leituras do legado saussuriano e da linguística em geral.

Atualmente, o *Cercle* está recebendo artigos para a publicação de sua 72ª edição.

² O primeiro curso ocorreu de 16 de janeiro a 3 de julho de 1907; o segundo curso ocorreu da primeira semana de novembro de 1908 a 24 de julho de 1909; e, por fim, o terceiro curso foi de 28 de outubro de 1910 a 4 de julho de 1911. Em 1913, Saussure falece.

Também é válido mencionar que os *Cahiers* de 1 a 60 estão disponíveis no site do *Cercle*³ para consulta online e/ou *download*.

Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure – Robert Godel
(1957)

Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure é a obra que inaugura os estudos filológicos acerca do legado saussuriano e serve de inspiração para trabalhos posteriores relacionados ao mestre genebrino. Nesse precioso documento, Robert Godel reúne manuscritos de alunos que participaram dos cursos de Saussure e os organiza, fazendo uma compilação do que serviu de fonte de consulta para a edição do *Curso* de Bally e Sechehaye. A partir desse volume, outro importante trabalho é apresentado a seguir: a edição crítica de Engler. Portanto, podemos considerar a obra de Godel como a fonte primeira dos cadernos dos estudantes dos cursos de Saussure e, também, como fonte de inspiração para os inúmeros estudos filológicos sobre manuscritos saussurianos que até hoje são empreendidos.

O texto é encontrado, atualmente, em sua língua original (francês) sem tradução para o português. A primeira edição foi publicada em 1957 pela editora Droz. Em 1969, foi publicada a segunda edição do texto (a mais recente, encontrada atualmente).

Cours de Linguistique Générale – edição crítica de Rudolf Engler (1967-1968)

Inspirado pela publicação de Robert Godel, Rudolf Engler publica, entre 1967 e 1968, uma complexa edição do *Curso* dividida em seis colunas, dispostas da seguinte forma: na primeira coluna se encontra o texto do CLG, tal qual sua publicação em 1916 e com as alterações que aconteceram na segunda edição (1922) e também na terceira (1931); da segunda à quinta coluna, temos as anotações dos alunos dos cursos (a quinta coluna contém as anotações de Émile Contantin, considerado um dos cadernos mais completos dos cursos de Saussure e divulgado apenas em 1958); e a sexta coluna contém notas autográficas de Saussure.

Em relação à edição, atualmente, é encontrada a edição publicada em 1989 pela editora Wiesbaden, em francês (não há tradução para o português).

³ <http://www.cerclefdsaussure.org/index.php/les-cahiers-ferdinand-de-saussure/numero-de-1-a-60>

Cours de Linguistique Générale – edição crítica com notas de Tullio de Mauro (1967)

Contemporaneamente à publicação da edição crítica de Engler, Tullio de Mauro lança a sua versão crítica do *Curso*. Diferentemente dos materiais até então publicados, essa edição conta com 305 notas elaboradas pelo próprio De Mauro (com análises bastante minuciosas do conteúdo), além, é claro, do texto do *Curso*. Ademais, encontramos também uma extensa síntese da vida e obra de Saussure.

O texto foi publicado, originalmente, em 1967 pela editora Laterza, em italiano. Em 1972, a introdução, os comentários e as notas de De Mauro passaram a integrar a edição francesa do CLG; além disso, a excelente *Introdução* dessa edição crítica de De Mauro recentemente foi traduzida para o português⁴.

Les mots sous les mots: les anagrammes de Ferdinand de Saussure (1971)

Les mots sous les mots: les anagrammes de Ferdinand de Saussure, publicado por Jean Starobinski em 1971, tem como objetivo realizar análise das combinações fônicas responsáveis pela constituição dos anagramas, inspirada nas obras de poetas gregos e latinos. Permeado de manuscritos saussurianos, é um dos poucos textos traduzidos para o português (além dele e do *Curso* só teremos os *Escritos de linguística geral*, em 2004).

O texto, publicado originalmente em francês, pode ser encontrado em português, em edição de 1974 pela editora Perspectiva, com tradução de Carlos Vogt.

Phonétique (1883–1884; publicado pela primeira vez em 1994–1995)

Escrito entre 1883–1884, o manuscrito *Phonétique* pertence ao acervo da Biblioteca de Harvard e compõe uma parte do conjunto de sete envelopes com anotações de Saussure. Esse material foi divulgado pela primeira vez por Herman Parret⁵ em 1994 (somente alguns trechos) e, em 1995, Maria Pia Marchese edita e publica o manuscrito de forma integral.

Considerado um material bastante distinto das demais obras saussurianas, *Phonétique* apresenta ao leitor um Saussure bastante preocupado e tocado pelas questões relacionadas ao

⁴ Tradução de Amanda Eloina Scherer e Maria Iraci Sousa Costa, disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36595/19845>

⁵ Segundo Stawinski e Milano (2017), é necessário destacar que, antes da publicação de Parret, Jakobson e Davis foram os primeiros linguistas a abordar a relevância do manuscrito *Phonétique*.

aspecto fônico da língua. Encontramos o manuscrito em sua língua original (francês). A edição de Marchese (1995) inclui uma detalhada introdução elaborada pela pesquisadora (em italiano).

Écrits de Linguistique Générale (2002)

Compilado de manuscritos encontrados em 1996, o *Écrits* surge com a promessa de ser um texto realmente “fiel” ao pensamento saussuriano. Editado e publicado por Simon Bouquet e Rudolf Engler, apresenta introdução/texto inicial dos editores que fazem uma crítica ferrenha ao *Curso* (e seus editores); seu principal ponto é a quantidade de inserções realizadas no CLG, modificações essas que “deturpariam o verdadeiro Saussure”. Com essa pretensa premissa “salvadora” das ideias do mestre genebrino, o *Écrits* se mostra igualmente adaptado, com diversos acréscimos, como os títulos que no original não existiam e passam a constar na obra, além é claro das “limpezas” de rasuras do mestre genebrino, da mudança na ordem de apresentação do material e das diversas alterações realizadas no texto (acredita-se que se trata de uma tentativa de organização do pensamento “caótico” de Saussure).

Além do manuscrito *Sobre a essência dupla da linguagem*, encontrado em 1996, o *Écrits* contém outros textos divididos em grandes blocos, como o segundo bloco, intitulado Item e Aforismos, que contém o Novos item (Acervo BPU 1996), Antigos item (edição Engler 1968 - 1974) e Aforismos (edição Engler 1968 – 1974). O terceiro bloco de textos é intitulado Outros Escritos de Linguística Geral e é constituído pelos seguintes itens: Novos documentos (Acervo BPU 1996), Antigos documentos (edição Engler 1968 – 1974)⁶, Nota sobre o discurso⁷ (Acervo BPU 1996) e Unde exoriar (Acervo BPU 1996). No quarto e último bloco, identificado como Notas Preparatórias para os Cursos de Linguística Geral, encontramos os Novos documentos (Acervo BPU 1996) e os Antigos documentos (edição Engler 1968 -1974)⁸.

Publicado em 2002 pela editora Gallimard, o texto recebeu uma tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco para o português dois anos depois, pela editora Cultrix.

⁶ Nesta parte do texto encontramos as três conferências ministradas por Saussure em Genebra, além de inúmeras *Notas para um livro sobre a linguística geral* entre outros textos.

⁷ Apesar da ideia de ineditismo transmitida pelos editores do ELG com relação à *Nota sobre o discurso*, vale lembrar que esse documento já havia sido publicado por Jean Starobinski no texto *Les mots sous les mots*, em 1971.

⁸ Nessa parte são colocadas diversas notas para os cursos ministrados por Saussure (curso I, II e III) na Universidade de Genebra.

Science du langage – de la double essence du langage – René Amacker (2011)

O manuscrito *Science du langage: de la double essence du langage*, editado e publicado por René Amacker, é uma das obras de maior destaque no âmbito filológico por ser uma edição extremamente detalhada/pormenorizada do manuscrito. Com descrições bastante minuciosas do material como um todo (ao longo do texto encontramos inúmeras notas e explicações a respeito de inserções, rasuras, sobrescritos, disposição do texto na folha original entre outros detalhes que atestam o rigor filológico da edição), Amacker apresenta ao leitor uma importante publicação do corpus saussuriano.

O texto é relativamente recente; sua edição, de 2011, foi publicada pela editora Droz e, como muitos dos textos aqui abordados, não possui uma tradução para o português⁹.

Critérios para citação das fontes saussurianas

Dado que estamos lidando com diversas fontes do *corpus saussuriano*, optamos por demonstrar, no quadro que segue, a forma como estamos trabalhando com as fontes do nosso *corpus de pesquisa* e como elas têm sido utilizadas/referidas por nosso grupo de pesquisa¹⁰.

Fonte	Abreviaturas/siglas no texto	Observação(ões): notação utilizada para referenciar o texto
Curso de linguística geral SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Organização por Charles Bally e Albert Sechehaye; colaboração de Albert	<i>Curso</i> ; CLG	SAUSSURE, ano da edição utilizada no estudo, número da página. Exemplo: SAUSSURE, 2012, p. 164.

⁹ Ao comparar as duas edições do manuscrito *De la double essence du langage*, o leitor percebe muitas diferenças. Se a tradução em português ganha com a inclusão das *Conferências* e dos Antigos Documentos na edição de Bouquet e Engler, o tratamento dado ao manuscrito da *De la double essence du langage* por Amacker (na edição em francês de 2011) é de uma riqueza de detalhes que são fundamentais ao pesquisador já iniciado.

¹⁰ Trata-se do grupo de pesquisa “O rastro do som em Saussure: sobre o aspecto fônico da língua” (no qual esse trabalho está inserido), coordenado pela Profa. Dra. Luiza Milano, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 2013.

Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.		
Escritos de linguística geral SAUSSURE, Ferdinand de. Escritos de linguística geral . Organização e edição por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.	<i>Escritos</i> ; ELG	SAUSSURE, ano da edição utilizada no estudo, número da página. Exemplo: SAUSSURE, 2004, p. 73.
Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure GODEL, Robert. Les Sources manuscrites du Cours de linguistique generale de F. de Saussure . 2e tirage. Genève: Droz, 1969.	R. Godel; Godel; <i>Les sources manuscrites du cours de linguistique générale</i> Obs.: em caso de anotação de aluno para algum dos três cursos ministrados por Saussure ou até mesmo em caso de notas do linguista genebrino, indicaremos no corpo do texto a referência da citação (por exemplo “ <i>em anotação de Dégallier para o curso...</i> ”).	GODEL, ano da edição utilizada no estudo, número da página. Exemplo: GODEL, 1969, p. 33.
Curso de linguística geral. Edição crítica de Rudolf Engler SAUSSURE, Ferdinand de. Cours de linguistique générale. Édition critique par Rudolf Engler . Wiesbaden: Harrassowitz, 1989.	Engler; Edição crítica de Rudolf Engler Obs.: em caso de anotação de aluno ou de nota de Saussure será indicado, no corpo do texto, a quem se refere a citação (por exemplo, “ <i>em anotação de Constantin..</i> ”).	SAUSSURE, ano da edição utilizada no estudo, número da página. Exemplo: SAUSSURE, 1989, p. 24.
Curso de linguística geral. Edição crítica de Tullio de Mauro SAUSSURE, Ferdinand de.	De Mauro; Edição crítica de De Mauro. Obs.: em caso de nota do próprio Tullio de Mauro,	SAUSSURE, ano da edição utilizada no estudo, número da página. Exemplo:

<p>Cours de linguistique générale. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Traduit par Louis-Jean Calvet. Paris: Payot, 1972.</p>	<p>indicaremos, no corpo do texto, que a citação se refere a uma nota do autor (por exemplo, “<i>Na nota 43, De Mauro...</i>”).</p>	<p>SAUSSURE, 1972, p. 420.</p>
<p>Science du langage. De la double essence du langage</p> <p>SAUSSURE, Ferdinand de. Science du langage. De la double essence du langage. Édition des Écrits de linguistique générale établie par René Amacker. Genève: Droz, 2011.</p>	<p>Amacker; <i>Science du langage - de la double essence du langage</i></p>	<p>SAUSSURE, ano da edição utilizada no estudo, número da página.</p> <p>Exemplo:</p> <p>SAUSSURE, 2011, p. 81.</p>

Quadro 1 - Critérios para referência das fontes

Da grafia de alguns dos conceitos saussurianos neste estudo

Muito se discute sobre a heterogeneidade de termos/noções nos textos saussurianos. É inegável que Saussure trabalhou com um número bastante considerável de conceitos durante sua vida e que nesse percurso de pesquisador procurou sempre enfatizar tais conceitos, buscando entender, explicar e torna-los mais acessíveis. No entanto, sabemos que alguns desses termos utilizados pelo mestre genebrino, hoje, recebem um tratamento não tão cuidadoso por parte dos estudiosos da língua e, por esse motivo, optamos por fazer algumas ressalvas com relação a dois conceitos saussurianos muito utilizados ao longo deste estudo. São eles: língua e fala.

Os conceitos de *língua* e *fala* são delicados e merecem nossa atenção. Optamos, neste trabalho, por utilizar os termos em francês (*langue* e *parole*) para tratar de tais conceitos saussurianos. Alvo de diversas discussões em nosso grupo de pesquisa, a grafia dos termos *língua* e *fala* tem provocado e instigado todos os membros do grupo. Temos percebido, com as leituras que temos realizado conjuntamente, com reflexões e com a elaboração dos trabalhos que, muitas vezes, as pessoas (e aqui podemos falar tanto dos estudantes que estão iniciando sua imersão em Saussure, os alunos de início de graduação e todo e qualquer jovem pesquisador) acabam confundindo a ideia que se tem de *língua* e *fala* com o que Saussure, de fato, parece apontar com estes termos. Sabemos que para o mestre genebrino, a *língua* não

está relacionada ao idioma (português, inglês, espanhol e etc.) em si (também pode ser, mas nesses casos o linguista deixa claro que está tratando das “diferentes línguas”), mas sim a um “sistema de valores”. Logo, nos parece que, ao utilizarmos o termo *langue*, estamos suscitando em nosso leitor a ideia do conceito saussuriano, evitando assim quaisquer deslizes e confusões que seu equivalente em português possa ocasionar.

Da mesma forma, percebemos que o termo *fala*, muitas vezes, apresenta uma ideia relacionada à fonação, ao processo mais mecânico de produzir sons com o aparelho fonador. Entretanto, a ideia de *fala* que Saussure parece querer transmitir ao longo de seus textos é aquela relacionada ao uso das convenções que permitem/possibilitam o uso da faculdade da linguagem pelos indivíduos de uma dada comunidade. Conforme encontramos no *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale* (GODEL, 1969), em anotação de Riedlinger para o segundo curso, “[a] *fala* é o ato do indivíduo realizando essa faculdade [a linguagem] por meio da convenção social que é a língua¹¹” (Ibidem, p. 66, grifos no original e tradução nossa). Assim, de maneira semelhante ao que aconteceu com o termo *langue*, percebemos (durante as discussões nas reuniões de pesquisa) que o uso de *parole* (no que tangencia o conceito saussuriano) parece diminuir/evitar a confusão de tratar da *fala* como fonação. Outra opção para esse problema seria a criação de uma nota de rodapé na primeira aparição dos termos, explicando a forma como eles estão sendo trabalhados/compreendidos ao longo do texto; no entanto, para o presente estudo, optamos por realizar a substituição dos termos em português pelos termos em francês, quando necessário.

Apesar de termos acordado a respeito da utilização desses termos, gostaríamos de deixar claro que não estamos criticando a tradução deles, tampouco os pesquisadores/estudiosos que utilizam tais traduções, visto que nós mesmos já optamos por essa alternativa em estudos anteriores. Estamos apenas expondo nossa opinião, dado que nos deparamos com esse impasse de confusão de ideias inúmeras vezes em nossos percursos como pesquisadores. A opção de trabalhar com *langue* e *parole* quando estivermos tratando especificamente dos conceitos em questão é nossa escolha para o presente texto (quem sabe, uma sugestão), e uma ideia de como sanar (ou amenizar) a problemática relacionada à interpretação das ideias do mestre genebrino. É importante dizer ainda que utilizamos *langue* e *parole* quando os termos são do nosso texto (inclusive nas traduções propostas por nós no decorrer do trabalho); em se tratando de traduções do francês já publicadas, optamos por manter a passagem para *língua* e *fala*.

¹¹ No original: “*La parole est l’acte de l’individu réalisant sa faculté au moyen de la convention sociale qui est la langue*” (GODEL, 1969, p. 66, grifos no original).

1 O VALOR, O ARBITRÁRIO E A ANALOGIA NA TEORIA SAUSSURIANA

Para que possamos compreender o funcionamento de um neologismo na *langue*¹², precisaremos entender, primeiramente, de que forma o sistema se (re)organiza e em quais condições isso se dará. Dessa forma, partindo do legado saussuriano (tanto dos textos já disponíveis em português quanto dos materiais manuscritos em francês), buscaremos, neste primeiro capítulo, a partir da noção de valor linguístico, de arbitrário e de analogia, uma possível explicação para a ocorrência dos neologismos de tal forma que a operação neológica (uma das responsáveis pela inovação dos idiomas) possa estar na *langue* e nela fazer sentido.

O leitor pode estar se perguntando neste momento: mas por que trabalhar com a noção de valor (e conseqüentemente do arbitrário)? O que essa noção possui para nos interessar, ou melhor, para servir ao objetivo deste estudo? Explicaremos isso brevemente agora.

O valor linguístico é um dos principais conceitos encontrados na teoria saussuriana. Tal afirmação é inegável considerando que, dentre todas as temáticas abordadas pelo *Curso de linguística geral* (doravante CLG ou *Curso*), essa é uma das primeiras a que os estudantes de língua são apresentados. Esta noção é composta pela seguinte tríade: RELAÇÃO - DIFERENÇA - OPOSIÇÃO. Compreendendo cada um desses conceitos, isoladamente e em relação uns com os outros, começamos a entender o que Saussure tentou definir como valor. O primeiro deles, a relação, diz respeito ao fato de que, em um determinado sistema linguístico, o que interessa são as relações estabelecidas entre os componentes do idioma em questão. Tais relações ocorrem entre elementos que possuem distintas características, ou seja, entre partes de um mesmo sistema que não são necessariamente iguais, que não se assemelham (aí se vê o conceito de diferença) e, por fim, cada uma das unidades distintas, em relação, encontram-se em oposição, umas para com as outras. Ser o que se é só é possível pois não se é aquilo que o outro é e, assim, o valor de cada elemento constituinte do sistema é definido (cada um deles possui o valor que lhe é atribuído por ser distinto de tudo o que os precede, tudo o que os sucede e, também, por tudo aquilo que eles poderiam ser mas não são, no eixo de associações).

¹² Conforme explicamos no preâmbulo, quando utilizarmos o termo *língua* como substantivo comum, ele aparecerá grafado em português. Quando ele aparecer em sua versão francesa (*langue*), é porque estaremos nos referindo ao conceito saussuriano de sistema.

O nosso objetivo com este estudo é verificar como se dá o funcionamento dos neologismos na *langue* e, para isso, será necessário compreender como se constitui o valor, pois o funcionamento de um signo está atrelado à capacidade que ele possui de fazer sentido no sistema em que se encontra. Ora, “fazer sentido” nada mais é que ter o seu valor definido pelos membros da comunidade na qual se encontra inserido, e é pensando nessa noção que partimos da premissa de que o funcionamento de um neologismo se dá a partir do momento em que ele passa a representar um elemento da *langue*, constituído de valor.

Posto que tenhamos explicado, em linhas gerais, o nosso objetivo com o estudo do valor linguístico e do arbitrário vamos, a seguir, analisar como a noção de valor se constitui a partir do CLG, mas, antes de verificarmos isso, faremos uma breve abordagem sobre o texto e a história do *Curso*.

1.1 EM BUSCA DA NOÇÃO DE VALOR E DE ARBITRÁRIO A PARTIR DO *CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL*

Nossa principal fonte de estudo para este trabalho será, sem dúvidas, o *Curso de linguística geral*. Será a partir dele que buscaremos, nas outras fontes saussurianas, os subsídios para constituir o arcabouço teórico deste estudo, a rede de apoio para a elaboração de nossa ideia em relação aos neologismos e seu funcionamento na *langue*. A obra, editada pelos discípulos de Saussure, Charles Bally e Albert Sechehaye, foi publicada em 1916 (com o título de *Cours de linguistique générale*), mas somente em 1970 recebeu uma tradução aqui no Brasil¹³.

Apesar de ser alvo de muitas críticas (a maior parte delas relacionadas às possíveis alterações realizadas pelos editores), é inegável o valor do CLG para todo o estudioso da(s) língua(s). Normand (2009) é bastante espirituosa ao tratar de tal problemática relacionada ao *Curso*:

(...) seus editores o haviam reconstruído a partir de cadernos de notas de estudantes, suscitou interesse e críticas sem que ninguém visse nele um barril de pólvora suscetível de ser ameaça à tradição universitária. Eis que, com a explosão dos anos

¹³ Ainda que já tenhamos abordado, brevemente, o *Curso de Linguística Geral* no preâmbulo deste estudo, julgamos necessário enfatizar a relevância de tal texto e buscar maiores informações a respeito dele, dada sua importância para a recepção da teoria saussuriana no Brasil e no mundo. Além disso, sua importância é fundamental para este trabalho, considerando que ele – o CLG – é nosso texto base.

1960, ele se encontrava sob a mesma bandeira de Marx e Freud, frequentemente acompanhados de Nietzsche, Lautréamont e Mallarmé, contra o velho mundo e seus valores rançosos. (NORMAND, 2009, p. 16)

A obra é, sem dúvidas, um marco na história da linguística e, além disso, tem como principal característica ser um facilitador do acesso aos estudos de Saussure que, ainda recentemente, contavam apenas com manuscritos em francês. Porém, os manuscritos saussurianos passaram a ser considerados pelos estudiosos da língua só depois da publicação do *Curso*. Até então, não havia uma preocupação, um interesse maior por esses materiais que, apesar de terem um valor inestimável, contam com muitas lacunas (que caracterizavam o pensamento em constante (re)construção do mestre genebrino) e que podem, em função disso, dificultar a compreensão do leitor menos habituado a esse tipo de texto. Ainda sobre o CLG, seguimos com o pensamento de Normand (Ibidem):

[t]rata-se de um texto bem estranho, que suscita o embaraço de todos aqueles que se preocupam com a exatidão de um manuscrito e a autenticidade de um pensamento. Com efeito, o que se reúne sob o título de *Curso de linguística geral* é apenas um esboço de um curso, ou, mais precisamente, de três cursos, discursos preciosamente recolhidos, anotados e transmitidos até nossos dias pelos cuidados dos discípulos e amigos de Saussure; **mais que um texto póstumo, deveríamos falar de “discursos” póstumos, eco refratado em vários cadernos de notas de uma voz que, ao que parece, fascinava auditórios.** (NORMAND, 2009, p. 29, grifos no original e destaques nossos)

Foi somente em 2004 que a editora Cultrix publicou os *Escritos de linguística geral* (doravante *Escritos* ou ELG). Lançado, originalmente, em 2002 sob o título de *Écrits de linguistique générale*, a obra é um compilado dos manuscritos saussurianos “descobertos” em 1996, organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler, que promete ser uma edição mais “fiel” ao pensamento do linguista (em comparação à “vulgata” do CLG, maneira como os próprios editores se referem ao *Curso* no prefácio do livro). A partir do lançamento do ELG, nos foi possibilitado o acesso a mais um material de origem saussuriana (igualmente editado, ainda que não seja essa a promessa de Bouquet e Engler). Prosseguindo na discussão a respeito do CLG, Normand (Ibidem) diz que

[p]ara alguns ele marcava a origem da linguística científica; outros, mais prudentes, ou um pouco menos ignorantes, buscavam interrogar a mudança que ele introduzira, compreender-lhe o processo e avaliar seu alcance. (...) Pensávamos - e com razão, continuo a crer - que Saussure provocou uma reviravolta na linguística, quanto à reviravolta no mundo, basta seguir o movimento... (NORMAND, 2009, p. 16)

Assim sendo, é inegável que Saussure, seja pelo CLG, seja pelo ELG, ou mesmo pelas fontes manuscritas que aos poucos foram sendo conhecidas, modificou a comunidade

acadêmica e as ideias que se tinha a respeito da Linguística. Aliás, a Linguística moderna como a conhecemos hoje é considerada um presente do legado saussuriano, uma herança dos estudos e reflexões do linguista de Genebra, que inaugurou essa modalidade de disciplina, rompendo, pelo menos parcialmente, com a ideia de que somente os estudos filológicos e comparatistas eram necessários (e merecedores de destaque) à época.

Logo no prefácio da edição brasileira do CLG nos deparamos com a seguinte passagem de Isaac Nicolau Salum:

[s]e é verdade que a Linguística moderna vive um momento de franca ebulição, quando corifeus de teorias linguísticas se vão superando a si mesmos, quando não são “superados” pelos seus discípulos, o *Cours de linguistique générale* é um livro clássico. **Não é uma “bíblia” da Linguística moderna, que dê a última palavra sobre os fatos, mas é ainda o ponto de partida de uma problemática que continua na ordem do dia.** (SAUSSURE, 2012, p. 13, grifos no original e destaques nossos)

Portanto, é sobre essa intenção de permitir/facilitar o acesso a uma teoria que estamos falando. É por permitirem o conhecimento desse ponto de partida, por permitirem esse acesso ao Saussure dos cursos ministrados na Universidade de Genebra, para a disciplina de Linguística geral, que seus discípulos merecem total reconhecimento.

Fazendo uso das palavras de Normand (2009) e concordando com a autora no que diz respeito à ação dos editores do CLG, vemos que esta “decisão corajosa, segundo seus próprios termos, e, aos olhos de muitos, aventureira, dos editores de 1916 foi a de reconstruir um curso que, como tal, nunca foi dado” (Ibidem, p. 20). Ou seja, a missão abraçada por Charles Bally e Albert Sechehaye nos parece ainda mais complexa considerando que eles não estavam presentes nos cursos ministrados pelo mestre genebrino (e que tais cursos nem ao menos tinham o formato mais “rigoroso”, como imaginamos, dado que a ordem apresentada no CLG não é a mesma em que eles ocorreram). Entretanto, ainda assim os editores resolveram engajar-se na empreitada de reunir as anotações dos alunos e colocar nas páginas do CLG aquilo que o Saussure de pensamentos em constante modificação e ebulição de ideias passou a eles. Importante também destacar que, para a surpresa dos editores, não foi possível acessar muitas das anotações do linguista, tendo em vista que ele próprio destruía muito do que rascunhava (e dos manuscritos que podemos encontrar vemos, na sexta coluna da edição crítica de Engler, alguns desses exemplos), prova de sua constante insatisfação com a ciência que ele começava a traçar e com as ideias que tinha a respeito dela.

Apesar de tudo que foi apresentado até aqui, apesar das críticas e dos possíveis problemas encontrados no CLG, acreditamos ser necessário dedicar mais tempo ao estudo

dele e à compreensão de suas linhas, e é isso que pretendemos fazer neste capítulo. Como já mencionado em outro momento, buscaremos nas noções de valor, arbitrário e analogia, elementos que nos ajudem a compreender de que maneira as formações neológicas operam na *langue* e como isso é possibilitado.

1.1.1 O valor linguístico

É no CLG que encontramos a seguinte asserção: “a língua não pode ser senão um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 2012, p. 158). Mas, o que é ser um sistema de valores puros? Essa é a questão que move nosso estudo e a questão que move este capítulo.

Pensando na *langue* como o grande sistema que é, encontramos o pensamento que, antes do seu surgimento não passa de “uma massa amorfa e indistinta” (Ibidem, p. 158), pois, sem ela, não há nada dado de antemão, ou seja, não existem ideias, não existe nada que seja “distinto antes do aparecimento da língua” (Ibidem). O pensamento não existe sem os significantes (sem a matéria fônica), porém, esses significantes não são dados de antemão também. De acordo com o CLG, “a substância fônica não é mais fixa, nem mais rígida” (Ibidem), ela representa, conforme palavras do próprio texto, uma matéria plástica que, ao dividir-se, fornece “os significantes dos quais o pensamento tem necessidade” (Ibidem, p. 158-159).

Tem-se, então, o fato linguístico¹⁴ apresentado pelo plano dos sons e o plano das ideias que, através do aparecimento do signo linguístico, encontram uma maneira de “precisar-se ao se decompor” (Ibidem, p. 159), conforme o esquema apresentado no capítulo:

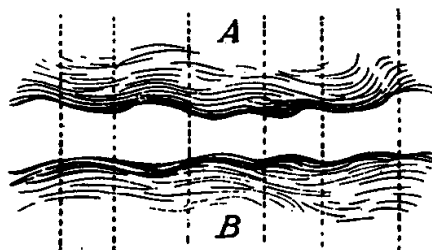


Figura 1 - O fato linguístico composto pelos planos das ideias e dos sons (SAUSSURE, 2012, p. 159)

¹⁴ Cf. apresentado no *Curso* (SAUSSURE, 2012, p. 159).

A massa amorfa e indistinta que é o pensamento, conforme observado no *Curso*, passa a ser definida a contar da aparição do signo linguístico. De acordo com o mestre genebrino, o papel da *langue* é o de “servir de intermediário entre o pensamento e o som” (Ibidem, p. 159). Essa intermediação ocasionará, então, a delimitação das unidades, fazendo com que as massas amorfas de pensamento e som tornem-se delimitadas e, conseqüentemente, definidas. Desde então, pelo pensamento-som¹⁵, temos o surgimento do signo linguístico, a partir da união das duas massas amorfas que passam a ser definidas como significante e significado (as unidades que compõem o signo linguístico)¹⁶.

Assim, encontramos o signo linguístico como o conhecemos: composto, de um lado, pelo conceito (significado) e, do outro, pela imagem acústica (significante). Segundo o *Curso*, da mesma maneira que o significado é “a contraparte da imagem auditiva no interior do signo” (Ibidem, p. 161), a relação que o une ao significante também é “a contraparte dos outros signos da língua” (Ibidem). Vemos, então, a constituição da ideia da *langue* como sistema de valores, pois nela todos os elementos estão em constante relação, uns para com os outros, e o valor de cada um deles resulta da presença (e da ausência) dos outros signos, conforme verificado no esquema apresentado no *Curso*:



Figura 2 – A *langue* como sistema de valores (SAUSSURE, 2012, p. 161)

A ideia de *langue* como sistema de valores advém da relação estabelecida entre suas unidades (os signos linguísticos). A definição de valor linguístico é dada pela noção que se tem de que um signo é constituído “daquilo que o sucede, daquilo que o precede e daquilo que ele poderia ser mas não é” (RIBEIRO, 2017, p. 26). Além disso,

(...) se quisermos determinar o *valor* de um elemento no *eixo sintagmático*¹⁷ ele será determinado por tudo que vem antes dele e por tudo que vem depois, além, é claro,

¹⁵ Cf. expressão utilizada por Saussure (2012, p. 159).

¹⁶ Ainda que estejamos tratando da unidade, do signo, não podemos esquecer que as unidades não nos são dadas de antemão, pois é o sistema que é responsável pela delimitação delas.

¹⁷ As noções de relações associativas e sintagmáticas podem aqui ser resumidas da seguinte forma: uma relação associativa é aquela em que se considera tudo o que pode ser associado mentalmente ao elemento em questão. Ela não obedece a uma determinada ordem ou a uma determinada regra: qualquer que seja o motivo da associação de um elemento com o outro, desde que ele seja estabelecido pela mente do falante, é considerado uma relação associativa (no CLG encontramos o exemplo da palavra ensinamento associada à “ensinar”, “aprendizagem”, “elemento” e várias outras palavras que remetem a ela ou à ideia dela, ou a palavras que são

de também ser determinado por tudo o que está no *eixo associativo* e com ele se relaciona. (RIBEIRO, 2017, p. 26, grifos no original)

Isto quer dizer que o valor de uma unidade está nas relações que ela estabelece dentro desse sistema que chamamos *langue*, já que ela é um “sistema em que todos os termos são solidários” (SAUSSURE, 2012, p. 161).

Ao se pensar em valor linguístico, outra questão nos é apresentada: a confusão que se pode fazer entre valor e significação. A noção de valor está intimamente relacionada com a noção de significação, e esse tema foi discutido no CLG. De acordo com o *Curso*, o termo “**valor**, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um **elemento da significação**, e é **difícilimo saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência**.” (SAUSSURE, 2012, p. 161, destaques nossos) Ou seja, o valor representa algo maior do que a significação, e esta representa uma pequena parte daquele, é “subjugada” a ele. O valor está vinculado à noção de sistema, e a significação está atrelada à noção de signo (sempre lembrando que um signo não sobrevive isoladamente; portanto a significação igualmente depende da relação entre os signos). Ambos (valor e significação) estabelecem, assim, uma relação de mútua dependência.

Também encontramos no texto de Godel (1969), mais precisamente em uma nota de Riedlinger sobre o segundo curso de Saussure, uma observação sobre essa possível confusão: “[*l*]a *valeur*, *ce n’est pas la signification*: elle provient d’autres donnés, de la situation réciproque des pièces de la langue (...) et c’est elle qui délimite l’unité. (...) **pas d’unité hors de la valeur; pas d’autres identités que celles de valeur**¹⁸” (GODEL, 1969, p. 69, grifos no original e destaques nossos). Tal passagem nos mostra que a significação advém do sistema para interpretar os signos, e o valor instancia o sistema. Ambos traçam uma relação de dependência mútua, entretanto, apesar de o valor relacionar-se com a significação, ele não diz respeito apenas ao significado (sua abrangência é maior, relacionada ao sistema), ao passo que a significação encontra-se vinculada à porção conceitual do signo. A relação entre valor e significação pode ser resumida como de dependência, pois a significação decorre dos laços

compostas por elementos que encontramos nela, como prefixo, sufixo e etc.). Já as relações sintagmáticas são aquelas entre “dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva” (SAUSSURE, 2012, p. 172), ou seja, são as relações linearizadas e em presença, ao passo que as associativas são em ausência e estão diretamente relacionadas ao tesouro da língua depositado em cada falante.

¹⁸ *O valor não é a significação: ela vem de outros dados, da situação recíproca das peças da langue (...) e é ela que delimita a unidade. (...) não há unidade fora do valor; não há outras identidades senão aquelas de valor* (GODEL, 1969, p. 69, tradução nossa e grifos no original).

estabelecidos com todos os elementos que representam diferença e oposição àquilo que ela não é.

Além disso, pela nota de Riedlinger, vemos que não existe unidade fora do valor, tampouco encontramos outras identidades que não sejam aquelas relacionadas a ele. Por identidades, compreendemos que são elementos que não são dados de antemão. Aliás, conforme vemos no CLG, nada possui uma pré-existência na *langue*, tudo depende do ponto de vista, pois, afinal de contas, ele é criador do objeto. A partir do ponto de vista, a partir do julgamento do sujeito, encontramos as identidades. Delas começam a se formar as entidades que, no momento em que passam a ser analisadas, são consideradas unidades. A análise das entidades acontece pelo método de delimitação que, embora pareça “simples” e de fácil aplicabilidade na teoria, na prática não é tão simples assim, principalmente se não consideramos que tudo isso se encontra na dependência do valor, posto que é pelo fato de algo ter ou não valor que encontramos a identidade (é necessário ser reconhecido como um elemento pertencente à *langue*, e conseqüentemente carregado de valor, para se ter identidade). O exemplo apresentado no *Curso* é o do cavalo no jogo de xadrez: caso a peça seja extraviada ou estragada, poderia outra peça ou até mesmo outro elemento externo ao jogo, sem nenhum tipo de semelhança com o que o antecedeu, substituí-lo? A resposta é muito simples: claro, desde que lhe seja atribuído o mesmo valor da peça original. Portanto, a partir do momento em que se estabelece o acordo no jogo ou, levando tal exemplo para a *langue*, a partir do momento em que se estabelece o acordo entre os falante da comunidade linguística, uma determinada forma poderá substituir outra (o valor de ambas será acordado/assemelhado).¹⁹

Em síntese, o valor representa um “elemento maior” que os demais e é a partir dele que alcançamos as unidades da *langue*. Dito isto, nos encontramos, uma vez mais, no emaranhado saussuriano do valor e da significação, dado que “para que uma entidade seja unidade é preciso que ela seja delimitada” (DEPECKER, 2012, p. 74) e, para que ocorra tal fenômeno o valor se faz necessário. Como acabamos de ver, o laço que une os dois elementos (valor e significação) é o de dependência mútua.

Ao focar, novamente, no valor, nos confrontamos com a questão relacional que envolve tal aspecto linguístico. No CLG encontramos a seguinte passagem:

¹⁹ Para mais detalhes sobre essa questão, vale a leitura (paralelamente com o CLG) de *Saussure: une science de la langue* (Paris: PUF, 1996), de François Gadet e também de *Compreender Saussure a partir dos manuscritos* (Rio de Janeiro: Vozes, 2012), de Loïc Depecker.

[q]uando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 2012, p. 164)

Dessa forma, considerando o que já tínhamos visto no presente capítulo, a tríade constitutiva do valor linguístico nos é apresentada da seguinte maneira: RELAÇÃO - DIFERENÇA²⁰ - OPOSIÇÃO. Os elementos de um sistema linguístico se encontram relacionados, uns para com os outros, a partir de suas diferenças, e são constituídos como tais por serem exatamente aquilo que os outros não são. Saussure (2011), em *Science du langage – De la double essence du langage*, ao tratar da questão da sinonímia e do sentido figurado, traz uma importante passagem que retrata exatamente o que estamos falando acerca da negatividade:

[e]t ce même fait, purement négatif, de l’opposition avec les mots comparables, est aussi le seul qui fait la justesse des emplois «figurés»; nous nions en réalité qu’ils soient figures, parce que nous nions qu’un mot ait une signification positive. **Toute espèce d’emploi qui ne tombe pas dans le rayon d’un autre mot, n’est pas seulement partie intégrante, mais partie constitutive du sens de ce mot, et ce mot n’a pas en réalité d’autre sens que la somme des sens non réclamés par un autre**²¹. (SAUSSURE, 2011, p. 198 – 199, destaques nossos)

Ou seja, Saussure explica que nega a existência de sentidos figurados dado que uma palavra não possui um sentido positivo (tudo é negatividade) e que todo o emprego de uma palavra é elemento constitutivo dela; todo emprego de um signo (os diferentes valores que ele pode apresentar, o fato de “ser tudo aquilo que os outros não são”) carrega o compromisso de representar a totalidade (se é que podemos falar em totalidade) de sentidos daquele determinado signo, por oposição a todos os outros.

Nos *Escritos de linguística geral*, tal questão é apontada em diversos momentos, como por exemplo na seguinte passagem: “[c]onsiderada de qualquer ponto de vista, a língua não consiste de um conjunto de valores *positivos* e *absolutos*, mas de um conjunto de valores

²⁰ Em uma das anotações de Dégallier apresentadas por Godel (1969, p. 92) encontramos que a ideia de valor poderia ser abordada da seguinte maneira: “em um estado de língua, existem apenas diferenças” (tradução nossa; no original: “*dans un état de langue, il n’y a que des différences*” [Ibidem, grifos no original]). Ou seja, a positividade, em se tratando do valor, encontra-se no fato de relacionarmos elementos distintos, de estarmos trabalhando com unidades puramente diferenciais (significado e significante). A combinação destes dois elementos nos dá a ilusão da positividade.

²¹ E esse mesmo fato, puramente negativo, da oposição com as palavras comparáveis, é também o único que faz a correção dos empregos “figurados”; na realidade, nós negamos que eles sejam figuras, porque negamos que uma palavra tenha significação positiva. Toda espécie de emprego, que não se enquadre nos raios de outra palavra, não é apenas parte integrante, mas também parte constitutiva do sentido dessa palavra; e essa palavra não tem, na realidade, outro sentido a não ser o da soma dos sentidos não reclamados por uma outra. (SAUSSURE, 2011, p. 198 – 199, destaques nossos e tradução nossa).

negativos ou de valores *relativos* que só têm existência pelo fato de sua oposição” (SAUSSURE, 2004, p. 71, grifos no original). Pensamos na *langue* como um sistema de valores puros, formado pelos valores negativos e relativos, ou seja, pelos valores que advêm das diferenças entre outros elementos e que são percebidos por meio de comparações, através de relações (por isso o termo “relativos”, pelas relações que um elemento estabelece com outros no sistema). Mais adiante nessa mesma fonte, encontramos um exemplo explicando designações como “rei”, “bispo”, “mulher”, “cão” e outras:

[o] conjunto de ideias reunidas sob cada um desses termos corresponderá sempre à soma das que são excluídas por outros termos e não corresponde a mais nada; é o caso da palavra *cão* ou da palavra *lobo*, enquanto não surgir uma terceira palavra; a ideia de *dinastia* ou a de *potentado* está contida na palavra *rei* ou na palavra *príncipe*, enquanto não se proceda à criação de uma palavra diferente das primeiras, etc. (SAUSSURE, 2004, p. 73, grifos no original)

Conforme explicitado pelos editores, a ideia de “noção completa” de palavras como “cão”, “rei”, etc. só existe pela presença de outros termos, diferentes dos citados, e que com eles estabelecem relações de negatividade e diferença. Em uma passagem anterior à citada acima, encontramos que signo algum pode ser “*limitado no total de ideias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo*” (Ibidem, p. 72, grifos no original), uma vez que ele só poderá ser “limitado negativamente, pela presença simultânea de outros signos” (Ibidem). Em vista disso, a noção que teremos de cada um desses termos citados anteriormente, quando tratados nessas comparações, será uma; caso surja outro elemento, outra palavra com a qual eles possam ser confrontados, essa noção mudará (e o que nos interessa é perceber que tais relações são responsáveis pela “valoração” do signo, por determinar, no sistema, qual é o valor daquele termo quando comparado aos outros que com ele se vinculam, em presença ou em ausência). Assim opera a *langue*.

Na edição crítica do *Curso* proposta por Rudolf Engler (1989), encontramos nos cadernos de Constantin voltados ao terceiro curso a seguinte passagem relativa ao início do capítulo do valor: “[p]our arriver à l’idée de valeur, nous avons choisi de partir du système de mots par opposition au mot isolé. Nous aurions pu choisir de partir d’une autre base²²” (SAUSSURE, 1989, p. 251). Vemos aqui a ideia de encarar o valor partindo do sistema de palavras (sistema de signos) e não da palavra (signo) isolada, em função da ideia de conjunto, de sistema, que envolve o valor linguístico. Para que ele seja determinado é necessário ver as relações, e fora do sistema não encontramos relações.

²² Para chegar à ideia de valor, optamos por partir do sistema de palavras em oposição à palavra isolada. Nós poderíamos ter escolhido partir de uma outra base (SAUSSURE, 1989, p. 251, tradução nossa).

Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta idéias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes desse sistema. O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos do que o que existe ao redor dele nos outros signos. (SAUSSURE, 2012, p. 167 - 168)

Dessa forma, pela noção de valor podemos ver um sistema linguístico como “uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de ideias” (Ibidem, p. 168). O valor linguístico, conforme apresentação do *Curso*, é esse emaranhado de relações entre elementos, relações estabelecidas entre aqueles que se encontram em presença ou em ausência e, a partir de suas diferenças e das relações entre essas diferenças, determinam como um signo é compreendido em uma dada comunidade linguística.

Para facilitar a compreensão da ideia de valor para Saussure, outro conceito se faz igualmente necessário ao nosso estudo: o arbitrário. Com o intuito compreender como se dão as relações entre signos e entre seus constituintes deveremos entender, primeiramente, que essas relações são arbitrárias e o que é ser arbitrário (e é exatamente isso que faremos a seguir).

1.1.2 O arbitrário e sua importância para a compreensão da noção de valor

No *Curso*, a noção de arbitrário é tratada na primeira parte, no capítulo I (*Natureza do signo linguístico*). Nesse capítulo, tal conceito é apresentado como uma das características do signo linguístico, que tem suas duas porções (significado e significante) unidas por um laço arbitrário, ou seja, não existe uma relação fixa ou apriorística entre a ideia que se tem de um signo e “a sequência de sons (...) que lhe serve de significante” (SAUSSURE, 2012, p. 108). Também vemos que “[o] laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*”²³,

²³ De Mauro (SAUSSURE, 1972, p. 442), em sua edição crítica do CLG (na nota 136), diz que o termo “radicalmente” desaparece na edição de Bally e Sechehaye mas que se trata “de uma formulação que Saussure pensou e repensou” (Ibidem, p. 442, tradução nossa) e, por isso “difícilmente se pode imaginar que o advérbio tenha sido utilizado como pleonasma geral de reforço. É mais legítimo supor que ele possui aqui seu sentido pleno: o elo é arbitrário *radicitus*, em seus próprios fundamentos, à medida que ele liga duas entidades produzidas de maneira semelhante, graças a um corte arbitrário na substância acústica e na substância significativa” (Ibidem, grifos no original e tradução nossa). No original: “Le lien unissant le signifiant au signifié est radicalement arbitraire (1122 B Engler). «Radicalement» a disparu dans le texte des éditeurs: s’agissant d’une formulation à laquelle Saussure a pensé et repensé, on peut difficilement imaginer que

(SAUSSURE, 2012, p. 108, grifos no original). Porém, pouco após a apresentação dessa afirmação, os editores alertam para a importância de se compreender o que a palavra arbitrário, de fato, significa: ela não quer dizer, de forma alguma, que o significado dependa “da livre escolha do que fala” (Ibidem, p. 109), já que essa decisão depende da comunidade linguística, depende do acordo existente nela. O que se deve compreender por arbitrário é que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (Ibidem, p. 161).

Nesse momento do texto percebemos uma preocupação dos editores em se fazer compreender, uma vez que a ideia equivocada da expressão arbitrário pode acarretar em uma leitura quase totalmente distinta do que essa expressão significa de fato (e exclui a importância da massa falante, já que se o significado varia de acordo com a vontade de cada um, a convenção social não é mais elemento primordial para os fatos de linguagem). Logo, pensar na ideia de imotivado ao invés de arbitrário nos parece uma maneira de lidar com a expressão sem tomá-la de forma errônea, sem correr os riscos de se perder o vínculo com o social.

Whitney²⁴ (2010), em *A vida da linguagem*, apresenta uma discussão acerca do arbitrário do signo. A partir da leitura de seu texto podemos estabelecer uma diferenciação entre os conceitos de “motivação” e “arbitrário”, dado que o “motivado” está relacionado à uma questão vinculada à filosofia da linguagem, ou seja, estamos falando da discussão sobre o vínculo entre os nomes e as coisas em si, se há ou não relação entre eles. Já o arbitrário do signo é uma questão propriamente linguística e diz respeito ao elo que une as porções de materialidade e de sentido do signo. Enquanto o motivado suscita uma discussão acerca da atribuição de palavras, da sua origem e do seu vínculo com o objeto nomeado, o arbitrário lida com um questionamento linguístico, com a dúvida do pesquisador sobre o elo que une significante e significado (e não com os objetos e seus respectivos nomes).

Nas notas inéditas sobre linguística geral de Saussure, apresentadas por Godel (1969) encontramos que “*tout ce qui semble organique dans la langue est en réalité contingent et*

l'adverbe soit utilisé comme pléonasme général de renforcement. Il est plus légitime de supposer qu'il a ici son sens plein: le lien est arbitraire *radicitus*, dans ses fondements même, dans la mesure où il relie deux entités semblablement produites grâce à un découpage arbitraire dans la substance acoustique et dans la substance significative” (Ibidem, grifos no original).

²⁴ William Dwight Whitney (1827-1894) foi um renomado linguista, lexicógrafo e filólogo americano. *A vida da linguagem* (no original *The Life and Growth of Language*) foi escrito em 1875 e traz importantes reflexões acerca do arbitrário e do valor linguístico, conceitos que serão tratados futuramente por Saussure (1916). Encontramos a presença de Whitney em alguns manuscritos do mestre genebrino e referências a ele em suas aulas.

*complètement accidentel*²⁵” (Ibidem, p. 38, grifos e destaques no original), quer dizer, tudo na *langue* não passa de puro acaso e é completamente acidental²⁶. Vemos então o princípio do arbitrário do signo já esboçado pelo linguista.

Há outra questão envolvendo o arbitrário: o uso ou não do advérbio “radicalmente”, conforme apontamos acima (cf. nota 23). De acordo com Depecker (2012), o uso do “radicalmente” é bastante confuso nos materiais dos estudantes dos cursos. Muitos anotaram que o vínculo que une significante e significado é “arbitrário” e poucos anotaram “radicalmente arbitrário”. A grande questão levantada pelo autor é que o uso de tal advérbio não é tão comum como se pensa, ou seja, “ele não parece ser um advérbio de estudante” (Ibidem, p. 97) e, além disso, quando ressurgem os cadernos de Constantin, o uso de “radicalmente arbitrário” é confirmado²⁷. Percebemos, no entanto, no CLG, uma diferença ao tratar do arbitrário no capítulo da *Natureza do signo linguístico* e no capítulo *O valor linguístico*, pois, no primeiro, a expressão apresentada pelos editores é “arbitrário” (cf. citação apresentada logo no início desta seção), ao passo que no segundo há a presença do advérbio, como podemos ver no seguinte trecho:

[n]ão só os dois domínios ligados pelo fato linguístico são confusos e amorfos, como **a escolha que se decide por tal porção acústica para essa ideia é perfeitamente arbitrária**. Se esse não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora, e eis por que **o vínculo entre a ideia e o som é radicalmente arbitrário**²⁸. (SAUSSURE, 2012, p. 160, destaques nossos)

Pode-se observar, com esta passagem, como a noção de arbitrário é fundamental para que se possa compreender o valor linguístico, ou melhor, para que se possa compreender como se constitui o valor em um signo que não possui motivação no elo que liga seu significante e seu significado. É por essa falta de motivação entre as duas porções do signo linguístico que se explica o valor:

²⁵ *Tudo que parece orgânico na língua é, na verdade, contingente e completamente acidental* (GODEL, 1969, p. 38, grifos e destaques no original e tradução nossa).

²⁶ A expressão “*accidente*” nos é bastante cara. Milano (2017) já chamou a atenção para a “oscilação semântica que provoca o “*accidente*” neológico” (Ibidem, p. 78); a autora utiliza o termo “*accidente*” para tratar das formações de novos signos em *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. No terceiro capítulo dessa dissertação, quando apresentarmos os elos que aproximam o fenômeno neológico e a teoria saussuriana, explicaremos o que entendemos por “*accidentes na langue*”.

²⁷ Conforme se pode ver em CFS 58 p. 221.

²⁸ De acordo com De Mauro (SAUSSURE, 1972, p. 464), na nota 228, o final deste parágrafo mostra uma “redação infeliz” (expressão utilizada pelo autor) dos editores do CLG. Segundo ele, de acordo com fontes utilizadas pelos editores, a noção de arbitrário radical viria primeiro e, como consequência dela, teríamos a de arbitrário relativo. Porém, ao colocar a última frase do parágrafo “e eis por que o vínculo entre a ideia e o som é radicalmente arbitrário”, dão a entender que o radical arbitrário é uma consequência (o que vai contra as fontes dos cursos ministrados por Saussure).

(...) pensar o **valor linguístico** leva-nos à síntese do pensamento saussuriano que olha para a **língua como um sistema de relações**, em que nem um só elemento está isolado dos outros. **O valor, por ser puramente relacional, nada tem de ligação natural com o aspecto concreto que o representa materialmente**: no jogo de xadrez pouco importa se o cavalo é representado pela peça original ou por um botão; **na língua, pouco importam os sons que integram o significante – o que vale é o seu lugar opositivo, relativo e negativo em relação aos outros sons da língua**. (STAWINSKY, 2016, p. 34, destaques nossos)

Entretanto, uma nova problemática pode ser levantada ao se pensar nesta falta de motivação do vínculo entre significante e significado: como compensar o arbitrário? Como explicar que um sistema consegue se manter se não há nada de motivado entre seus significantes e seus significados? Depecker também discorre acerca deste fato:

(...) [q]ue surpreendente sistema, esse sistema da língua. Nenhuma relação entre signo e coisa; entre som e ideia; entre signo e ideia; entre signo vocal e signo gráfico; entre significante e significado... O arbitrário parece reinar em toda parte. (DEPECKER, 2012, p. 98)

Segundo o autor, o arbitrário é compensado pela consciência, pelo espírito²⁹, ou seja, pelo sujeito falante. O falante cria uma classificação para os signos de sua língua que permite que um sentido seja criado para cada uma das formas, fazendo com que o sistema linguístico não vire um grande caos pela falta de motivação na união entre significado e significante.

Saussure, provavelmente inquieto por essas questões que poderiam ser levantadas a partir da ideia de arbitrário e suas consequências, apresenta então a bifurcação deste conceito: o arbitrário passa a ser dividido entre arbitrário absoluto e arbitrário relativo. É justamente dessa divisão que falaremos a seguir.

1.1.2.1 O arbitrário absoluto e o arbitrário relativo³⁰

Na mesma parte do *Curso* na qual encontramos o capítulo do valor, vemos mais uma alusão ao arbitrário, desta vez, no capítulo VI intitulado *Mecanismo da língua*. Neste momento nos é apresentada uma maior preocupação pela relação das unidades, umas para com as outras (dos signos, dos significados e dos significantes). Deparamo-nos com uma distinção entre os dois tipos de arbitrário: o absoluto e o relativo. O arbitrário absoluto

²⁹ Cf. expressão utilizada por Depecker (2012, p. 99) a partir da leitura dos *Escritos*.

³⁰ Desdobramentos do arbitrário do signo.

encontra-se vinculado ao que é imotivado (o exemplo apresentado no *Curso* é do número vinte) e o relativo é aquilo que não é totalmente imotivado ou, conforme o próprio texto é “relativamente motivado” (o caso do número dezenove - junção de dez e nove). Conforme podemos ler no CLG,

[o] princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervém um fenómeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: *o signo pode ser relativamente imotivado*. (SAUSSURE, 2012, p. 180, grifos no original)

Assim sendo, pode-se explicar como alguns signos parecem não ser totalmente arbitrários, ou imotivados, enquanto outros não denotam qualquer relação com as demais unidades que o rodeiam.

Em *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure*, no segundo curso, Godel traz uma anotação de Dégallier que nos apresenta a seguinte reflexão: “le lien du signe à l’idée est radicalement arbitraire. Mais ceci n’est vrai que d’une partie des signes; en d’autres, on distingue des degrés d’arbitraire³¹.” (GODEL, 1969, p. 84) Isto é, o elo que une o signo (e aqui compreendemos signo como a porção acústica, como significante³²) à ideia (significado) é arbitrário em apenas uma parte dos signos, pois, em outros, nos deparamos com (a expressão utilizada por Dégallier é bastante interessante) “graus de arbitrário”, ou seja, o relativamente arbitrário se encontra nesse ponto. Mais adiante, na mesma nota de Dégallier, vemos que a motivação relativa nos apresenta duas relações, a primeira delas entre o conceito e a imagem acústica (no interior do signo) e a segunda entre signos e seus constituintes (relações exteriores). A primeira, então, relaciona o signo com ele mesmo, com aquilo que o compõe, e a segunda coloca em relação o signo como um todo com outros signos (a ideia de sistema e, principalmente a ideia de *langue* como sistema de valores é apresentada aqui). Ainda na mesma nota, Dégallier complementa dizendo que a primeira relação (interna do signo) pode existir sem a segunda, mas que toda relação entre palavras (e aqui entendemos não só as palavras em si, como também os signos, no geral) só é concebível

³¹ O elo do signo com a ideia é radicalmente arbitrário. Mas isso é verdade apenas para uma parte dos signos; em outras, distinguimos graus de arbitrário (GODEL, 1969, p. 84, tradução nossa).

³² Essa interpretação do signo como a porção acústica, como o significante, é uma das marcas de flutuação terminológica nos textos saussurianos. O próprio CLG traz uma passagem que explica esse uso indistinto das duas formas: “Chamamos *signo* a combinação do conceito e da imagem acústica: mas no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas (...).” (SAUSSURE, 2012, p. 107, grifos no original) Tal confusão, já apresentada no CLG, é recorrente no ELG e demais manuscritos saussurianos, de forma que o leitor deverá optar, ao fazer a sua interpretação, se mantém o termo signo ou se opta por significante. Em nosso trabalho, optamos por marcar essa interpretação cada vez que se fizer necessário.

pela condição de suscitar a relação interna do signo, ou seja, a relação signo-signo só acontece pela relação interna de cada um dos signos.

Suenaga (1999) apresenta uma discussão bastante interessante acerca dos arbitrários absoluto e relativo. O autor propõe uma ampliação do arbitrário do signo, ou seja, ele propõe que pensemos no conceito do arbitrário absoluto como composto de duas fases, sendo uma delas primária (quando o signo ainda não está formado da maneira como o concebemos, ou seja, constituído de significante e significado) e a outra secundária (o arbitrário absoluto como o conhecemos, o qual diz que não há elo que vincule uma determinada materialidade a um determinado sentido). No entanto, o que realmente nos parece relevante neste texto (ou melhor, o que é relevante para este estudo) é a ideia apresentada pelo autor de que todo o tipo de solidariedade entre signos e seus constituintes pode ser encarada como um limitador do caráter arbitrário. Além disso, ao final do texto, o autor menciona a relevância do arbitrário do signo para se pensar a *langue* em seus dois extremos: sistema e signo. No sistema, que poderíamos chamar de nível macro, pode-se dizer que pensar a questão do arbitrário é refletir acerca da afirmação de que tudo na *langue* são diferenças e a diferença é o conceito que move a ideia de sistema. No nível micro, podemos pensar o arbitrário como a noção que permite refletir sobre as relações do signo (com ele próprio – relação significado e significante – e com outros signos – entre os distintos significados e significantes). O caráter arbitrário do signo, então, seria o conceito que, de acordo com a ideia apresentada por Suenaga, permitiria realizar o deslocamento do nível do sistema para o nível do signo.

Outro fato intrigante (que interessa ao objetivo deste trabalho) é pensar que é justamente pelo arbitrário, seja ele relativo ou absoluto, que a *langue* se mantém como tal. É pelo arbitrário do signo linguístico que o caráter da imutabilidade da *langue* aparece. Porém, pensar que a *langue* se conserva como tal é pensar, também, que ela pode sofrer mudanças. Explicamos: a imutabilidade explicita o motivo pelo qual encaramos a *langue* como algo herdado, como algo que se mantém de geração para geração. No entanto, o fato de uma língua manter-se como tal, vinculado à ideia do arbitrário, possibilita que seus falantes façam as associações entre significado e significante que desejam e, com isso, muitas das formas existentes em uma determinada língua são conservadas, por serem mantidas nas formas novas (formas estas que se manterão nessa determinada língua e não cairão, pelo menos não imediatamente, em desuso, ou seja, não se tornarão obsoletas). É importante explicar que o fato de o falante poder “criar” uma associação significado-significante não significa que essa forma vá se consolidar no sistema linguístico no qual ela se encontra. Todo falante possui total liberdade para exercer sua “criatividade” no sistema linguístico, mas, isso não significa,

necessariamente, que ocorrerá uma mudança, pois, conforme já apontamos antes, a convenção social é um dos fatores mais importantes para a teoria saussuriana. Portanto, caso eu crie uma nova palavra que tenha determinado valor só para mim (que eu não partilhe com outras pessoas), esse novo elemento não se estabelecerá como um elemento do sistema em questão, tendo em vista que, para que um idioma seja da maneira que é, é necessário que haja um acordo entre os membros daquela comunidade linguística (e, nesse acordo, os valores serão determinados).

Uma vez que tenhamos elucidado algumas questões relacionadas ao valor e ao arbitrário do signo na teoria saussuriana, iremos, a seguir, fazer uma pequena síntese-análise dos motivos que nos levam a acreditar que esses dois conceitos são tão importantes na teoria do mestre genebrino, considerando o objetivo deste trabalho o de verificar de que maneira os neologismos operam na *langue*, ou melhor, como eles são considerados fenômenos da e na *langue*.

1.2 COMO OS CONCEITOS DE VALOR E ARBITRÁRIO INFLUENCIAM NO ESTUDO DOS NEOLOGISMOS

Conforme dito anteriormente, o objetivo deste estudo é verificar de que maneira um neologismo opera na *langue*. Fazendo uso e readaptando as palavras do linguista Émile Benveniste (2006) para este estudo, os neologismos tornam-se significantes na e pela língua³³, ou seja, a ideia de *langue*, como o sistema de valores que é, contém os neologismos e os explica.

À primeira vista, parece uma contrariedade pensar que a *langue* contém os neologismos, já que se tratam de formas novas. No entanto, esse não é o caso. Pelo menos não exatamente, e o motivo de assim pensarmos será explicado na sequência. Na *Segunda Conferência de Genebra*, apresentada nos *Escritos*, encontramos que a *langue* pode sofrer modificações de duas formas diferentes: a primeira delas é através da mudança fonética que, de acordo com o mestre genebrino, é uma operação que “escapa à nossa atenção e à nossa

³³ O trecho original encontra-se no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, presente no *Problemas de linguística geral II* (doravante PLG II): “Consideramos portanto que a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 98).

consciência” (SAUSSURE, 2004, p. 141); ou seja, tais mudanças ocorrem sem que tenhamos noção de que estão ocorrendo, apenas nos damos conta de sua manifestação quando comparamos estados diferentes da língua em questão. A outra forma de modificação da *langue* é pela analogia, definida por Saussure como um fenômeno de criação e de transformação, pois “(...) *em certo sentido*, isso não é uma transformação, é uma criação; mas, em última análise, não passa de uma transformação, já que todos os elementos (...) estão contidos nas formas existentes, fornecidas pela memória” (Ibidem, p. 140, grifos no original). Assim sendo, a *langue* contém as formas necessárias à formação neológica, mas, ao mesmo tempo em que a mudança analógica representa um fator de mudança (afinal estamos tratando da inserção de novas formas na *langue*), ela representa um fator de transformação por ser responsável pela realização de um *upgrade* na maneira como determinadas formas são utilizadas, como por exemplo, prefixos, sufixos e etc. Por esse motivo, podemos dizer que muito mais do que representar um fator modificador da *langue*, o fenômeno analógico representa um fator de transformação, convertendo aquilo que em um estado de uma língua era usado de determinada forma e que, após essa atualização, passará a ter outras aplicações e, dessa maneira, se conservará por mais tempo naquele idioma.

Acabamos de mencionar que o fenômeno analógico “conserva” as formas da *langue*, mas acreditamos ser necessário pensar um pouco mais sobre isso. Ainda na *Segunda Conferência de Genebra*, Saussure discorre sobre a questão de não se encontrar um marco zero das línguas. O que encontramos, segundo o mestre genebrino, são estados de língua sucessivos, até chegar em um determinado momento da pré-história no qual não encontraremos mais registro algum. Além disso,

[n]ada de línguas mães, nada de línguas filhas, mas uma língua uma vez dada, que rolará e se desenrolará indefinidamente no tempo, sem nenhum termo prefixado à sua existência, sem que haja, nem mesmo, a possibilidade interior de acabar se não houver acidente, nem violência, se não houver uma força maior, superior e exterior que venha aboli-la. (SAUSSURE, 2004, p. 137)

Não existem, para o mestre genebrino, línguas mães ou línguas filhas, dado que só temos estados de língua, ou seja, estados de uma mesma língua que, com o passar dos anos, sofrerá alterações naturais (essas alterações só serão mais marcantes, conforme vimos, em casos de submissão de uma língua à outra, seja por invasão territorial, seja por dominação).

A partir desse ponto, vemos o nascimento dos conceitos de mutabilidade e imutabilidade ou, como consta nos *Escritos*, os “dois princípios, da *continuidade* e da *mutabilidade* da língua” (SAUSSURE, 2004, p. 137, grifos no original). A ideia de

continuidade (ou imutabilidade) está relacionada ao fato de que não há marco zero da língua, não há um início de cada língua, o que encontramos são estados sucessivos. Por isso se acredita na ideia de que a *langue* é uma herança, nessa concepção de transferência, como se ela fosse uma joia passada de pai para filho. Já o princípio da mutabilidade está diretamente relacionado às diferenças entre estados de língua, diferenças essas que podem ser mais aparentes³⁴ (como as promovidas pelas mudanças analógicas) e outras nem tanto (como as de mudanças fonéticas). Não há um princípio que seja mais importante que o outro. Ambos, continuidade e mutabilidade, agem da mesma forma na *langue* e, segundo Saussure, a partir dessa ideia de que sempre teremos mudanças nas línguas, podemos encarar, então, “o princípio da transformação incessante das línguas como absoluto” (Ibidem, p. 138).

A *langue* se transforma ao mesmo tempo em que se conserva, pois tudo o que fomentará essa transformação, tudo o que possibilitará que ela seja modificada, já está contido nela. Todas as formas que serão utilizadas nas transformações já se encontram no arcabouço da *langue*, ou seja, apesar de termos o elemento surpresa relacionado às transformações analógicas (e ao surgimento dos neologismos), também podemos encarar esses fatores como premeditados pela própria *langue*, uma vez que nem tudo nessas mudanças seja estranho a ela em sua totalidade e “cada inovação será uma nova aplicação de elementos fornecidos pelo estado anterior da linguagem” (Ibidem, p. 140).

Considerando esse fator de mudança vs fator de conservação do fenômeno analógico, encontramos no ELG a seguinte passagem que, em linhas gerais, define bem o que estamos tentando explicar: “[é] assim que a renovação analógica que, em certo sentido, é muito destrutiva, se limita a continuar a cadeia de elementos transmitidos desde a origem das línguas, sem jamais conseguir rompê-la” (SAUSSURE, 2004, p. 140). É dessa maneira, então, que, a partir do material fornecido pela *langue* (dessas formas que já se encontram nesse sistema), o fenômeno analógico opera de modo a manter esses objetos em uso, evitando assim que sejam considerados obsoletos e acabem caindo no esquecimento da própria *langue*.

O leitor pode estar se perguntando sobre a relação do valor e do arbitrário com o fenômeno analógico, uma vez que até o momento já tenhamos falado sobre a importância de tal fenômeno na manutenção das línguas, seja como fator de conservação, seja como fator de inovação, e também sobre a relevância destes conceitos para o presente estudo. Explicaremos

³⁴ Esclareceremos o uso de “aparente”: na *Segunda Conferência de Genebra*, nos *Escritos*, Saussure (2004) diz que a mudança fonética “escapa à nossa atenção e à nossa consciência” (Ibidem, p. 141) por motivos que ele não explica. Assim, entendemos como aparente aquilo que grita ao falante, aquilo que chama mais atenção por ser uma forma realmente diferente, ao passo que a mudança fonética é tão sutil (e seu processo é tão longo, já que são necessários anos e anos) que não se percebe, que não é aparente.

isso em breve, porém, antes de realizarmos tal ação, uma recapitulação dos conceitos de valor e arbitrário se faz necessária.

O valor linguístico, conceito tão difundido da teoria saussuriana, é considerado (e não há motivos para se pensar o contrário, ou pelo menos acreditamos que não há) um dos mais importantes de toda a teoria. Compreender o valor significa compreender que *langue* é um sistema de valores, isto é, opera com base nas diferenças, relações e oposições que seus elementos, os signos, estabelecem uns para com os outros. Não há positividade em se tratando de *langue*, pois tudo se baseia na negatividade³⁵.

Os signos, compostos por significado e significante, são entidades que só podem ter o seu valor determinado quando se considera as relações internas e externas que ele estabelece nos eixos associativo e sintagmático. As relações internas dos signos são as relações que significado e significante estabelecem, portanto, são as relações entre a porção conceitual e a porção acústica/material dele. Já as relações externas são aquelas estabelecidas entre signos, ou seja, se imaginarmos uma cadeia (cf. figura 2, p. 31, por exemplo), os signos estão relacionados, uns com os outros, em um determinado eixo. Nesse eixo, colocamos tudo o que os signos são, tudo aquilo que eles não são e, devemos considerar também, tudo aquilo que eles poderiam ser mas não são (eixos associativo e sintagmático).

Por essa exigência do valor em colocar absolutamente tudo em relação é que começamos a nos questionar como e de que maneira as coisas, ou os signos, são considerados da forma como os conhecemos, ou que se encontram hoje nas línguas. Nesse ponto é que a ideia de arbitrário nos ajuda a entender o funcionamento do sistema da *langue*.

O CLG define o signo linguístico como arbitrário (e aqui não retomaremos a discussão da edição/remoção da expressão radicalmente, pois já a empreendemos em 1.1.2). Mas, o que significa dizer que ele é arbitrário? Quais são as implicações deste fato? Pelo caráter arbitrário do signo linguístico entendemos que não há obrigatoriedade que o vínculo estabelecido seja um e não outro, não há imposição do elo que relaciona as porções significante e significado dele. Assim, não há uma regra que determina que tal cadeia de sons (ressaltamos que ao tratar de cadeia de sons não estamos excluindo as demais materialidades) de um signo tenha de se ligar, obrigatoriamente, a uma determinada ideia. Essa relação ideia e som é completamente

³⁵ O único fato positivo na *langue*, conforme já explicitamos na nota 20, é o encontro de um significado com um significante, sendo que, para que eu tenha tanto um (significado) quanto o outro (significante), é necessário que eles se relacionem com tudo aquilo que eles não são (negatividade). Dessa forma, pensando em uma fórmula, negativo \times negativo nos fornece um elemento positivo que só tem sentido quando pensado no conjunto, no sistema, quando levado para a relação com todos os outros signos. Por esse motivo é que um signo não pode ser isolado do sistema, já que o seu valor só é estabelecido pelas relações de oposição que ele traça com tudo o que com ele se relaciona, em presença e em ausência.

arbitrária no sentido de que poderíamos associar qualquer outra ideia a uma mesma cadeia de sons ou poderíamos associar qualquer porção fônica a uma determinada ideia. Logo, o próprio signo linguístico, por si só, é arbitrário.

Da noção de arbitrário ainda temos dois desdobramentos: o arbitrário relativo e o arbitrário absoluto. O arbitrário absoluto, como o próprio nome já explica, é o arbitrário no qual não encontramos nada (pelo menos nada evidente) que possa relacionar um elemento ao outro, nenhum tipo de proximidade ou semelhança (exemplo, uma garrafa de água significa uma garrafa de água, mas não há nada que impeça o falante de chamá-la por qualquer outra sequência de sons). Todavia, nem tudo na *langue* é aparentemente tão arbitrário, ou rigorosamente arbitrário, como tal conceito indica. Neste momento nos deparamos com a noção do arbitrário relativo que surge como uma maneira de (tentar) explicar o porquê de alguns signos parecerem motivados ou menos arbitrários que outros. Fato é que os signos linguísticos são arbitrários, no entanto, alguns deles (como “girassol”) não parecem totalmente arbitrários (“girassol” apresenta uma relação entre o verbo girar e substantivo sol, associados inclusive ao fato de que a flor faz o movimento de “procurar o sol”, girando para ficar de frente, ou o mais próximo disso, a ele) e, por esse motivo, são chamados de relativamente arbitrários.

Entretanto, até mesmo esses signos que são considerados relativamente arbitrários são absolutamente arbitrários quando comparados a outros (o leitor lembra de que tudo na *langue* deve ser pensado a partir de relações, diferenças e oposições?). Por exemplo, o verbo girar e o substantivo sol são elementos radicalmente arbitrários (“s-o-l” e a “ideia de sol” são frutos de um encontro decisivamente radical de massas amorfas de som e sentido e o mesmo vale para a forma “gira”), no entanto, o mesmo não se pode dizer para girassol. Ou seja, a noção de relatividade no arbitrário só existe por aquilo que é arbitrário absoluto, bem como é importante destacar que essa motivação relativa é necessária à *langue* para que não precisemos de uma palavra para cada coisa que se quer dizer, já que isso acarretaria numa grande dificuldade de comungarmos os signos do sistema (ou pelo menos termos a ilusão de que comungamos).

Se da noção de valor partimos para a noção de arbitrário (e nem poderia ser diferente uma vez que o arbitrário é necessário para se compreender a ideia de valor), em que momento compreenderemos qual é a relação desses dois conceitos para as formações neológicas? Essa questão é simples (pelo menos assim pensamos) de se resolver, uma vez que já tenhamos feito uma síntese sobre valor e o arbitrário: o caráter arbitrário do signo linguístico é o que possibilita o aparecimento dos neologismos das mudanças analógicas, pois não há uma regra

que determine que certa sequência de sons deva ligar-se a certa ideia, dado que o elo que une significado e significante não é indestrutível. Depecker (2012) apresenta uma explicação bastante sucinta a respeito da possibilidade de evolução das línguas ocasionada pelo princípio do arbitrário, a ver: “uma vez que **significado e significante** não têm relação obrigatória entre si, eles **se encontram constantemente submetidos à interpretação feita pelos sujeitos falantes**” (Ibidem, p. 98, destaques nossos). Se a relação significante-significado não possui uma regra que faça com que tais elementos, obrigatoriamente, estabeleçam algum tipo de vínculo fixo, então, é por esse motivo que a *langue* pode, enfim, evoluir. O autor segue seu raciocínio dizendo que “as línguas evoluem por causa do jogo permanente entre significado e significante, que se tornou possível graças ao caráter radicalmente arbitrário tanto de um quanto de outro” (Ibidem). Ou seja, os laços estabelecidos entre a porção significante e a porção significado são frouxos o bastante de forma que possam ser associados de distintas maneiras, possibilitando assim o surgimento das novas formas que, por sua vez, conservarão os elementos envolvidos nessas unidades mais recentes da língua. A partir disso, temos que o meio como os neologismos significarão será dado na e pela *langue* através da ideia do valor linguístico³⁶. Sendo assim, definir esses conceitos é tarefa de suma importância a este estudo, considerando que explicaremos o funcionamento dos neologismos a partir deles.

Dado o que expusemos até o momento neste capítulo, esperamos ter possibilitado a visão de como as noções de valor e de arbitrário reverberam no estudo do fenômeno das transformações analógicas. Compreendendo que um neologismo torna-se significante na *langue* (pois ela o contém e contém as formas que possibilitam o seu aparecimento) e pela *langue* (visto que é a partir dela que ele terá seu funcionamento explicado), entendemos o motivo pelo qual se faz necessário estudar a *langue* como sistema de valores. Uma vez que tenhamos realizado tal empreitada até este momento, podemos dar o próximo passo, no qual nos preocuparemos em falar sobre a analogia para, no próximo capítulo, esmiuçar a questão dos neologismos.

³⁶ Lembrando que a relação entre significação e valor é dada pela dependência mútua, uma vez que a significação instancie o signo linguístico e o valor instancie o sistema.

1.3 A ANALOGIA

Até este momento, como pode perceber o leitor, discorreremos acerca das noções de valor linguístico e arbitrário buscando estabelecer, ao final, como esses conceitos reverberam na reflexão sobre a criação de palavras novas, a maneira como eles auxiliam na compreensão do funcionamento dos neologismos e no fato de eles – os neologismos – estarem na *langue* e nela fazerem sentido.

Agora pretendemos adentrar, enfim, a questão analógica, buscando compreender como tal fenômeno aparece nos diferentes textos do corpus saussuriano que compõem nosso corpus de pesquisa. A partir disso (e nos capítulos seguintes), elaboraremos uma reflexão acerca da neologia tendo em vista o que o mestre genebrino nos apresenta em seus trabalhos e, conseqüentemente, operando os deslocamentos necessários para se pensar essas formas inusitadas, essas formas acidentais da *langue*. A compreensão do fenômeno analógico é necessária para a reflexão sobre os neologismos, pois é a partir de tal fenômeno que essas novas formas dos sistemas linguísticos aparecem: é por intermédio da analogia que pretendemos chegar à neologia.

Da mesma maneira como fizemos anteriormente, utilizaremos o texto do *Curso* como a fonte base para nossa pesquisa e, conforme julgarmos importante e necessário, acrescentaremos os demais textos pertinentes à questão.

1.3.1 O fenômeno analógico na teoria saussuriana

No *Curso*, o fenômeno analógico é tratado na terceira parte (dedicada à linguística diacrônica³⁷). Sabemos, no entanto, que até mesmo o estudo diacrônico proposto por Saussure tem como base a sincronia, uma vez que para se compreender como uma mudança entre termos ocorre, deve-se ter em mente que isso será verificado em um determinado estado de língua e não na cadeia ininterrupta do tempo. Nos *Escritos* encontramos uma passagem que

³⁷ Segundo Gomes (2016), o mecanismo analógico aparece nos *Escritos* em praticamente todo o texto, ao passo que no *Curso* ele se encontra somente na parte dedicada à linguística diacrônica e, talvez por isso, tal tema não seja tão recorrente nos estudos inspirados no legado de Saussure.

ilustra essa questão envolvendo a divisão metodológica proposta pelo linguista suíço entre sincronia e diacronia:

(...) não é possível compreender o que é a língua sem conhecer, em primeiro lugar, as vicissitudes que ela atravessa de uma época à outra: mas, depois disso, nada é mais necessário, acreditamos, do que restabelecer uma separação absoluta entre o ser “língua”, sempre momentâneo, e o fato contingente desse ser “língua” ser extraordinariamente destinado a se transmitir através do tempo. Na realidade, **tudo o que existe na língua provém, muitas vezes, dos acidentes de sua TRANSMISSÃO, mas isso não significa que se pode substituir, pelo estudo dessa transmissão, o estudo da língua;** nem, sobretudo, que não há, a cada momento, como nós afirmamos, duas coisas de ordem inteiramente distintas na língua, de um lado, e na transmissão, de outro. (SAUSSURE, 2004, p. 52, maiúsculas no original e destaques nossos)

Assim, os aspectos da *langue* relacionados à mudança são vislumbrados pelo ponto de vista diacrônico, no entanto, é em um estado de língua (em uma sincronia) que esses aspectos são, de fato, avaliados. Dessa forma, atestamos que não há uma relação dicotômica entre diacronia e sincronia³⁸: ambas são essenciais para se verificar aspectos evolutivos de um dado idioma.

Flores (2013), em texto publicado na obra *Saussure: a invenção da linguística*, propõe uma investigação acerca do fazer do linguista, considerando a máxima saussuriana “mostrar ao linguista o que ele faz”. O caminho percorrido pelo autor é trilhado através do conceito de analogia e dos conceitos de sincronia e diacronia. De acordo com o linguista,

Saussure, ao analisar fenômenos linguísticos muito específicos – e o caso da analogia é exemplar -, coloca em relevo o sujeito falante em relação com a língua, com o conjunto de formas lexicais e gramaticais cuja realização é sempre uma potencialidade de uso irrefletido de cada locutor. (FLORES, 2013, p. 83)

Assim, Flores (Ibidem) aponta, ao final de seu texto, que

Saussure é um exímio linguista e, se bem o entendemos, seu ponto de partida é sempre a fala, o lugar da criação. Logo, relacionar o aspecto criativo da língua com o *fazer do linguista* é o que mais se destaca em nosso percurso, e isso coloca em destaque o sujeito falante. (FLORES, 2013, p. 84, grifos no original)

Retomando nossa discussão sobre o elo (ou a falta dele) entre sincronia e diacronia, dizer que o fenômeno analógico é estritamente um fenômeno diacrônico nos parece um equívoco (e um risco) ocasionado, talvez, pela falta de compreensão de como é feita a análise proposta por Saussure³⁹, uma vez que já no início da terceira parte encontramos a seguinte

³⁸ Flores (2013) aponta que “a oposição entre sincronia e diacronia é mais de natureza metodológica do que da realidade da língua” (Ibidem, p. 82).

³⁹ De Mauro (SAUSSURE, 1972, p. 472), na nota 269, explica que Saussure teria planejado colocar os aspectos histórico-evolutivos antes da apresentação do conceito de *langue*. Dessa maneira, a terceira, quarta e quinta

passagem: “[a] Linguística diacrônica estuda não mais as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo.” (SAUSSURE, 2012, p. 193). A questão problemática envolvida na diacronia é entender que não se trata da verificação de “termos coexistentes em um estado de língua” (Ibidem), mas de termos que se substituem no decorrer do tempo, ou seja, verifica-se tais substituições considerando os estados de língua distintos, e não se foca na compreensão de como as diferentes formas atuam em um mesmo período.

Conforme vimos na seção 1.2, na *Segunda Conferência de Genebra* apresentada nos *Escritos*, Saussure (2004) fala do “princípio da transformação incessante das línguas como absoluto” (Ibidem, p. 138), ou seja, o mestre genebrino apresenta esta característica das línguas: elas se transformam. Em uma das notas de Constantin, na edição crítica de Rudolf Engler (SAUSSURE, 1989), encontramos que o fato absoluto no estudo das línguas é o de seu “movimento no tempo”; nada é capaz de pará-lo, ele é “inevitável”⁴⁰. Esse movimento ou transformação pode ocorrer por dois fenômenos, o da mudança fonética e o da mudança por analogia. Em *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure* (GODEL, 1969), Robert Godel, apontando nota de Riedlinger para o primeiro curso, mostra que “toda a modificação normal de *langue* que não resulte de uma mudança fonética é um efeito da analogia⁴¹” (Ibidem, p. 57, tradução nossa), isto é, a transformação da *langue* ocorrerá ou por uma forma ou por outra; quando não é uma mudança fonética é, então, esse “efeito da analogia”, mencionado por Riedlinger. Por mudança fonética entendemos que se trata de um fenômeno que existe em todas as línguas e é um processo que “escapa à nossa atenção e à nossa consciência” (SAUSSURE, 2004, p. 141), ao passo que a mudança analógica representa uma criação, ou melhor, representa uma transformação antes de

parte do *Curso* seriam “consideradas com mais atenção, e a visão historicizante de *langue* teria aparecido de forma mais clara ao leitor” (Ibidem, p. 472, tradução nossa). No original: “(...) Dans le plan ultime de Saussure l'analyse des phénomènes historico-évolutifs devait non pas suivre mais précéder la présentation de la langue (voir supra notes 12, 65). Indubitablement, si les éditeurs avaient suivi cette voie, les troisième, quatrième et cinquième parties du C. L. G. auraient été considérées avec plus d'attention, et la vision historicisante de la langue élaborée par Saussure aurait apparu plus clairement au lecteur. Au contraire, non seulement ces considérations n'ont pas eu lieu, mais en outre des savants d'ordinaire perspicaces en sont venus à penser et à affirmer que la seconde moitié du C. L. G. n'avait pas d'importance ou de nouveauté particulière: ct. Jaberg 1937*136 et A. Varvaro, *Storia, problemi e metodi della linguistica romanza*, Naples 1966, p. 212)” (Ibidem, grifos no original).

⁴⁰ Tradução nossa. No original: “(...) Ce qui est absolu, c'est *le mouvement dans le temps*; rien ne peut l'arrêter, il est inévitable” (SAUSSURE, 1989, p. 318, grifos no original).

⁴¹ No original: “Toute modification normale de la langue qui ne résulte pas d'un changement phonétique est un effet de l'analogie” (GODEL, 1969, p. 57).

representar uma criação, pois parte de elementos existentes na *langue* para a formação de novos signos.⁴²

No CLG vemos que o fenômeno analógico “supõe um modelo e sua imitação regular” (SAUSSURE, 2012, p. 217), ou seja, é um fenômeno de criação, pois parte de um modelo da *langue* ao mesmo tempo em que é um fenômeno de transformação por repetir esse modelo de maneira regular, conservando assim certos aspectos daquele idioma. Para explicar como essa transformação ocorre, Saussure utiliza o modelo da quarta proporcional (método que explica a formação de palavras nos idiomas e que, de acordo com o linguista suíço, parece ser o melhor procedimento para estudar, por exemplo, as gramáticas europeias) para que o leitor compreenda de que maneira as formas antigas interferem na construção das novas, como elas coexistem e assim por diante, conforme vemos na imagem a seguir:

$$\begin{array}{l} \text{ōrātōrem} : \text{ōrātor} = \text{honōrem} : x \\ x = \text{honor} \end{array}$$

Figura 3 - Cálculo da quarta proporcional (SAUSSURE, 2012, p. 218)

Segundo o mestre genebrino, honor é a forma analógica “criada sobre o modelo *orator* : *oratore*m” (Ibidem, p. 218, grifos no original) que surgiu para “contrabalançar a ação diversificante da mudança fonética” (Ibidem) ocorrida pelo rotacismo do *s*, fazendo a forma *honosēm* passar a *honōrem*. A princípio, o que se dizia era *honōs* que, pelo modelo da quarta proporcional, estava para *honōsem* (*honōs* : *honōsem*) e, então, pela mudança gerada pelo rotacismo do *s* (*honōs* : *honōrem*), originou-se uma dualidade do radical que foi eliminada pela forma analógica *honor*. Tal formação analógica “unificou novamente as formas e restabeleceu a regularidade (*honor* : *honōrem*), já que é próprio da analogia esta tentativa de “unificar os processos de formação e de flexão” (Ibidem).

⁴² Aqui optamos por compreender a analogia como um fenômeno de criação e de transformação, ainda que no *Curso* (SAUSSURE, 2012) leia-se que não há transformação “(...) a inovação analógica e a eliminação da forma antiga são duas coisas distintas e que em parte alguma se surpreende uma transformação” (Ibidem, p. 220). Acreditamos que a explicação contida nos *Escritos* (SAUSSURE, 2004), na *Segunda Conferência de Genebra* dada pelo mestre genebrino, nos parece mais significativa, pois nela encontramos que a analogia pode ser considerada fenômeno de transformação, dado que “(...) todos os elementos (...) estão contidos nas formas existentes, fornecidas pela memória” (Ibidem, p. 140). De acordo com o prefácio do *Curso*, o primeiro curso ministrado por Saussure, que continha a parte da linguística evolutiva (e, por conseguinte, o estudo das alterações fonéticas e analógicas) foi ministrado em 1907, ao passo que a *Segunda Conferência de Genebra* foi realizada em 1891. Para o leitor mais ávido às questões relacionadas às datas, tal “divergência” poderia ser o indício de algo que já mencionamos neste trabalho: a constante insatisfação de Saussure com relação ao seu pensamento e sua reconstrução. Ressaltamos que não negamos que realmente possa significar isso, que Saussure possa ter reformulado a questão da analogia para a exposição do primeiro curso. No entanto, uma vez que sabemos que estamos lidando com um material editado e que muito pode ter sido acrescentado ou até mesmo excluído, preferimos adotar a ideia que aparece nos *Escritos* para os fins deste trabalho.

Para explicar melhor o esquema da quarta proporcional, vemos no *Curso* que o fenômeno analógico “é um drama de três personagens: 1º - o tipo transmitido, legítimo, hereditário (por exemplo, *honōs*); 2º - o concorrente (*honor*); 3º - uma personagem coletiva, constituída pelas formas que criaram esse concorrente (*honōrem, ōrātor, ōrātōrem* etc.)” (SAUSSURE, 2012, p. 219, grifos no original). Comumente se considera *honor* como uma forma modificada de *honōs*, no entanto, se observarmos a evolução do termo, vemos que “a única forma que nada teve a ver com a geração de *honor* foi precisamente *honōs*” (Ibidem) e isso é ilustrado pelo esquema a seguir, encontrado no *Curso*:

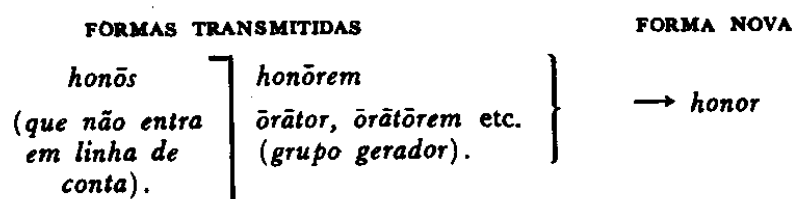


Figura 4 - Formas envolvidas no processo analógico (SAUSSURE, 2012, p. 220)

Tal fato deve-se ao que o mestre genebrino explica anteriormente: a forma *honōs* era a forma utilizada na *parole*⁴³ que sofreu alteração no seu processo evolutivo, perdendo o *s* e fazendo com que as demais formas que dela partiam também o perdessem, ou seja, também sofressem tal modificação. *Honōs* representa, em outras palavras, a “forma primeira”, mas não entra, em se tratando de evolução, no conjunto de elementos responsáveis pela nova formação, pela analogia.

Ainda no *Curso* vemos outra questão bastante interessante e que é, também, aparentemente contraditória se considerarmos o já mencionado texto da *Segunda Conferência de Genebra (Escritos)*. Nesse último, Saussure (2004) fala em mudança fonética e mudança analógica e, como vimos anteriormente, ainda justifica que o fenômeno analógico é um fenômeno de criação e de transformação. Já no CLG, encontramos que não se deve falar em mudança analógica, dado que ela não promova, necessariamente, uma mudança na *langue*, uma vez que duas formas semelhantes podem coexistir em um determinado momento e só teremos o desaparecimento de uma delas quando for considerada obsoleta e cair em desuso, do contrário, é possível manter duas formas para uma mesma palavra sem maiores problemas ao sistema. Saussure explica, ainda no *Curso*, que a ideia de mudança está intimamente relacionada à ideia de substituição de uma forma por outra (o que não deixa de estar correto),

⁴³ Conforme foi dito no preâmbulo, optamos pelo uso de *parole* ao invés de fala para manter a relação com o conceito de discurso e evitar a confusão com a realização oral-articulatória.

no entanto, como vimos, a analogia não pressupõe, pelo menos não imediatamente, essa substituição.

(...) no momento em que nasce *honor*, nada mudou, pois não se substitui nada; o desaparecimento de *honōs* não é mais uma mudança, de vez que se trata de um fenômeno independente do primeiro. Onde quer que se possa acompanhar a marcha dos sucessos linguísticos, vê-se que a inovação analógica e a eliminação da forma antiga são duas coisas distintas (...). (SAUSSURE, 2012, p. 220, grifos no original)

Nos *Escritos*, em *Sobre a essência dupla da linguagem* (SAUSSURE, 2004), também nos deparamos com essa ideia de que não se pode falar em mudança analógica da mesma forma que se fala em mudança fonética, uma vez que aquela não represente, necessariamente, uma mudança, ao passo que nessa “há, verdadeiramente, uma coisa que existe e se transforma” (Ibidem, p. 78). Acreditamos que se o leitor estiver atento à questão da nomenclatura e da maneira como o linguista suíço encarava os fatos (e essa flutuação terminológica e conceitual que por vezes ronda os textos saussurianos), não há problemas maiores em se falar em mudança analógica desde que se saiba que não são todas as transformações advindas do fenômeno analógico que determinarão, de fato, uma mudança na *langue* (e também considerando que, em um determinado tempo, tal mudança ocorrerá ou a forma envolvida no processo analógico simplesmente deixará de existir por se tornar algo obsoleto).

Flores (2013) oferece uma solução para essa questão ao dizer que, para Saussure, “a evolução (a mudança) está ligada, entre outras coisas, à substituição; na analogia não há substituição, há criação.” (Ibidem, p. 76). Portanto, caso o leitor prefira não tratar a analogia como uma mudança, poderá, então, encarar-la como fenômeno de criação da língua. Em contraponto, vemos em uma das notas de Riedlinger apresentadas por Godel (1969) que há mudança analógica quando se trata da substituição de uma “forma tradicional” por outra “criada por associação”⁴⁴, ou seja, conforme mencionamos anteriormente, não há problema em falar em mudança analógica desde que se tenha consciência de que não são todas as formações que acarretarão, de fato, uma mudança na *langue*. Neste trabalho optamos por manter a nomenclatura presente na *Segunda Conferência de Genebra* e utilizar tanto “fenômeno analógico” quanto “mudança analógica” (ou simplesmente “analogia”).

⁴⁴ Tradução nossa. No original: “il y a fait, changement analogique quand à une forme traditionnelle existante, on en substitue une autre, crée par association” (GODEL, 1969, p. 57, grifos no original).

Sendo a analogia esse fenômeno de criação e transformação da *langue*, não podemos deixar de pensar naquele que vem a se responsabilizar por este aspecto inovador: o falante. Flores (2013) nos diz que

(...) quando o falante produz uma formação analógica, o ponto de vista sincrônico é sempre o do falante e de seu saber sobre a língua. (...) Por esse viés, (...) **a verdadeira necessidade entre sincronia, gramatical e analogia se explicita: é o falante que os relaciona entre si ao produzir uma analogia, ao criar na língua.** (FLORES, 2013, p. 83, destaques nossos)

No *Curso* vemos que o processo analógico é de “ordem psicológica” (SAUSSURE, 2012, p. 221) e de “ordem gramatical” (Ibidem, p. 222)⁴⁵, uma vez que ele “supõe a consciência e a compreensão que une as formas entre si” (Ibidem). Portanto, vemos que essa consciência e compreensão estão intimamente relacionadas com o sujeito falante do sistema linguístico em questão, pois é ele que atribui os sentidos necessários às formas e é por ele que a mudança existe de fato. Vemos que a mudança na *langue* depende da massa, da sociedade, para acontecer ao mesmo tempo em que depende do falante para existir. Logo, pensar não só no processo analógico mas em todos os processos do sistema sem supor seu usuário é tarefa bastante arriscada, senão limitadora.

Na página 223 do *Curso* encontramos a seguinte passagem que busca definir, uma vez mais, o fenômeno analógico:

(...) [e]m resumo, **a analogia**, considerada em si mesma, **não passa de um aspecto do fenômeno de interpretação, uma manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida.** Eis por que dizemos que é **inteiramente gramatical e sincrônica**⁴⁶. (SAUSSURE, 2012, p. 223, destaques nossos)

Ao tratar da interpretação, Saussure, inevitavelmente, traz a ideia do falante, daquele que se apresenta como usuário do idioma em questão e que, a partir da escuta⁴⁷ do outro, interpreta as formas da *langue* a fim de atribuir um sentido.

⁴⁵ Por ser de ordem psicológica e gramatical é que entendemos que a analogia não é um fenômeno exclusivamente diacrônico, como se pode pensar pela disposição do texto no *Curso* (2012). O fenômeno analógico brota em um determinado estado de língua (sincronia), uma vez que é nesse estado que a *langue*, como o sistema de valores que é, disponibiliza elementos em presença e em ausência para que se realize a analogia.

⁴⁶ No *Curso* (2012) encontramos que, apesar do capítulo da analogia estar na parte destinada à linguística diacrônica, não devemos pensar nela como um fenômeno de tal ordem (ou somente de tal ordem), uma vez que apesar de estarmos comparando uma língua no decorrer do tempo, estamos sempre falando de estados de língua, de formas que existem em diferentes estados de língua, por isso devemos pensar em sincronia, e não apenas em diacronia.

⁴⁷ A questão da escuta também é bastante cara a este trabalho. Encaramos tal noção como aquilo que é necessário para que eu, como falante/usuário do sistema, da *langue*, apreenda-a de forma individual para, a partir disso,

Nos *Escritos* encontramos que

[t]odas as modificações, sejam fonéticas, sejam gramaticais (analógicas), se fazem exclusivamente no discursivo. Não há nenhum momento em que o sujeito submeta a uma revisão o tesouro mental da língua⁴⁸ que ele tem em si, e crie, de espírito descansado, formas novas (...) que ele se proponha (prometa) a “colocar” em seu próximo discurso. **Toda inovação chega de improviso, ao falar, e penetra, daí, no tesouro íntimo do ouvinte ou no do orador**, mas se produz, portanto, a propósito de uma linguagem discursiva. (SAUSSURE, 2004, p. 86-87, destaques nossos)

O interessante, nessa passagem em específico, é que Saussure traz a importância do sujeito e não apenas do falante, como também do ouvinte (o que ajuda a comprovar nossa ideia de que a escuta é essencial nos processos da *langue*). De acordo com o mestre genebrino, o falante é o elemento primordial para a inovação (ou renovação) do sistema, dado que é por ele que as novas formas se estabelecem, pois ele além de produzir essas inovações em seu discurso quando na sua posição (de orador), também as assimila e atribui sentido a elas no momento em que se encontra na posição de ouvinte.

Em síntese, tentando estabelecer um resumo acerca da analogia, pelo menos a partir do texto do *Curso*, temos que “[u]ma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada” (SAUSSURE, 2012, p. 215, grifos no original) e tal argumento serve para fortalecer o que é dito na *Segunda Conferência de Genebra*, pois, sendo a forma analógica uma forma feita à imagem de outra(s), conseqüentemente ela acaba por conservar tais formas ao mesmo tempo em que promove a transformação da *langue* em questão, ao trazer uma nova forma que poderá, ou não, reverberar nesse sistema.

Uma vez que tenhamos apresentado em linhas gerais o fenômeno analógico passaremos agora para outra questão igualmente importante no que tange tal fenômeno: a sua importância na evolução e na história da(s) língua(s).

interpretar essas formas e associar os sentidos necessários. Sugerimos a leitura do artigo “Por uma noção de escuta a partir do legado saussuriano” (MILANO, Luiza; STAWINSKI, Aline; GOMES, Janaína. Por uma noção de escuta a partir do legado saussuriano. *Eutomia*, Recife, v. 17, n. 1, p. 92-104, jul. 2016) para maiores informações a respeito do tema.

⁴⁸ O tesouro da língua (ou tesouro mental/da *langue*, como também utilizamos aqui neste estudo) é, para Saussure, o arcabouço linguístico encontrado na mente de cada membro de uma determinada comunidade. Como ele está no cérebro de cada um, varia de pessoa para pessoa, mesmo em se tratando de um mesmo sistema.

1.3.2 A importância do processo analógico na história e na evolução da(s) língua(s)

De acordo com o *Curso*, o fenômeno analógico era comumente associado a uma anomalia, uma vez que se acreditava que o falante estava equivocado ao utilizar uma determinada forma em detrimento de outra. Tal ideia perdurou até meados do surgimento da escola neogramática, pois, a partir dela, estudos foram realizados e a analogia passou a ser encarada como um importante fator de evolução da *langue* (e, conseqüentemente, importante também para se descrever a história das línguas). Assim sendo, discutiremos tal questão neste momento e tentaremos compreender como tais mudanças podem ou não interferir na trajetória das línguas.

Conforme vemos nos *Escritos*, há um “princípio universal da *absoluta continuidade* da língua no tempo” (SAUSSURE, 2004, p. 144, grifos no original), ou seja, se há algo que podemos encarar como verdadeiro no estudo das línguas é que elas continuam através do tempo. Isso se dá através das transformações que elas podem sofrer e pode ser atestado mais adiante na mesma citação:

[a] esse primeiro princípio vem a se combinar o segundo, da *contínua transformação* da língua no tempo, dependendo, ela mesma, eu quero lembrar, de dois agentes distintos, um psicológico, que se concentra na “operação de analogia”, o outro *mecânico, fisiológico*, que tem sua expressão nas mudanças fonéticas. (SAUSSURE, 2004, p. 144 - 145, grifos no original)

Assim, os fenômenos responsáveis pela alteração da(s) língua(s) no tempo são a analogia e a mudança fonética. Entretanto, nem sempre o fenômeno analógico acarretará em uma mudança no sistema em questão. Dizer que tal fenômeno nem sempre ocasionará uma mudança, de fato, na *langue* parece um pouco difícil de compreender (pelo menos em um primeiro momento). Todavia, acreditamos que poderemos ajudar o leitor a entender melhor tal questão.

Uma formação analógica só reverberará na *langue* caso seja aceita pela comunidade linguística. R. Godel (1969), conforme anotações de Riedlinger para o primeiro curso, aponta que só podemos falar, efetivamente, de mudanças quando estamos considerando a *langue* como um todo. Caso contrário, estamos falando de inovação no sentido de se criar algo a partir de elementos já dados⁴⁹. Como já foi dito neste capítulo, a mudança analógica depende

⁴⁹ Tradução nossa. No original: “(...) dans les deux cas, il y a création, ou mieux: *innovation*, création à nouveau, à partir d’éléments déjà donnés. C’est seulement si l’on envisage *l’ensemble de la langue* qu’on peut parler de changement” (GODEL, 1969, p. 57, grifos no original).

da sociedade para acontecer (e aqui entendemos que depende dela, uma vez que sem a sua aceitação nada entra no sistema) e do indivíduo, do falante, para existir (é a partir dele que ela acontece, que a forma em si surge). Existem, de fato, formas analógicas que não representam inovações na *langue* e são apenas criações individuais (como veremos mais adiante).

Destacamos, uma vez mais, que o fenômeno analógico é de ordem gramatical, uma vez que “supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si” (SAUSSURE, 2012, p. 222) e não apenas de ordem psicológica. Tudo, na analogia, é gramatical, no entanto, “a **criação**, que lhe constitui o fim, **só pode pertencer, de começo, à fala; ela é obra ocasional de uma pessoa isolada**” (Ibidem, destaques nossos). Ou seja, para que ela possa realmente entrar na *langue*, é necessário que seja aceita pela sociedade para que então possa se instaurar como elemento pertencente a um idioma. A questão do social permeia toda a obra saussuriana. Ele é determinante para que se possa dizer que um elemento pertence ou não à *langue*, uma vez que o indivíduo, por si só, não consegue implantar algo no sistema sem que antes seja aceito pela coletividade. No entanto, antes desse processo envolvendo a comunidade linguística, é necessário que essa nova forma tenha aparecido, primeiramente, na *parole* de uma pessoa.

Normand (2009) apresenta uma reflexão bastante interessante sobre as mudanças na *langue*. Segundo a autora,

[o] critério que permite escolher, em todas as variações físicas possíveis da língua, aquelas que pertencem à língua, é, então, o critério da significação; pois esses elementos linguísticos que constituem o sistema da língua têm por propriedade primeira significar, serem *signos*. (NORMAND, 2009, p. 60, grifos no original)

Logo, nem tudo aquilo que desvia, nem tudo aquilo que aparentemente é uma mudança, repercute no sistema. Somente através do acordo estabelecido pela coletividade é que será determinado tudo o que significará no sistema, tudo aquilo que, usando as palavras de Normand, será signo.

O capítulo seguinte ao da analogia no *Curso* trata justamente da relação entre a analogia e a evolução da *langue*. Logo no início do capítulo nos deparamos com a seguinte premissa: “nada entra na língua sem ter sido experimentado na fala, e todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo” (SAUSSURE, 2012, p. 226). Aqui vemos, uma vez mais, um dos fatores de formação da analogia (já mencionado acima): o sujeito falante. Segundo o CLG, toda mudança analógica tem início na *parole* e, conseqüentemente, com o falante. Sozinho ele até é capaz de gerar novas formas na *langue*, entretanto, somente a sociedade poderá transformar estas novas formas em mudança.

A “peneira” da sociedade, pela qual toda formação analógica passa, reafirma aquilo que falamos anteriormente: não são todas as criações analógicas que acarretarão uma mudança na *langue*. Abaixo, apresentamos uma citação do *Curso* na qual Saussure aponta alguns dos casos de fenômenos analógicos que não saem do plano das criações individuais dos sujeitos:

[n]ão é mister que todas as inovações analógicas tenham essa boa fortuna. **A todo instante, encontramos combinações sem futuro, que a língua provavelmente não adotará.** A linguagem das crianças está cheia delas, porque as crianças conhecem mal o uso e ainda não lhe estão sujeitas (...). Mas também a linguagem dos adultos as oferece. (...) **A língua retém somente uma parte mínima das criações da fala** (...). (SAUSSURE, 2012, p. 226-222, destaques nossos)

A linguagem das crianças é um dos exemplos mais claros de formações analógicas que não adentram a *langue*, de criações que não reverberam no sistema, que não são indícios de mudança/transformação e isso se deve ao fato de que as crianças, muitas vezes, ainda estão se tornando sujeitos (como diria Benveniste, estão se apropriando da forma “eu”) da e na *langue*, passando por um período “confuso”, no qual tentam se adaptar a um sistema linguístico e a uma sociedade que conhecem há pouco tempo. Entretanto, conforme lemos na passagem acima, a linguagem infantil não é a única a comportar essas formas individuais, mas ela é um ótimo exemplo para ilustrar o que estamos dizendo quando comentamos que não são todas as formações analógicas que repercutem no sistema.

Enfim, qual é importância do fenômeno analógico para o estudo da(s) língua(s), para compreender a história e a evolução? No mesmo capítulo do qual estávamos tratando, encontramos a seguinte passagem:

(...) tal **substituição constante de formas antigas por novas constitui um dos aspectos mais surpreendentes da transformação das línguas.** Cada vez que uma criação se instala de modo definitivo e elimina sua concorrente, existe verdadeiramente algo criado e algo abandonado, e nesse sentido **a analogia ocupa um lugar preponderante na teoria da evolução.** (SAUSSURE, 2012, p. 227, destaques nossos)

De fato, se a analogia representa este fenômeno capaz de inserir, na *langue*, uma forma em detrimento de outra, isso já é prova suficiente de que ela é um indicador de evolução e que a sua presença pode auxiliar nas pesquisas sobre a história de um determinado idioma (o que representa também um fator importantíssimo para os estudos da linguagem). A substituição de formas caducas⁵⁰ por outras mais regulares e compostas por elementos com os quais os

⁵⁰ Cf. expressão utilizada no *Curso* (SAUSSURE, 2012, p. 229).

falantes estejam mais habituados é, então, a principal característica da analogia e o que faz dela um fenômeno tão relevante.

Entretanto, **mesmo nesses tateios, a analogia exerce uma ação sobre a língua.** Assim, conquanto não seja por si mesma um fator de evolução, **ela reflete, de momento para momento, as mudanças sobrevindas da economia⁵¹ da língua e as consagra por novas combinações.** Ela é a **colaboradora eficaz de todas as forças que modificam sem cessar a arquitetura de um idioma,** e a esse título constitui um possante fator de evolução. (SAUSSURE, 2012, p. 229, destaques nossos)

Entendemos pela expressão “nesses tateios” as formas que, conforme citamos anteriormente, representam uma criação individual e não necessariamente um elemento que vá gerar alguma mudança no sistema. Porém, de acordo com o que vimos na citação, até mesmo em momentos como esses o fenômeno analógico reflete aspectos relevantes da *langue*, justamente por demonstrar como essas novas formas se comportam, a partir do que elas surgem e como o indivíduo está refletindo sobre o próprio sistema linguístico. Por todos os lados que se possa olhar para a analogia, ela representará (pelo menos na maioria dos casos) um importante fenômeno languageiro, responsável por caracterizar a *langue* em questão.

Outro ponto que merece destaque com relação à analogia diz respeito ao fato de ela ser um fenômeno de renovação ao mesmo tempo em que representa um fenômeno de conservação da *langue*. O leitor provavelmente deverá estar se questionando de que maneira isso é possível, afinal de contas conservar e renovar parecem ideias antagônicas. Tentaremos explicar, de acordo com nossa leitura, como isso acontece: segundo o CLG (SAUSSURE, 2012), ainda que sejam comprovadas as mudanças provenientes das formações analógicas, comprova-se também que os elementos presentes em tais mudanças mantêm-se conservados, ou seja, é pela analogia que essas unidades serão preservadas, a partir do momento em que esse fenômeno as utiliza para inovar outras porções da *langue*. Como consta no *Curso*, “a língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (Ibidem, p. 30), ou seja, a *langue* só se conserva a partir do momento no qual é capaz de sofrer alterações (e tais mudanças buscam em formas mais antigas elementos para construir novas unidades) no decorrer do tempo, em sua trajetória.

⁵¹ Segundo De Mauro (SAUSSURE, 1972, p. 472–473), na nota 282, o termo economia não aparece nos manuscritos. É uma inserção (felizmente, segundo palavras do próprio autor) dos editores que serve para “mostrar o equilíbrio entre as diferentes tendências que agem sobre a *langue*” (Ibidem, tradução nossa). No original: “Le terme économie ne semble pas se trouver dans les manuscrits (2570 B Engler). Il a été heureusement introduit par les éditeurs pour dénoter l'équilibre entre les différentes tendances agissant sur la langue: il a été repris dans cette acception par A. Martinet 1955 qui en a fait un terme-clef de la conception structurale moderne de la réalité linguistique” (Ibidem).

A metáfora da *langue* como traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido também é interessante para explicar o fenômeno da arbitrariedade. Pensando em tal caráter do signo linguístico acabamos sendo colocados em uma complicada situação, pois, de acordo com o que já mencionamos ao tratar do arbitrário, se tudo na *langue* fosse radicalmente arbitrário, cada falante construiria os elos de forma e sentido da maneira que lhes fosse conveniente, impossibilitando/prejudicando a comunicação. Assim, para evitar tamanho problema, temos o caráter relativamente arbitrário da *langue*, o qual explica que apenas determinados signos linguísticos são radicalmente arbitrários, os demais possuem determinados graus de motivação. Tais motivações são fornecidas pelo próprio sistema, ou melhor, são comportadas pela própria *langue*, explicitando nossa hipótese sobre o que a metáfora nos diz: *a langue é este traje feito de remendos de seu próprio tecido uma vez que os elementos que possibilitam a sua conservação talvez sejam comportados por ela, talvez estejam contidos nela.*

Existem, segundo o CLG, duas maneiras de um elemento manter-se conservado: a primeira delas é pelo isolamento completo (o que nos parece bastante difícil), afastando-o da interferência do sujeito; a segunda maneira, mais plausível de acordo com a nossa visão, é pelo enquadramento em um sistema linguístico. Tal enquadramento se deve à analogia, uma vez que ela possibilita que determinada unidade da *langue* seja reagrupada a novos elementos para que possa ser mantida em uso e, dessa forma, ser conservada (uma vez que não cairá em desuso, não se tornará obsoleta). Isso explica a metáfora utilizada por Saussure (e a interpretação que dela fazemos): *talvez a própria langue contenha em seu mecanismo as formas que possibilitam esta renovação de signos para que eles não se tornem obsoletos naquele sistema linguístico.*

Nos *Escritos*, Saussure nos apresenta uma explicação bastante interessante para o aparecimento das novas formas da *langue* (e conservação das formas antigas), dizendo que “(...) **tudo se passa (...) por decomposição das formas existentes e recomposição de outras formas** no meio de materiais fornecidos pelas primeiras.” (SAUSSURE, 2004, p. 165, destaques nossos) e segue dizendo que os pedaços da “nova forma são sempre tirados do acervo adquirido” (Ibidem). Ou seja, esse “acervo adquirido” está relacionado ao tesouro da *langue*, que nada mais é do que aquilo que se encontra depositado na mente de cada um dos integrantes de uma comunidade linguística (e por isso mesmo varia de pessoa para pessoa), que diz respeito aos elementos sistema linguístico no qual o falante se encontra e, no caso em questão, fornecerá as unidades para que seja possibilitado o aparecimento dessa nova forma.

Por fim, uma vez que tenhamos compreendido a relevância do fenômeno analógico para o estudo das línguas, o leitor deve estar se perguntando, considerando aquilo que já anunciamos anteriormente sobre os neologismos: em que momento falaremos deles (dos neologismos)? Explicamos nossa opção de mantê-los em espera até agora com a simples justificativa de que precisávamos fazer esta contextualização, precisávamos mostrar ao leitor as questões pertinentes ao nosso estudo para, só depois, trazer o que de fato estamos considerando como neologismo. No capítulo seguinte, portanto, contemplaremos as formações neológicas.

2 O FENÔMENO NEOLÓGICO

No primeiro capítulo, como pôde ver o leitor, realizamos uma síntese dos principais conceitos saussurianos que a este trabalho interessam. Trabalhamos, inicialmente, com a noção de valor linguístico e com a ideia que ela apresenta de que tudo na *langue* é baseado nas relações que os signos estabelecem entre si; o sistema linguístico opera com base nas diferenças estabelecidas nas relações entre signos, assim sendo, ele é um sistema de valores puros, valores estes negativos e relativos que emergem das diferenças entre os elementos da *langue*.

A partir da noção de valor linguístico outra noção se fez necessária: a de arbitrário. De acordo com Saussure, o elo que une significado e significante não é determinado por uma regra específica, ou seja, não há nada que diga que uma dada cadeia de sons (ou qualquer outra materialidade) precise, obrigatoriamente, ligar-se a uma ideia. Poderíamos associar qualquer ideia a qualquer porção fônica, e tal fato faz do signo linguístico, por si só, arbitrário.

Da noção de arbitrário encontramos, no *Curso*, duas ramificações: o arbitrário relativo e o absoluto. O arbitrário absoluto diz respeito à total falta de evidência de vínculo entre a porção significado e a porção significante do signo. Já o arbitrário relativo aparece como uma maneira de explicar alguns casos que escapam à ideia de arbitrário absoluto, como o exemplo do número dezanove, que se relaciona com os signos dez e nove. Entretanto, essa relativização é aparente até certo ponto, uma vez que o signo dezanove é relativamente arbitrário quando comparado aos signos dez e nove, mas, se comparado ao signo vinte, passa a ser absolutamente arbitrário, o que nos leva, uma vez mais, à conclusão de que tudo na *langue* é baseado nas relações que se estabelecem entre os signos, inclusive essas classificações as quais temos nos referido.

A partir desses dois conceitos (ou seriam três - valor linguístico, arbitrário absoluto e arbitrário relativo?) outro se fez presente/necessário para nossa reflexão acerca dos neologismos: a analogia. No *Curso* encontramos tal noção definida como a transformação da *langue* associada a um modelo nela existente e a sua imitação: o falante parte de um modelo presente no sistema linguístico para organizar um novo elemento; elemento feito “à imagem de outra ou de outras” (SAUSSURE, 2012, p. 217, grifos no original) formas pré-existentes naquela comunidade linguística.

O conceito de arbitrário do signo linguístico explica o motivo pelo qual os neologismos podem surgir na *langue*. Como vimos acima, o arbitrário se divide em radical e relativo, sendo o radical a condição da significação do signo, e o relativo uma maneira de explicar alguns casos que, em parte⁵², acabam escapando da radical, como o do número dezanove e do girassol, exemplos apresentados no capítulo anterior. Tais formas, ao entrarem na *langue*, se encontram constituídas de valor (instaurado pelas relações entre tudo aquilo que estabelece vínculo com os novos elementos e, também, tudo aquilo que eles poderiam ser, mas não são nos eixos associativos e sintagmático do sistema linguístico em questão).

Por arbitrário entendemos que, se o vínculo entre significado e significante não é motivado, tampouco natural, então não há o que determine a rigidez da *langue*, ou seja, não há uma regra que impeça o sistema linguístico de estabelecer novos vínculos entre ideias e porções fônicas e, assim, evoluir, sofrer alterações. Não há uma regra que estipule a fixidez da *langue*. Desta maneira, novas formas podem surgir, de acordo com a demanda dos falantes, de acordo com as necessidades que a eles são impostas pelo cotidiano. O afrouxamento dos laços entre as porções de som e sentido, propiciado pelo caráter arbitrário, favorece o fenômeno analógico, fenômeno esse responsável pelo surgimento de signos a partir de outros, ou melhor, a partir de certos modelos encontrados no sistema.

A analogia é apresentada, neste trabalho, como o fator que possibilita (ou facilita) o surgimento de formações neológicas, visto que a partir dela novos signos podem ser formados para entrar (ou não) na *langue*. O que determinará se o signo fará parte do sistema será a aceitação da comunidade falante (as pessoas precisam “adotar” o novo signo) e a aceitação do próprio sistema, dado que ele deverá acomodar este rearranjo de valores ocasionados pelo surgimento do novo signo.

Os novos signos da *langue* são conhecidos como neologismos e, uma vez que tenhamos sintetizado a importância dos conceitos de valor, arbitrário e analogia (já mencionados no capítulo anterior), trataremos dessas novas formas a partir de agora. Porém, antes de iniciarmos nossa discussão sobre a neologia cabe uma observação: o objetivo do presente estudo não é elaborar um tratado acerca do fenômeno neológico. Definitivamente não é nosso objetivo e tampouco teríamos tal pretensão (também não gostaríamos que nosso

⁵² Utilizamos a expressão “em parte” uma vez que até mesmo os exemplos vinculados ao relativamente arbitrário são considerados radicalmente arbitrários quando comparados a outros elementos, outros signos, e não apenas àqueles que a eles se ligam de forma mais aparente. O exemplo do número dezanove explica isso: ele é relativamente arbitrário se comparado aos números dez e nove, mas radicalmente arbitrário se comparado ao número vinte. A relatividade no arbitrário advém da radicalidade, pois, conforme citamos anteriormente no texto, o radical arbitrário é condição para que o signo signifique.

leitor estivesse com essa ideia a nosso respeito). O que desejamos é observar a ocorrência do fenômeno; pensar tal ocorrência a partir do viés saussuriano, das concepções saussurianas de valor, arbitrário e analogia, por isso o que pretendemos fazer nas próximas páginas deste capítulo é um pequeno mergulho para situar a questão neológica. Para tanto, montamos uma “base” de autores que serviram de aporte teórico para nossa pesquisa: no que concerne os estudos nacionais, nos valem dos conhecidos trabalhos da Prof^a Dr^a Ieda Maria Alves, da Prof^a Dr^a Nelly Carvalho e da Prof^a Dr^a Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Também utilizamos alguns conceitos da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra. Já no âmbito internacional, recorreremos ao sempre citado trabalho de Louis Guilbert, *La créativité lexicale*. A partir desses autores, tentaremos organizar os conceitos envolvidos na discussão acerca da neologia, principalmente no que diz respeito a suas classificações e os processos nelas envolvidos.

2.1 NEOLOGIA: FENÔMENO DE CRIAÇÃO LEXICAL

Fenômeno, segundo o Dicionário Online de Português, é um substantivo masculino que caracteriza um acontecimento passível de observação que pode ser explicado cientificamente. Tratar a neologia como fenômeno de criação lexical é reafirmar que os fatos de linguagem são fatos científicos e que a Linguística, ciência por eles responsável, está aí para tratar e desvendar os mistérios dos elementos que os compõem.

Ieda Maria Alves é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do projeto “Observatório de neologismos do português brasileiro contemporâneo”, cujo objetivo é fazer a coleta e analisar dados da neologia geral e da neologia técnica/científica do português para verificar aspectos desses fenômenos. A linguista estuda a neologia, e uma de suas obras utilizadas aqui é *Neologismo: criação lexical* (1994) que discorre sobre os processos de formação neológica no português. A autora, referência nacional no campo dos estudos de morfologia, parte da teorização proposta por Louis Guilbert para apresentar sua própria classificação. Neste estudo, tomaremos como base o trabalho de Alves (1994) e salientaremos, quando julgarmos necessário, alguns pontos abordados na clássica obra de Guilbert (1975).

2.1.1 Neologia: conceito e classificação

Segundo Alves (1994), “[o] acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, uma grande quantidade de unidades léxicas é criada pelos falantes de uma comunidade lingüística” (ALVES, 1994, p. 5). Sendo assim, os sistemas linguísticos existentes se encontram em constante renovação e tal feito é realizado pelo fenômeno denominado neologia. O “processo de renovação lexical” (Ibidem) implicado pela neologia possibilita a atualização do patrimônio linguístico de cada comunidade, fazendo com que falantes, através de mudanças em itens lexicais, elaborem novas formas linguísticas que podem ou não penetrar a *langue* e dela fazer parte. Quando aceita pela comunidade em questão, a forma neológica passa a integrar o sistema linguístico, caso contrário, sua existência é fugaz.

Reuillard (2007), ao tratar da obra de Guilbert (1975), diz que esta é “obra de referência que consagra a criatividade lexical em língua francesa”; Guilbert apresenta um dos primeiros estudos acerca do fenômeno neológico e é uma das grandes obras consultadas no que concerne esse tema. Segundo o autor, a neologia pode ser definida como “a possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em virtude das regras de produção incluídas no sistema lexical⁵³” (GUILBERT, 1975, p. 31, tradução nossa). Refletindo acerca do conceito de analogia proposto por Saussure (2012), percebemos certa semelhança ao pensar que a nova forma da *langue* é constituída com base nas regras de produção já existentes naquele sistema (a analogia, como vimos no capítulo anterior e no início deste, supõe um modelo e sua imitação). Alves (1994) nos diz que “[o] neologismo pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos” (ALVES, 1994, p. 5). Assim, são diversos os processos que se encontram envolvidos nas criações neológicas e é sobre eles que falaremos agora.

Guilbert (1975) propõe uma classificação dos neologismos da seguinte maneira: neologia denominativa, neologia estilística e neologia de língua. Reuillard (2007) diz que a neologia denominativa “tange à necessidade de nomear um objeto, um novo conceito e visa à exata adequação do nome ao objeto ou conceito, buscando evitar qualquer ambigüidade na designação” (Ibidem, p. 36). Logo, pelas palavras do próprio Guilbert (1975) é por isso que

⁵³ No original: “La néologie lexicale se définit par la possibilité de création de nouvelles unités lexicales, en vertu des règles de production incluses dans le système lexical” (GUILBERT, 1975, p. 31).

ela “tende a uma certa descrição da coisa designada⁵⁴” (Ibidem, p. 40, tradução nossa), uma vez que seja inspirada “pela preocupação de eficácia⁵⁵” (Ibidem, tradução nossa). Pensando na nossa língua podemos citar o exemplo da palavra “corrimão”, termo usado não só para nomear o objeto como também para descrevê-lo, ou melhor, descrever a sua função (conforme vimos acima, a descrição da coisa designada é atitude bastante comum em se tratando da neologia denominativa).

O segundo tipo de neologia, a estilística, está relacionada à “(...) **originalidade** profunda do indivíduo falante, à sua **faculdade de criação verbal**, à sua **liberdade de expressão**, fora dos modelos recebidos ou contra os modelos recebidos⁵⁶” (GUILBERT, 1975, p. 41, tradução e destaques nossos). Esse é o tipo de neologia que aparece principalmente nas obras literárias, pois é “própria dos escritores⁵⁷” (Ibidem, tradução nossa). Um exemplo de escritor que utiliza de forma muito criativa o recurso da neologia é Lewis Carroll. Em *Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá* temos, no diálogo entre a menina e o personagem Humpty Dumpty, o aparecimento da expressão *unbirthday*, traduzida para o português (tanto na edição da editora Zahar quanto na adaptação cinematográfica da Disney) como *desaniversário*, termo que trata de todos os dias que não são o dia do aniversário do indivíduo. Além desse exemplo, segundo Reuillard (2007), também encontramos esse artifício nas obras de James Joyce, João Cabral de Melo e Neto, Guimarães Rosa entre outros.

O terceiro e último tipo de neologia proposto por Guilbert, a neologia de língua, nada mais é que “as formações verbais que não se distinguem das palavras comuns do léxico e não chamam a atenção quando ‘usadas’ pela primeira vez” (REUILLARD, 2007, p. 37) uma vez que obedecem as regras de formação de palavras do sistema linguístico em questão. O autor fala do exemplo apresentado por Saussure de “*indécorable*” (no francês), pois tal formação não se distingue de outras tantas formações da língua francesa, visto que conta com um prefixo (*in*), uma base (*décorer*) e um sufixo (*able*), ou seja, está de acordo com o sistema lexical em questão. Outro exemplo que podemos pensar para a neologia de língua é o verbo “coisar”, o ato de fazer algo/alguma coisa que o falante não consegue definir no momento que

⁵⁴ No original: “C’est pourquoi celle-ci tend à une certaine description de la chose désignée (...)” (GUILBERT, 1975, p. 40).

⁵⁵ No original: “elle s’inspire, non de considérations esthétiques dans son principe, mais du souci d’efficacité” (GUILBERT, 1975, p. 40).

⁵⁶ No original: “(...) à l’originalité profonde de l’individu parlant, à sa faculté de création verbale, à sa liberté d’expression, en dehors des modèles reçus ou contre les modèles reçus” (GUILBERT, 1975, p. 41).

⁵⁷ No original: “elle est le propre des écrivains” (GUILBERT, 1975, p. 41).

enuncia. Essa formação verbal em nada se distingue de tantas outras do português brasileiro, isto é, segue o padrão radical (cois-) + vogal temática (-a-) + desinência (-r). Segundo Guilbert (1975), considerando o processo vinculado a esse tipo de formação neológica podemos dizer que “[o] que define o neologismo é menos a sua realização efetiva (...) do que sua virtualidade. Esta se define pelas regras morfossintáticas que regem a combinação de elementos ou morfemas lexicais e geram unidades novas de léxico⁵⁸” (Ibidem, p. 44, tradução nossa). Assim, o reconhecimento da forma neológica, muitas vezes, é feito por estudiosos (linguistas/morfologistas) e não pelo falante comum que, ao se deparar com signos que seguem as regras morfossintáticas para formação de palavras de seu idioma, não é capaz de distingui-los das formações já existentes em sua língua.

Alves (1999) refere-se aos neologismos dividindo-os em dois grandes grupos para depois tratar dos processos classificatórios de ambos. São eles os neologismos e os neologismos terminológicos (Ibidem, p. 162). Os neologismos são as formações cotidianas, ao passo que os neologismos terminológicos estão relacionados à língua técnica, “às línguas de especialidade” (Ibidem, p. 159). De acordo com a autora, “[o]s neologismos são criados espontaneamente na língua. Possuem, não raro, um caráter lúdico, como muitas vezes observamos na publicidade e na literatura” (Ibidem, p. 160). Por isso “podem as unidades neológicas manifestar uma duração efêmera, revelada, freqüentemente, entre os neologismos gíriáticos, os neologismos literários, os da publicidade e mesmo entre os divulgados pelo jornalismo” (Ibidem, p. 161). Já os neologismos terminológicos “resultam de uma criação motivada, pois respondem a uma necessidade, ditada pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas” (Ibidem). Por possuírem esse caráter de motivação, tais neologismos acabam obedecendo “a algumas normas, como a conformidade às regras de formação morfológica da língua e a possibilidade de derivação de novos elementos. Neologismos terminológicos revelam, assim, um caráter relativamente estável na língua” (Ibidem).

Ainda de acordo com Alves (1999), apesar de as duas categorias de neologismos apresentarem diferenças entre si, elas também apresentam muitos pontos em comum e uma destas similaridades se encontra nos “processos que determinam a criação de neologismos e neologismos terminológicos” (Ibidem) que, segundo a autora, são os mesmos, como derivação, composição e etc.

⁵⁸ No original: “Ce qui définit alors le néologisme c’est moins la réalisation effective, (...) que la virtualité. Celle-ci se définit par les règles morpho-syntaxiques qui régissent la combinaison d’éléments ou morphèmes lexicaux et génèrent des unités nouvelles de lexique” (GUILBERT, 1975, p. 44).

No estudo realizado em 1994, Alves apresenta os neologismos divididos em categorias distintas das duas que retrata posteriormente, em seu trabalho de 1999. Nesse texto, Alves descreve “os processos de formação neológica no português brasileiro” (Ibidem, p. 8). Além disso, a autora salienta que

[s]endo a língua um patrimônio de toda uma comunidade lingüística, a todos os membros dessa sociedade é facultado o direito de criatividade léxica. No entanto, é através dos meios de comunicação em massa e de obras literárias que os neologismos recém-criados têm oportunidade de serem conhecidos e, eventualmente, de serem difundidos. (ALVES, 1994, p. 6)

Isto é, os meios de comunicação em massa (e aqui não podemos deixar de pensar na *internet*) e a literatura contribuem fortemente para a consolidação das novas formas lexicais de um sistema. Através da divulgação operada por esses dois meios, os membros da comunidade lingüística podem, em conjunto (ou seja, na condição de falantes de dado idioma), determinar quais formas permanecerão no acervo lexical e quais não permanecerão. A decisão sobre quais formas entram ou não na *langue*, conforme já vimos no capítulo anterior, cabe à comunidade e não apenas a um pequeno grupo ou até mesmo um só falante. É a massa que determina a mudança.

Dado que tenhamos visto, em linhas gerais, como a neologia aparece nos textos que utilizamos como referência em nossa investigação, verificaremos (de uma forma um pouco mais detalhada), a seguir, os processos de formação neológica apresentados por Alves (1994), a fim de compreendermos como se dá o nascimento de um neologismo em português brasileiro.

2.2 PROCESSOS DE FORMAÇÃO NEOLÓGICA EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Alves (1994) divide os neologismos de acordo com seu processo de formação. A autora verificou quais são “os processos mais produtivos em português contemporâneo” (REUILLARD, 2007, p. 40) e dividiu em seis grandes grupos, que são: neologismos fonológicos, neologismos sintáticos, neologismos semânticos, neologismos por empréstimo, neologismos por conversão e outros processos. Nas próximas linhas, analisaremos brevemente cada um desses processos a fim de ampliarmos o olhar sobre o fenômeno neológico.

2.2.1 Neologismos fonológicos

Segundo Alves (1994), “[a] neologia essencialmente fonológica supõe a criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito, isto é, tenha sido criado sem base em nenhuma palavra já existente” (Ibidem, p. 11), sendo assim, é um fenômeno bastante raro nas línguas, pois supõe uma sequência nova de fonemas para a formação do neologismo. De acordo com a autora, um dos critérios para que um neologismo fonológico seja aceito na *langue* é estar de acordo com as normas de tal sistema. Porém, não é o único critério visto que

[é] o próprio mecanismo da comunicação que impede a vivacidade da neologia fonológica, a fim de garantir a eficácia da mensagem. A unidade léxica tem caráter neológico à medida que é interpretada pelo receptor. Um significante original, não-conforme ao sistema de uma língua, provavelmente não será decodificado e, nesse caso, a comunicação não será efetuada. (ALVES, 1994, p. 11)

Portanto, é pelo caráter “negativo” vinculado ao prejuízo da comunicação que a neologia fonológica encontra certa barreira nas línguas (no entanto é importante ressaltar que apesar dessa questão a neologia fonológica não é proibida; o fato de ela encontrar dificuldades para “acontecer” não significa que não exista).

Um dos exemplos citados pela autora é o das criações onomatopaicas, elementos “bastante produtivos em certas linguagens, como nas histórias em quadrinhos”. Conforme mencionado pela autora, uma formação onomatopaica é impossibilitada de ter seu significante imotivado, uma vez que ela “está calcada em significantes inéditos. Entretanto, sabemos que a formação de palavras onomatopaicas não é totalmente arbitrária, já que ela se baseia numa relação, ainda que imprecisa, entre a unidade léxica criada e certos ruídos ou gritos” (ALVES, 1994, p. 12, destaques nossos). Assim, podemos pensar que a motivação dos signos onomatopaicos está relacionada ao vínculo deles com aquilo que representam, como por exemplo, os sons produzidos por animais. Cunha e Cintra (2014) chamam as onomatopeias de “palavras imitativas” dado que “procuram reproduzir aproximadamente certos sons ou certos ruídos” (Ibidem, p. 130), dessa forma, o significante acaba sendo de certa forma motivado.

Entretanto, apesar de Alves (1994) mencionar a impossibilidade de o significante onomatopaico ser imotivado, buscamos no *Curso* algumas informações bastante esclarecedoras a respeito do tema. De acordo com Saussure (2012), as onomatopeias poderiam representar obstáculos ao princípio do arbitrário do signo, porém o mestre genebrino aponta que elas não chegam a abalar tal conceito uma vez que “não são jamais

elementos orgânicos de um sistema linguístico” (Ibidem, p. 109) e **suas sonoridades não possuem relação alguma com aquilo que desejam expressar**. Para comprovar tal fato, “para ver que não têm tal caráter desde a origem, basta remontar às suas formas latinas” (Ibidem), no caso do exemplo da palavra *fouet*⁵⁹, que diz respeito ao “chicote” e deriva de *fāgus*, palavra que se refere à faia, espécie de árvore. Sendo assim, **“a qualidade de seus sons atuais, ou melhor, aquela que se lhes atribui, é um resultado fortuito da evolução fonética”** (Ibidem, destaques nossos). Depois desse exemplo, o mestre genebrino fala das “onomatopeias autênticas”, como “glu-glu” e “tic-tac”, todavia, segundo o autor, “não passam de imitação aproximativa e meio convencional de certos ruídos” (Ibidem). Da mesma forma que explicou o caso do chicote, aqui o linguista diz que

(...) uma vez introduzidas na língua, elas se engrenam mais ou menos na evolução fonética, morfológica, etc. que sofrem as outras palavras (...): **prova evidente de que perderam algo de seu caráter primeiro para adquirir o do signo linguístico em geral, que é imotivado.** (SAUSSURE, 2012, p. 109, destaques nossos)

Assim, a “aparente” motivação do significante onomatopaico é, na verdade, fruto da evolução fonética do sistema linguístico em questão, por isso tais expressões figuram semelhança ao som que lhes é atribuído gerando, dessa maneira, a impressão de que tais elementos representam “imitações” de determinados barulhos, ruídos e etc, mas sempre de acordo com as possibilidades e limites do repertório fonético, fonológico e morfológico de cada idioma. Também é válido destacar que o mesmo objeto/referente tem onomatopeias diferentes em se tratando de línguas distintas, o que comprova a tese apontada no *Curso* de que sua sonoridade não possui relação direta com aquilo que deseja imitar. Nosso leitor sabe que os cães não ladram de duas maneiras quando comparamos um animal do Brasil com outro dos Estados Unidos, por exemplo. Logo, a onomatopeia utilizada para representar esse barulho deveria ser a mesma, mas não é: em português “usamos” “Au! Au!” e em inglês se utiliza “Woof! Woof!”, apenas para ilustrar com um exemplo já bastante conhecido.

⁵⁹ Segundo Culler (2003), nenhuma das notas manuscritas de Saussure menciona o exemplo *fouet*, nem as onomatopeias resultantes da evolução fonética e/ou onomatopeias autênticas. Tais exemplos foram inserções dos editores do *Curso*.

2.2.2 Neologismos sintáticos

O segundo tipo de neologia é contraposta à primeira, pois, conforme vemos em Alves (1994), supõe “a combinatória de elementos já existentes no sistema lingüístico português” (Ibidem, p. 14). Os neologismos sintáticos são assim chamados uma vez que

a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (...) mas concerne também ao nível frásico: o acréscimo de sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra-base; a composição tem caráter coordenativo e subordinativo; os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásicos com o valor de uma unidade lexical. (ALVES, 1994, p. 14, destaques nossos)

A autora divide ainda os neologismos sintáticos em dois sub grupos: aqueles formados por derivação e aqueles formados por composição. Como exemplo de neologismo formado por derivação, Alves (1994) apresenta o termo “incoincidência”, na seguinte frase: “[i]ndiretamente, a proposta consagra a incoincidência de mandatos” (Ibidem, p. 17). Para os neologismos formados por composição, a linguista apresenta o “momóvel”: “[a]ntes da peregrinação pelo país, o Rei Momo vai receber os donativos para os desabrigados – num roteiro que inclui inclusive escolas de 1º grau – se apresentando até o dia 28 com o momóvel (meio de transporte ‘real’ que não funciona na chuva)” (Ibidem, p. 47). O “momóvel” é uma expressão criada por analogia com o “papamóvel”. De acordo com a autora, esse tipo de composição caracteriza o que ela denomina “composição satírica”, um tipo de composição que tem por objetivo prender a atenção do leitor, do receptor da mensagem, pela “associação de bases providas dos mais variados matizes semânticos” (Ibidem, p. 46), causando o estranhamento pela quantidade de elementos envolvidos no processo.

2.2.3 Neologismos semânticos

Os neologismos semânticos (ou conceptuais), segundo Alves (1994), são assim classificados quando “[q]ualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento” (Ibidem, p. 62), ou seja, o signo tem seu significado alterado mas nada ocorre ao seu significante. O exemplo apresentado pela autora (Ibidem)

ajuda a elucidar tal questão: “baixinho” adquiriu um novo sentido quando passou a ser utilizado por Xuxa para chamar as crianças. “Baixinho”, além de ser alguém com pouca altura também passou a representar as crianças. Tal signo adquiriu novo significado pelos contextos nos quais passou a ser utilizado pela massa de falantes.

Diversos mecanismos encontram-se envolvidos na neologia semântica, entre eles a transposição metafórica (no caso de “baixinho”), a metonímia, a sinédoque entre outros.

2.2.4 Neologismos por empréstimo

Nos neologismos por empréstimo encontramos os signos que são formados com base em outros sistemas linguísticos. Alves (1994) divide esta categoria de neologismos em dois tipos: os estrangeirismos e os decalques. Nos estrangeirismos encontramos os signos quando ainda na “fase neológica da unidade estrangeira” (REUILLARD, 2007, p. 44). Portanto, nesta categoria de neologismos encontramos os signos em sua língua materna, como *merchandising*, empréstimo da língua inglesa, ou a palavra “tuíte”, derivada de *tweet* que, em língua inglesa, representa uma onomatopeia mas, ao entrar no nosso sistema linguístico, passa a ser um estrangeirismo adaptado⁶⁰. Já o decalque é a “versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora” (ALVES, 1994, p. 79), sendo de difícil reconhecimento por ser uma espécie de adaptação, como por exemplo, a palavra *high technology* que originou *alta tecnologia* e com ela passou a rivalizar⁶¹.

2.2.5 Neologismos por conversão

A neologia por conversão, “também denominada derivação imprópria” (ALVES, 1994, p. 60), é caracterizada por comportar formações nas quais “uma unidade léxica sofre alterações em sua distribuição sem que haja manifestação de mudanças formais” (Ibidem),

⁶⁰ Utilizamos a expressão “estrangeirismo adaptado” para referir às palavras que sofrem algum tipo de modificação fonética, fonológica e/ou morfológica ao adentrar um sistema linguístico.

⁶¹ Segundo Alves (1994), os decalques concorrem com as suas palavras originárias, isto é, *alta tecnologia* concorre com *high technology* ou com *high tech*, que nada mais é que a sua forma reduzida.

isto é, os signos “podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma” (CUNHA E CINTRA, 2014, p. 118).

Um dos exemplos mais comuns de derivação imprópria é a substantivação dos vocábulos da língua ao se colocar um artigo na frente dele, como o verbo “digladar” que, no texto selecionado por Alves (1994), aparece substantivado ao ser apresentado como “o já empoeirado digladar” (Ibidem, p. 61).

2.2.6 Outros processos de formação neológica

Neste tópico, Alves (1994) apresenta outros quatro tipos de processos responsáveis pela formação de neologismo que, segundo a autora, são “menos produtivos do que os já citados, [mas] contribuem também para o enriquecimento lexical da língua portuguesa” (Ibidem, p. 68). Os processos mencionados pela linguista são: truncação, palavra-valise, reduplicação e derivação regressiva.

A truncação diz respeito à abreviação da forma, ou seja, “uma parte da seqüência lexical, geralmente o final, é eliminada” (Ibidem, p. 68). Para exemplificar, a autora traz a palavra *euro* que nada mais é que a forma reduzida de *européu*. De acordo com Cunha e Cintra (2014),

[o] ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias obriga-nos, necessariamente, a uma elocução mais rápida. Economizar tempo e palavras é uma tendência geral do mundo hoje.

Observamos, a todo momento, a redução de frases e palavras até limites que não prejudiquem a compreensão. É o que sucede, por exemplo, com os vocábulos longos, e em particular com os compostos greco-latinos de criação recente: *auto* (por *automóvel*), *foto* (por *fotografia*), (...) *quilo* (por *quilograma*), etc. **Em todos eles a forma abreviada assumiu o sentido da forma plena.** (CUNHA E CINTRA, 2014, p. 130, grifos no original e destaques nossos)

Nessa fala apresentada por Cunha e Cintra (2014) se percebe certa diferença do que Alves (1994) dizia a respeito do processo de abreviação/truncação. Segundo a autora, ele e os demais processos colocados nesta categoria representam fenômenos menos produtivos em nosso idioma, no entanto, considerando que esse estudo é de 1994, percebemos uma mudança bastante grande e que nos é apresentada por Cunha e Cintra. Isto é, a utilização das formas abreviadas (ou do processo de truncação) atualmente é uma prova de que a *langue* segue em

constante mudança e que vamos adaptando-a de acordo com as nossas necessidades. Afinal, é o falante que determina aquilo que será mais ou menos produtivo linguisticamente.

Retomando as categorias de formações neológicas apresentadas por Alves (1994), vamos para a palavra-valise que também representa, assim como a truncção, uma abreviação ou redução da forma, mas neste caso “duas bases - ou apenas uma delas - são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico: uma perde sua parte final e outra, sua parte inicial” (Ibidem, p. 69). Um dos exemplos apresentados por Alves (Ibidem) é o do vocábulo “cantriz”, forma que denota a artista que é cantora e atriz.

No caso da reduplicação temos a repetição de uma mesma base, “a fim de constituir um novo item léxico, geralmente pitoresco, por causa do inusitado procedimento de formação” (Ibidem, p. 71). Como exemplo, a autora apresenta a palavra “trança-trança” que representa uma “sucessão de viagens” (Ibidem), já que o substantivo “trança” apresenta como ideia o “andar para diversos lados” (Ibidem).

O último processo abordado por Alves (1994) é o da derivação regressiva. Cunha e Cintra (2014) definem tal fenômeno como o que “consiste na redução da palavra derivante por uma falsa análise de sua estrutura” (Ibidem, p. 117). Tal redução é feita pela supressão realizada, geralmente, no elemento “considerado de caráter sufixal” (ALVES, 1994, p. 71). A fim de exemplificar a derivação regressiva, podemos falar dos substantivos deverbais, que são aqueles “formados pela junção de uma das vogais *-o*, *-a* ou *-e* ao radical do verbo” (CUNHA E CINTRA, 2014, p. 117), como por exemplo “amasso”, de verbal relativo à “amassar” (ALVES, 1994, p. 71).

Uma vez que tenhamos realizado uma síntese dos principais processos envolvidos na formação de novos elementos lexicais da língua, propomos ao nosso leitor, a seguir, uma discussão acerca do caráter neológico desses signos, bem como sobre a sua inserção/aceitação na comunidade linguística em questão.

2.3 O CARÁTER NEOLÓGICO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA LINGUÍSTICO

Diversos foram os trabalhos analisados para a construção deste capítulo. A maior parte deles relacionada a estudiosos da área da morfologia e lexicologia, áreas que tradicionalmente se ocupam das mudanças ocorridas no conjunto de palavras das línguas. Uma das principais características observadas nos estudos em que pesquisamos foi a da

integração do neologismo na *langue* basear-se, em grande parte (não podemos dizer exclusivamente, pois não temos certeza disso), no seu aparecimento no dicionário. Isto é, uma forma neológica, segundo muitos estudiosos das áreas citadas, só passa a existir e, de fato, compor o sistema em questão quando é finalmente dicionarizada.

Alves (1994) diz que, para muitos lexicógrafos (e outros estudiosos da área), para que um neologismo seja considerado como integrante da língua é necessário que ele seja/esteja dicionarizado. De acordo com a autora,

(...) bastante freqüente, o neologismo é inserido em obras lexicográficas e considerado parte integrante do sistema lingüístico. Sabemos, entretanto, que os lexicógrafos agem muitas vezes arbitrariamente, ou seja, unidades léxicas muito usadas são esquecidas e outras, pouco difundidas, chegam a fazer parte dos dicionários. (ALVES, 1994, p. 84)

No entanto, apesar dessa necessidade de dicionarização, como a autora mesma mencionou, muitos dos neologismos inseridos no dicionário não são tão utilizados, ou ainda muitos dos que possuem, de fato, função naquele sistema lingüístico não são incluídos nesse grupo. Ainda que esse seja um dos principais critérios para se considerar um neologismo como elemento pertencente à *langue*, discordamos (mas não necessariamente criticamos o posicionamento destes autores) por pensar da maneira já exposta aqui: a partir do momento que um falante, que um usuário do acervo lexical de um idioma, cria uma nova forma, esta já faz parte de seu tesouro mental⁶² e poderá (ou não) integrar o sistema lingüístico de forma compartilhada. Entretanto, ainda que a forma utilizada pelo falante não seja dicionarizada, consideramos que ela, ao se presentificar no ato de fala do sujeito (na *parole*), passa a ser uma forma passível de pertencer ao idioma em questão.

A partir dos estudos empreendidos para a presente pesquisa, duas questões surgiram à medida que realizávamos nossa leitura/escrita. A primeira delas é: será que o caráter neológico realmente permanece naquele item lexical mesmo após sua inserção na *langue*? Ou melhor, o leitor acredita ser possível continuar dizendo que, após um falante criar um novo elemento lexical, essa formação ainda deveria ser (ou seguir sendo) considerada um neologismo? Acreditamos que o *neo* pode ser contestado uma vez que a partir do momento que algum falante fez uso do signo, ele já não é algo novo. Outro ponto que é interessante ser observado é que um neologismo é construído a partir de elementos que já existem no idioma em questão (fora os casos de empréstimos, de estrangeirismos), e nesse ponto lembramos novamente de Saussure, dado que, segundo ele, “a língua é um traje coberto de remendos

⁶² Cf. expressão utilizada por Saussure (2004, p. 87).

feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 2012, p. 30), ou seja, a *langue* é composta de elementos por ela já previstos, como no caso dos neologismos que são formas que respeitam as “regras” do idioma (regras de construção morfológica) e utilizam diferentes “pedaços” encontrados nele, sejam prefixos, sufixos ou bases já conhecidas. Silva (2010) apresenta uma reflexão acerca da operação de referência realizada pela criança na aquisição da linguagem de forma que muito bem ilustra essa questão. Ao utilizar a metáfora de Saussure para abordar o processo da aquisição, a autora nos mostra que a criança se encontra em um determinado momento no sistema linguístico com o qual se depara com todas as formas que ela lhe oferece, portanto, “tem a sua disposição todos os níveis e unidades” (Ibidem, p. 91). Sendo assim, a criança produz criativas formas neológicas, tomando como base os “retalhos” de *langue* que coletou na escuta da *parole* dos adultos que a rodeiam. Retomando a questão neológica, as unidades da *langue*, os “remendos feitos de seu próprio tecido”, se apresentam nessas novas formações conforme já mencionamos: através dos prefixos, bases ou sufixos, sendo todos esses elementos que compõem a *langue* em questão. Dessa maneira, até que ponto o caráter *neo* prevalece? Se o falante imprime o novo signo nas suas enunciações, então ele já não é algo novo, uma vez que já faz parte do acervo lexical daquele indivíduo e, portanto, daquela comunidade linguística.

Carvalho (1987) realiza uma discussão acerca desse ponto dizendo que o neologismo não é um elemento completamente novo, uma vez que ele parta de uma matéria prima existente. Porém, segundo a autora, o caráter *neo* também pode estar associado à atualização dos termos, seja um uso com determinadas noções, seja em novas formações que acabam por estabelecer “uma ligação com conhecimentos anteriores” (Ibidem, p. 21). A linguista ainda define os neologismos da seguinte forma: “[s]ão conceitos novos, introduzindo novos hábitos, ou velhos hábitos vistos por um prisma diferente” (Ibidem, p. 23). Sendo assim, a natureza *neo* da neologia pode estar associada à novidade que o signo leva a uma ideia, a um conceito e não necessariamente à sua forma, dado que ele parta de algo existente no sistema linguístico. Pelas palavras da própria autora, “a novidade consiste, às vezes, na maneira de usar as coisas, e não apenas em criar” (Ibidem, p. 17). Assim, pensar o *neo* não significa, necessariamente, pensar em forma, mas sim pensar nos novos sentidos atribuídos a uma forma, pensar nas distintas maneiras de se “usar” algo. Relacionando essa questão à teoria do valor saussuriana, podemos pensar que os novos sentidos atribuídos às formas só existem, ou melhor, só podem existir (e aqui a existência de novas significações está diretamente relacionada ao “fazer sentido” no idioma) tendo em vista não só o falante, mas também o sistema linguístico, toda a *langue* compartilhada. Além da necessidade de aceitação da nova forma ou das novas

acepções de uma determinada expressão ou determinado item lexical pela massa falante, é necessário que a *langue* “acomode” esses novos valores estabelecidos pela mudança e/ou acréscimo de sentido. Uma vez que o sentido de um elemento do signo, por menor que seja (como por exemplo, um fonema), sofra alterações, todo o signo será afetado. Dessa maneira, as relações estabelecidas entre o signo em questão e os demais (as relações em presença e em ausência, relações que com ele são travadas nos eixos associativo e sintagmático e também as relações com tudo o que ele poderia ser mas não é) repercutem no sistema linguístico inteiro, ocasionando a necessidade de aceitação tanto dos falantes quanto da *langue* (que acomodará todos os rearranjos de valores e relações gerados pela mudança e/ou acréscimo de sentido). Retomando a discussão sobre o caráter *neo*, acreditamos, porém, que a partir do momento que o falante possui aquela forma em seu tesouro mental, ela perde a característica de novidade e passa a integrar aquele sistema particular, ainda que seja um signo com uma nova carga de sentido ou um signo que transmita uma ideia de maneira diferenciada.

Tal discussão já nos encaminha para a segunda e última questão sobre a qual desejamos refletir: a aceitação/integração do neologismo na *langue*. Ser parte do acervo individual não significa fazer parte do sistema (sabemos que esses dois fatos são distintos – embora complementares – um do outro). Não há nada que diga (ou garanta) que uma nova forma, um neologismo, passará a integrar a *langue* só pelo fato de ele ter sido criado por um de seus falantes. Não, definitivamente essa não é a única condição para a integração do neologismo a um determinado idioma. Carvalho (1987) diz que

[n]em todas as novidades surgidas são, no entanto, aceitas, porque a adoção é uma seleção e normalmente se aceita aquilo que é funcional e certo, correspondendo a uma necessidade estética, social ou funcional da sociedade. Há, pois, uma auto-regulamentação inerente à própria língua. (CARVALHO, 1987, p. 20, destaques nossos)

Não são todas as formas neológicas que passam a integrar a *langue*, uma vez que, para que ela possa fazer parte desse sistema, é necessário ser aceita pela comunidade falante, é necessário que ela tenha uma função dentro do sistema daquele idioma para que então possa ser aceita e integrada a ele. Ou seja, além da aceitação pela massa, é necessário que a nova forma seja “acomodada” pela *langue*, dado que a sua introdução acaba por mexer nas relações de valor nele estabelecidas e, uma vez que tais relações sejam “abaladas”, é preciso que o sistema como um todo acomode esse rearranjo de valores.

Também vimos Claudine Normand falando sobre isso, conforme referimos no capítulo anterior:

[o] critério que permite escolher, em todas as variações físicas possíveis da língua, aquelas que pertencem à língua, é, então, o critério da significação; pois esses elementos linguísticos que constituem o sistema da língua têm por propriedade primeira significar, serem *signos*. (NORMAND, 2009, p. 60, grifos no original)

Isto é, conforme mencionamos anteriormente, para que uma forma seja aceita numa comunidade linguística é necessário que ela tenha uma função dentro daquele idioma, que ela “cumpra uma missão” para que então seja necessária e integrada. Assim, considerando a reflexão de Normand (2009), um dos critérios que determinará se uma forma integrará a *langue* é o da significação pois, conforme já dissemos em 1.3.2, nem tudo aquilo que possui aparente forma de mudança irá reverberar no sistema linguístico uma vez que somente o acordo entre os integrantes da comunidade em questão poderá determinar o que de fato representará uma mudança no idioma, o que de fato passará a ser signo na *langue*.

Conforme já havia sinalizado Guilbert (1975), um dos critérios de aceitabilidade do neologismo é o reconhecimento de outros falantes; é necessário que ele (o neologismo) não permaneça somente com seu “criador” e com os demais falantes que dele tem conhecimento, que sabem da sua criação. É necessário, para ser considerado como aceito pela comunidade linguística, atingir um grupo maior de falantes. É preciso que o novo signo seja reconhecido por aqueles que dele farão uso. A aceitabilidade de um novo termo se deve a “regras morfossintáticas de produção (...), à estrutura semântica geral subjacente à língua e à certa norma social que rege o léxico da língua⁶³” (Ibidem, p. 45, tradução nossa). De acordo com o autor, esses são alguns dos critérios necessários para a integração de um novo item lexical à *langue*.

Acreditamos, conforme dito anteriormente, que não são todas as criações dos idiomas que representarão mudança na *langue*. Algumas novas formas terão uma existência momentânea e não chegarão, de fato, a integrar o sistema em questão; são elementos bastante efêmeros. No entanto, muitas outras formas passarão a constituir esse sistema e tal fato reafirma o caráter da mutabilidade da *langue*, característica essa inegável conforme vimos no primeiro capítulo (de acordo com o que era preconizado por Saussure) e é reafirmado pelas palavras de Carvalho (1987):

[a] língua move-se ao longo do tempo, numa corrente que se constrói em seu curso. "Faz-se o caminho ao caminhar". Nada é estático. Todas as palavras, elementos gramaticais, sons e acentos são configurações que mudam lentamente, moldadas pelo curso invisível da vida. Tudo flui, no dizer do filósofo

⁶³ No original: “règles morphosyntaxiques de production (...), à la structure sémantique générale sous-jacente à la langue et à une certaine norme sociale qui régit le lexique de la langue” (GUILBERT, 1975, p. 45).

grego Heráclito: nunca nem sequer nos banhamos, duas vezes no mesmo rio.” (CARVALHO, 1987, p. 72 - 73, destaques nossos)

O caráter mutável da *langue*, diretamente relacionado às transformações que nela ocorrem, nos diz que tudo se altera no sistema linguístico e que acabamos, por vezes, não percebendo tais mudanças dado que elas ocorrem de maneira lenta e gradual. No entanto, ainda que não “sejam vistas a olho nu”, tais modificações ocorrem constantemente e são elas as responsáveis pela movimentação das línguas no tempo.

Quando se fala em neologismos logo se pensa na evolução das línguas, e dizer que uma língua, um idioma evolui é dizer que há um passado que se modifica e vira presente ou, considerando a comparação com línguas mais antigas como o latim, se pensa num passado que não mais existe. Entretanto, considerando que as formas neológicas são resgates de formas passadas atualizadas em uso, será que não seria possível pensar que o passado de uma língua, na realidade, é o presente atualizado constantemente? Ou melhor, será que não se pode dizer que o presente de uma língua, na verdade, é o passado atualizado e que esse passado de que falamos pode não existir, dado que tudo em uma língua é “língua em uso”? Essa é mais uma questão que se apresenta para nós (e agora apresentamos ao leitor) e que, como as demais, não esperamos responder completamente neste estudo, mas sim impulsionar mais e mais reflexões sobre o tema.

Ainda sobre a evolução das línguas, podemos dizer que o português falado há cinquenta ou sessenta anos aqui no Brasil já não é mais o mesmo falado hoje. Comparando textos (orais ou escritos) de épocas específicas com textos atuais a diferença pode ser gritante; no entanto, considerando-se um falante que viva em meio a este período talvez tais mudanças podem não parecer tão evidentes. Na Segunda Conferência de Genebra, Saussure (2004) ilustra essa ideia da evolução das línguas com a seguinte comparação:

[u]m excêntrico chamado Boguslawski anunciou, há pouco tempo, numa cidade da Rússia, a abertura de uma exposição de um novo gênero: eram **480 retratos fotográficos representando todos a mesma pessoa, ele, Bogulawski, exatamente na mesma pose. Durante vinte anos, com uma regularidade admirável, no primeiro e no décimo quinto dia de cada mês, esse homem devotado à ciência ia à casa de seu fotógrafo** e, agora, ele podia fazer o público aproveitar o fruto acumulado de seus esforços. Eu não preciso dizer que, nessa exposição, **tomando-se duas fotografias contíguas quaisquer, tinham-se o mesmo Bogulawski, mas que, tomando-se a nº 480 e a nº 1, tinha-se dois Bogulawski. Do mesmo modo, se tivesse sido possível não fotografar, mas fonografar dia a dia, desde a origem, tudo o que foi expresso em fala sobre o globo ou sobre uma parte do globo, as imagens de língua seriam sempre semelhantes de um dia para o outro, mas consideravelmente diferentes e, às vezes, incalculavelmente diferentes de 500 em 500 anos ou menos de 100 em 100 anos.** (SAUSSURE, 2004, p. 137, destaques nossos)

Então, o exemplo apresentado por Saussure é bastante interessante para ilustrar a questão sobre a qual discorriamos até então: as diferenças entre épocas são mais gritantes quando comparados textos de uma e de outra, separados por vários anos, do que, por exemplo, quando se pergunta algo a um falante que tenha vivido muitos anos e acompanhado tais mudanças. Estar vivenciando o processo de alteração do idioma faz com que a diferença não seja tão percebida quanto manipular textos com cinquenta, sessenta ou cem anos de diferença entre si.

Outras questões ainda poderiam ser levantadas no que diz respeito ao que se pensa e se profere acerca da neologia, no entanto, como já mencionamos no início deste capítulo, nosso objetivo não é elaborar um exaustivo estudo sobre o fenômeno neológico, tampouco colocar nestas páginas tudo o que já foi publicado sobre ele; tivemos a intenção, na verdade, de pensar a ocorrência dos neologismos com base na teoria saussuriana; queremos, conforme já dissemos ao caro leitor, elaborar uma reflexão sobre essas novas formas da língua tendo em vista os preceitos saussurianos. Aqui, neste capítulo, trouxemos algumas noções relevantes à neologia e necessárias a este trabalho que, em linhas gerais, se propõe a olhar este fenômeno com os olhos da linguística saussuriana. Também levantamos algumas questões que a nós pareceram pertinentes e que acabam por se assemelhar ou diferenciar das noções que os estudiosos de referência da área da lexicografia e da morfologia trazem. Não temos a pretensão de encontrar respostas para elas neste momento, e tampouco desejamos contradizer o que os linguistas da área já disseram, contudo acreditamos que são reflexões válidas para se pensar a linguagem em movimento. E pensar a linguagem é, sem dúvidas, um dos objetivos deste trabalho.

Considerando tudo o que expusemos até o presente momento, desde o capítulo um até o final deste segundo capítulo, evidenciamos a importância de um elemento para o nosso propósito de investigar a ocorrência dos neologismos: o falante. É pelo usuário da *langue*, como vimos no capítulo anterior, que o valor dos signos linguísticos é determinado; também é pelo falante que vemos brotar no jardim da *langue* novas formas e, ainda que a aceitação desses novos elementos dependa da massa falante, é pela ação individual que ocorre o surgimento do neologismo; é pela ação individual que o neologismo nasce. Nesse segundo capítulo vimos que o falante é responsável por mobilizar as formas do sistema e delas fazer uso para promover a criação dos novos signos; assim, o falante é, sem dúvidas, um importante elemento para este estudo e é por esta constatação que abordaremos, inicialmente, no próximo capítulo, a noção de falante. Entretanto, discorrer sobre o falante sem colocar a linguagem, a *langue* e a *parole* em evidência é uma questão bastante complicada e, por esse motivo,

optamos por retomar esses conceitos (a partir da teoria saussuriana) de maneira conjunta, ainda que eles já tenham aparecido “dissolvidos” no primeiro capítulo.

Assim, uma vez que tenhamos registrado algumas importantes noções acerca das formações neológicas (e sobre os processos mais produtivos no português brasileiro) passaremos ao terceiro e último capítulo deste trabalho, no qual buscaremos traçar elos entre o fenômeno neológico e a teoria saussuriana, além, é claro, de tecer algumas considerações específicas acerca das noções de linguagem, *langue* e *parole*/falante.

3 OS ACIDENTES NEOLÓGICOS À LUZ DA TEORIA SAUSSURIANA

Nos capítulos anteriores procuramos estabelecer as bases da nossa reflexão a respeito do fenômeno neológico. No primeiro capítulo, resgatamos importantes conceitos da teoria saussuriana para este estudo. São eles: o valor linguístico, o arbitrário do signo e a analogia. Esse resgate foi realizado tomando como base textos essencialmente saussurianos (inserimos poucos estudiosos pós-saussurianos nesse primeiro momento). Depois de elaborar uma análise desses três conceitos, passamos ao capítulo seguinte, no qual tratamos diretamente da neologia, buscando autores do campo da morfologia e da lexicografia. Nosso critério de seleção dos autores foi o seguinte: partimos daquilo que é apontado pela pesquisadora de referência no tema em nossa instituição, através do trabalho da Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. A partir dele, fomos buscar as demais inspirações: no Brasil, a principal linguista relacionada às novas formações da língua é a Prof^ª Dr^ª. Ieda Maria Alves e, a referência dessas referências, referência mundial, é Louis Guilbert, autor sempre citado nas obras que tratam dos neologismos.

Conforme já mencionamos no segundo capítulo, nosso objetivo não é esgotar tudo o que se sabe e o que se diz sobre as formações neológicas, entretanto, não poderíamos escrever um trabalho que tenha como ponto de partida tais formações sem ao menos estabelecer bases sobre esses elementos da língua. Tal foi o objetivo do segundo capítulo.

Uma vez que tenhamos feito isso até então, agora, no terceiro e último capítulo, pretendemos relacionar todos esses conhecimentos, estabelecer vínculos entre a teoria saussuriana e o fenômeno neológico. Vale ressaltar que não ficaremos presas ao corpus saussuriano, pois também nos baseamos em outras leituras que contribuíram igualmente para nossa reflexão; no entanto, é inevitável retornar ao mestre genebrino para buscar as bases para o que pensamos e para o que desejamos dizer, afinal de contas, esta dissertação partiu de uma inquietação (as esquisitices da língua) sempre buscando o suporte necessário na teoria de Saussure. É por ele (Saussure) e por efeito das leituras dele que este trabalho nasceu.

3.1 *LANGUE E PAROLE* NA REFLEXÃO ACERCA DO FENÔMENO NEOLÓGICO

Conforme mencionamos no primeiro capítulo⁶⁴, pensar os processos da *langue* sem levar em consideração aquele que dela faz uso é tarefa arriscada, senão limitadora. Logo, para nós, não há como pensar a respeito dos fenômenos neológicos sem supor o falante, aquele que comete os *acidentes* e faz aparecer na *langue* todas as esquisitices que chamam a atenção do ouvinte. Retomamos essa relevância do sujeito falante ao final do capítulo dois, ao trazer a constatação da importância de se definir o usuário da língua a partir do momento em que tomamos consciência de que é pelo falante que os neologismos surgem e, também, é por ele que as formas da *langue* são mobilizadas a fim de se rearranjarem e se transformarem em um novo elemento, um novo signo. Ainda que a noção de falante tenha aparecido no primeiro capítulo e ainda que tenha sido retomada no capítulo dois (no segundo capítulo apontamos mais a ação do falante do que a sua definição, propriamente), acreditamos ser necessário partir do CLG (da mesma maneira que fizemos com as noções de valor linguístico, arbitrário e analogia) em busca da noção daquele que fala, daquele que “usa” a *langue*. Da mesma forma como pretendemos buscar a noção de falante, também julgamos necessário retomar as noções de *langue* e *parole*, tendo em vista que é a partir desses conceitos que vemos emergir a ideia do falante na teoria saussuriana. Melhor dizendo: após mergulharmos nos meandros dos conceitos de base para entendermos a ocorrência dos neologismos, demo-nos conta de que o próprio percurso que até aqui trilhamos nos aponta a necessidade de discutirmos a instância do falante e, conseqüentemente, de *parole* e de *langue*, dado que tais conceitos se encontram intimamente relacionados à reflexão aqui proposta pelo fato de termos de pensar na *langue* para compreender o que nela favorece/permite o aparecimento dos *acidentes neológicos*.

Pensando nisso, apresentaremos as duas noções que, no decorrer da escrita, percebemos serem significativamente importantes para o presente estudo, relacionadas à linguagem: *langue* e *parole*. Da mesma forma que fizemos no primeiro capítulo, neste também partiremos da reflexão apresentada no CLG e, quando necessário, faremos uso dos demais textos do corpus saussuriano que compõem nosso corpus de pesquisa.

⁶⁴ Cf. seção 1.3.1

3.1.1 Por uma concepção de *langue* que comporte as formações neológicas

No capítulo do valor linguístico do CLG encontramos que “a língua não pode ser senão um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 2012, p. 158), ou seja, a concepção que se tem de *langue* não pode ser outra, ou melhor, não há maneira melhor de compreendê-la se não for pelo valor, uma vez que ela (*langue*) represente “o conjunto de hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (Ibidem, p. 117) e isso só é possível se considerarmos esses hábitos como o sistema que permite ao falante o acesso aos elementos que farão com que ele compreenda e se faça compreender. Normand (2009) explica que a definição de *langue* diz respeito a uma

(...) acepção mais precisa, de certo modo técnica: explicitado como *funcionamento* ou *mecanismo*, ele remete a uma **característica julgada fundamental das unidades linguísticas**: a de que **é impossível apreendê-las fora do sistema específico em que elas são tomadas**, pois é nele que está seu **modo de realidade**; elas só possuem existência para um locutor nas relações recíprocas que mantêm e que lhes dão sentido. **Abordadas fora dessas relações, as unidades linguísticas não passam de elementos materiais desprovidos de significação; em outras palavras, elas não são mais linguísticas.** (NORMAND, 2009, p. 50, grifos no original e destaques nossos)

Assim, a *langue*, pelas palavras da autora, representa o elemento necessário para a vida das unidades linguísticas, ou seja, para os signos. Consideradas fora do sistema em questão, tais unidades deixam de representar um signo linguístico e acabam desprovidas de significação por perderem as relações de diferença e oposição que só o sistema linguístico pode fornecer. Em suma, sem o sistema, essas unidades perdem seu valor.

O capítulo do objeto da linguística, no CLG, é dedicado à *langue*. Nele, Saussure explora as características de tal conceito em comparação com o conceito de linguagem:

[m]as o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. **É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.** (SAUSSURE, 2012, p. 41, destaques nossos)

A linguagem, encontramos no ELG, “é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem” (SAUSSURE, 2004, p. 115). Ela representa a parte “multiforme e heteróclita” (SAUSSURE, 2012, p. 41); é “a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao

domínio social” (Ibidem), como Saussure menciona. Já a *langue* “é o **conjunto de formas concordantes que esse fenômeno** [a linguagem] **assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada**” (SAUSSURE, 2004, p. 115, destaques nossos). A *langue* assim entendida é o sistema; as línguas, chamamos idiomas, já a linguagem é a faculdade simbólica do homem.

Sobre os conceitos de linguagem e de *langue*, encontramos em uma das anotações de Dégallier para o curso III a divisão proposta pelo mestre genebrino: as línguas, a *langue* e a faculdade e o exercício da linguagem nos indivíduos (GODEL, 1969, p. 77). De acordo com a anotação, essa divisão/ordem é assim proposta, dada a

(...) dificuldade de determinar o objeto concreto da linguística. **Devemos primeiro separar da linguagem a *langue*, produto social, instituição semiológica: este é o objeto da linguística.** Mas esse produto social se manifesta em uma grande **diversidade de línguas.** Devemos, portanto, começar com o que é dado: **as línguas**, em seguida, extrair o que é universal: a *langue*. **Só então será tratada a linguagem nos indivíduos**⁶⁵. (GODEL, 1969, p. 77, grifos no original, destaques nossos e tradução nossa)

Baseando-nos no conceito de linguagem, partimos para a proposta de clivagem dela entre *langue* e *parole* apresentada no *Curso*. Apesar de se falar no corte “*langue - parole*” e de se compreender a *langue* como aquela que constitui a parte social e essencial da linguagem, de acordo com Saussure (2004), um dos principais erros da escola fundada por Franz Bopp⁶⁶ “foi atribuir às línguas um corpo e uma existência imaginários, fora dos indivíduos falantes” (Ibidem, p. 115). Ou seja, ainda que a *parole* reflita o lado individual, “acessório e mais ou menos acidental” (SAUSSURE, 2012, p. 45) da linguagem, é uma tarefa bastante complicada analisar uma sem a outra. A existência do par *langue-parole* é necessária para que se possa compreender a reflexão proposta pelo mestre genebrino. Não há como encarar *langue* separada de *parole*. Não existe *langue* sem sujeito falante, logo, não existe *langue* sem *parole* (e aqui gostaríamos de deixar claro que consideramos *parole* todas as manifestações de *langue*, seja oral, escrita ou gestual). Não podemos pensar em uma reflexão como a nossa, por exemplo, sobre as formações neológicas, sem considerar que estamos

⁶⁵ No original: “(...) difficulté de déterminer l'objet concret de la linguistique. Il faut d'abord séparer de la faculté du langage la *langue*, produit social, institution sémiologique: là est l'objet de la linguistique. Mais ce produit social se manifeste par une grande diversité de langues. Il faut donc commencer par ce qui est donné: les langues, puis, en tirer ce qui est universel: la *langue*. Alors seulement, on s'occupera du langage chez les individus” (GODEL, 1969, p. 77, grifos no original).

⁶⁶ Franz Bopp (1791-1867) foi um importante linguista alemão e um dos principais criadores da gramática comparada.

partindo de um sistema (*langue*) e que há o usuário dele (o falante – ou o artesão de nomes) que o utiliza, o mantém e o transforma.

Nos *Escritos*, na Primeira Conferência de Genebra, Saussure exalta a linguagem, colocando-a (junto da *langue*) como objeto relevante para o estudo, para as ciências humanas. De acordo com o linguista,

(...) o homem sem a linguagem seria, talvez, o *homem*, mas não um ser que se comparasse, mesmo que aproximadamente, ao homem que nós conhecemos e que nós somos, porque a linguagem foi, por um lado, a **mais formidável ferramenta de ação coletiva** e, por outro, de educação individual, o **instrumento sem o qual o indivíduo ou a espécie jamais poderia aspirar a desenvolver, em algum sentido, suas faculdades nativas**. (SAUSSURE, 2004, p. 128, grifos no original e destaques nossos)

E refletindo acerca da clivagem linguagem - *langue* - *parole* que nos é apresentada no *Curso*, na *Primeira Conferência* (SAUSSURE, 2004) Saussure enfatiza o elo que une linguagem e *langue* dizendo que quaisquer fenômenos de linguagem, por mais simples e elementares que possam parecer, “jamais serão vislumbrados, nem claramente percebidos, classificados e compreendidos, se não se recorrer, em primeira e em última instância, ao estudo das *línguas*” (Ibidem, p. 128, grifos no original), ou seja, o corte na linguagem, sua divisão entre *langue* e *parole* pode ser considerado um critério metodológico para fins didáticos. Não há, necessariamente, um corte, dois lados bem definidos da linguagem; de acordo com o que se lê no decorrer dos textos saussurianos, o que une linguagem e *langue* é mais relevante do que aquilo que as separa. Segundo o mestre genebrino,

[]língua e linguagem são apenas uma mesma coisa: uma é a generalização⁶⁷ da outra. Querer estudar a linguagem sem se dar ao trabalho de estudar suas diversas manifestações que, evidentemente, são as *línguas*, **é uma empreitada absolutamente inútil e quimérica**; por outro lado, querer **estudar as línguas esquecendo que elas são primordialmente regidas por certos princípios que estão resumidos na ideia de linguagem é um trabalho ainda mais destituído de qualquer significação séria, de qualquer base científica válida**. (SAUSSURE, 2004, p. 128 - 129, grifos no original e destaques nossos)

Portanto, não se deve (ou não se pode) pensar em um estudo que aborde qualquer fato linguístico (como no nosso caso sobre os neologismos) sem que ele repercuta sobre as diferentes manifestações languageiras (como mencionamos anteriormente, aqui não pensamos apenas na *parole*, realização vocal, mas também na escrita e nos gestos, como por exemplo as

⁶⁷ Na nota 53, Tullio de Mauro (SAUSSURE, 1972, p. 417) menciona que, ao tratar sobre isso, Saussure ainda não contava com a distinção entre *langue* e linguagem, entretanto, entendemos que o mestre genebrino, nesse momento, se refere à dificuldade/impossibilidade de se conceber a ideia de *langue* separada da ideia de linguagem, visto que ambas caminham lado a lado e suas definições são complementares e essenciais para os estudos da linguagem.

línguas de sinais). Da mesma forma que é bastante difícil estudar qualquer forma de *langue* sem partir da ideia central de linguagem, como se *langue* fosse algo pleno (no sentido mais teórico) por si só, como se ela não tivesse um elemento geral, aquilo que pode ser associado às suas distintas manifestações.

Assim, de acordo com o que dissemos antes, *langue* representa o lado social da linguagem, “exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modifica-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 2012, p. 46). Esse contrato foi mencionado nas notas de Saussure, na edição crítica de Rudolf Engler: segundo o mestre genebrino, “[a] *langue*, para se impor ao espírito do indivíduo, deve antes de tudo ser sancionada pela coletividade⁶⁸” (SAUSSURE, 1989, p. 28, tradução nossa), ou ainda que “a *langue* é consagrada socialmente e não depende do indivíduo⁶⁹” (Ibidem, p. 41, tradução nossa), no sentido de que não se pode modificá-la sozinho, ainda que as mudanças sejam pequenos atos individuais que, mais cedo ou mais tarde, podem ou não ser aceitos pela coletividade. Conforme já mencionado, é a partir do ato individual, é a partir da *parole* que o sistema linguístico é modificado; essa atualização ocorre mediante recorte de unidades pré-existentes e aplicação deles de forma reordenada. De acordo com a proposta deste trabalho, uma das maneiras de ocorrer essa atualização é através da mudança analógica que conduz à formação de novos signos a partir de elementos e mecanismos de formação pré-existentes da *langue*. Independente da aceitabilidade da nova forma pela comunidade linguística, é inegável a relevância da ação individual para o processo de atualização da *langue*.

Comparando ainda linguagem e *langue* temos que “(...) [e]nquanto a linguagem é heterogênea, **a língua** assim delimitada é de natureza homogênea: **constitui-se num sistema de signos** em que, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica. (SAUSSURE, 2012, p. 46, destaques nossos). Por isso, conforme vimos no início desta seção, no capítulo do valor linguístico, Saussure menciona que *langue* não pode ser outra coisa que não um sistema de valores puros, dado que ela contém todas as formas que possibilitam ao falante-ouvinte compreender e ser compreendido. Ela é, segundo anotações de Dégallier para o terceiro curso, o “*produto social cuja existência permite ao indivíduo o exercício da faculdade da linguagem*”⁷⁰ (GODEL, 1969, p. 81, grifos no original e tradução nossa).

⁶⁸ No original: “La langue, pour s’imposer à l’esprit de l’individu, doit d’abord avoir la sanction de la collectivité” (SAUSSURE, 1989, p. 28).

⁶⁹ No original: “La langue est consacrée socialement et ne dépend pas de l’individu.” (SAUSSURE, 1989, p. 41)

⁷⁰ No original: “produit social dont l’existence permet à l’individu l’exercice de la faculté du langage” (GODEL, 1969, p. 81, grifos no original).

Nos *Escritos* encontramos que

[t]odo o **estudo de uma língua como sistema** (...) se resume, como se preferir, no estudo do *emprego das formas* ou no da *representação das idéias*. **O errado é pensar que há, em algum lugar, formas (que existem por si mesmas, fora de seu emprego) ou, em algum lugar, idéias (que existem por si mesmas, fora de sua representação)**. (SAUSSURE, 2004, p. 32, grifos no original e destaques nossos)

Vemos, uma vez mais, que *langue* deve ser encarada como sistema de valores, pois não temos ideias sem representação e formas fora do emprego. Tudo está em relação e a *langue* constitui esse sistema que coloca todos os valores em relação, uns para com os outros, uma vez que ela “repousa sobre um certo número de *diferenças* ou de *oposições que ela reconhece*” (Ibidem, p. 37, grifos no original).

Saussure compara *langue* a uma sinfonia dizendo que a “(...) realidade independe da maneira pela qual é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade” (SAUSSURE, 2012, p. 50), assim, *langue* é o produto⁷¹ registrado pelo falante que possibilita a comunicação, independentemente dos erros⁷² que possam acontecer neste trajeto.

Toda língua (ou toda manifestação linguageira) é regida pelo “princípio da transformação incessante das línguas como absoluto” (SAUSSURE, 2004, p. 138), ou seja, não há estagnação das línguas; como Saussure menciona na *Segunda Conferência de Genebra*, “[n]ão ocorre o caso de um idioma que se encontre em estado de imobilidade e de repouso” (Ibidem), pois todos eles são afetados pela continuidade e mutabilidade. Por continuidade se entende que

cada indivíduo emprega, no dia seguinte, o mesmo idioma que falava no anterior e é isso que sempre se observa. Não houve, portanto, um dia em que se pudesse lavar o atestado de óbito da língua latina e não houve, igualmente, um dia em que se pudesse registrar o nascimento da língua francesa. **Jamais aconteceu que as pessoas da França acordassem dizendo *bom-dia* em francês, tendo, antes de dormir na véspera, dito *boa-noite* em latim**. (SAUSSURE, 2004, p. 133, grifos no original e destaques nossos)

Portanto, como no caso de Bogulawski (SAUSSURE, 2004, p. 137), se fosse possível registrar tudo o que foi falado desde sempre sobre a Terra ou alguma parte dela tais registros seriam semelhantes (em se tratando de um dia para o outro), mas bastante diferentes (ou

⁷¹ Cf. expressão utilizada por Saussure no CLG (SAUSSURE, 2012, p. 45).

⁷² Aqui não pensamos apenas nos erros, propriamente ditos, mas também estamos considerando as já mencionadas na introdução deste capítulo “esquisitices da língua”, os desvios do que é considerado “normal” ou “aceitável” em uma comunidade linguística, e muitos neologismos obviamente aqui se incluem.

totalmente diferentes) se comparados de “de 500 em 500 anos ou mesmo de 100 em 100 anos” (Ibidem).

Esse exemplo do registro diário de línguas também demonstra o princípio da mutabilidade, uma vez que ele diz respeito ao “*movimento da língua no tempo*, mas (...) um movimento que, em momento algum, *já que tudo está ali*, chega a entrar em conflito com o primeiro princípio, da unidade da língua no tempo” (Ibidem, grifos no original). Ou seja, a *langue* continua, não temos línguas mães ou línguas filhas, mas essa continuidade acaba passando pelo falante e, assim, sofrendo sutis e constantes modificações (através das mudanças fonéticas e das mudanças por analogia), pois

[a] língua, ou o sistema semiológico, qualquer que seja, não é um barco no estaleiro, mas um barco lançado ao mar. Desde o instante em que ele tem contato com o mar, é inútil pensar que é possível prever seu curso sob o pretexto de que se conhece exatamente as estruturas de que ele se compõe, sua construção interior segundo um plano. (SAUSSURE, 2004, p. 248)

Assim, *langue*, a partir do momento em que entra em contato com seus usuários, está na iminência de ser alterada. Tendo observado os princípios básicos do conceito de *langue* (e de linguagem) na teoria saussuriana, e considerando que chegamos no ponto em que se faz necessária uma abordagem acerca da *parole* e do sujeito falante, passaremos a estes dois conceitos a seguir.

3.1.2 Os acidentes linguísticos e o *artesanato de nomes*

Conforme vimos anteriormente, a linguagem, no *Curso*, é apresentada como sendo o todo multiforme e heteróclito. Ela é dividida em *langue* e *parole*, ou seja, em uma parte social (no sentido de ser partilhada por uma comunidade linguística) e outra individual; em uma parte essencial e outra acessória e mais ou menos acidental. A *langue* como parte essencial, entendemos, se refere ao fato de ela ser considerada um sistema de valores. Por ter essa característica, ela se torna primordial para a comunicação linguística uma vez que os signos só são de fato signos, quando inculcados de valor; esse valor, por sua vez, só é determinado na coletividade, através das relações entre os elementos que dele (do signo) se diferem e que representam aquilo que ele (mais uma vez, o signo) não é. Ou seja, é pela diferença e pela oposição que o valor é estabelecido e isso só é possível através da *langue*. Tomando como

exemplo os neologismos, podemos dizer que um signo novo só é considerado realmente um signo do sistema em questão quando a ele é relacionado um determinado valor (o valor atualizado pelo caráter *neo*). Caso essa nova forma não possua valor, ou seja, não signifique no sistema, ela não o integrará e será, como tantas formas realizadas “ao acaso”, apenas mais um *accidente*, mais um desvio de rota linguística do percurso do falante, não acarretando, de fato, uma mudança.

Porém, ainda que compreendamos a importância desses conceitos (e isso se revela nestas páginas dedicadas a eles), também vemos que, para o objetivo deste estudo, que é verificar a ocorrência do fenômeno neológico, seria impossível não citar a *parole* e aquele que faz esse elemento ser o que é, o sujeito falante. O próprio Saussure anuncia a linguística da *parole*, ainda que não tenha se dedicado tanto a ela (ou não tenha tido tempo o suficiente para isso) e, para nós, não seria legítimo falar dos *accidentes* da *langue* sem falar da *parole*, uma vez que é nela que eles nascem/surgem.

Assim, uma vez que tenhamos exposto nossos motivos para trazer à tona a *parole* e o sujeito falante, passaremos à nossa reflexão acerca dos dois conceitos e à verificação de como ambos estão implicados na neologia.

3.1.2.1 O lugar da *parole* nos textos saussurianos

É bastante comum ouvir que Saussure não se dedicou à *parole*. Sabemos disso. No entanto, é inegável que tal “acusação” coloca em xeque tudo aquilo que os estudiosos da obra do mestre genebrino falam/acreditam: a linguística da *parole* foi anunciada, Saussure apenas não teve o tempo necessário para elaborar e organizar seus pensamentos acerca dessa questão tão delicada e tão complexa. Dizer que Saussure não viveu o suficiente para tratar da temática da *parole* (e do sujeito falante) é uma coisa. Afirmar que ele não se dedicou à *parole* é outra completamente diferente e tentaremos mostrar isso.

O termo *parole* aparece já na introdução do CLG, no capítulo *Objeto da linguística*. Tomemos, desse capítulo, a apresentação do circuito da *parole*:

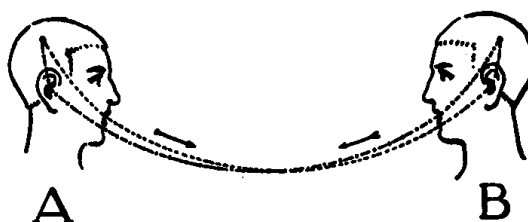


Figura 5 - Circuito da *parole* (SAUSSURE, 2012, p. 43)

A partir dessa ilustração, Saussure explica como se estabelece a comunicação. De acordo com o mestre genebrino, ela (a comunicação) exige, pelo menos, dois sujeitos, o A e o B. Esse processo tem início no cérebro do sujeito A, quando uma imagem acústica é então suscitada por um conceito. Temos, então, a primeira parte do circuito da *parole* que diz respeito a um fenômeno psíquico. A seguir, o cérebro envia ao aparelho de fonação um impulso relacionado à imagem acústica já mencionada. Isso caracteriza o fenômeno fisiológico. Depois desse impulso recebido pelo aparelho fonador, ocorre a propagação das ondas de A para B, fenômeno físico. Do outro lado do circuito, B recebe as ondas de A. Esse recebimento ocorre pelo ouvido e, dele, uma imagem acústica é transmitida ao cérebro (temos, uma vez mais, o fenômeno fisiológico). A imagem acústica é associada a um conceito no cérebro de B (fenômeno psíquico). A partir desse momento, “[s]e B, por sua vez, fala, esse novo ato seguirá - de seu cérebro ao de A - exatamente o mesmo curso do primeiro e passará pelas mesmas fases sucessivas” (SAUSSURE, 2012, p. 43, grifos no original). Assim é constituído o circuito da *parole* que, de acordo com o *Curso*, ainda pode ser dividido da seguinte forma: a) uma parte exterior (o caminho do som da boca até o ouvido) e uma interior (o restante do processo); b) uma parte psíquica e uma não psíquica e c) uma parte ativa (aquilo que vai do centro de associação de um dos indivíduos até o ouvido do outro) e passivo (aquilo que vai do ouvido⁷³ do receptor até o seu centro de associação).

Nesse mesmo capítulo, após a apresentação do circuito da *parole*, Saussure aborda algumas características da *langue* e da *parole*, diferenciando esses conceitos. De acordo com

⁷³ Sobre tal questão Tullio de Mauro apresenta, na nota 61 (SAUSSURE, 1972, p. 419), um posicionamento bastante interessante: de acordo com o linguista, a audição não representa um “simples mecanismo receptivo” (cf. expressão utilizada por ele) e cita G. A. Miller, em uma passagem do livro *Langage et Communication*, que diz que a percepção do discurso não é algo passivo e automático; o ouvinte assume uma posição seletiva, respondendo a alguns aspectos e deixando outros de lado. A necessidade e a experiência do ouvinte determinarão aquilo que será selecionado e respondido. Concordamos com esse posicionamento e acreditamos que a escuta não é um simples acontecimento passivo, dado que o recorte promovido “pela orelha” daquele que escuta já é, por si só, um movimento ativo, pois não há nada que determine o que o ouvinte deva ou não ouvir; não há nada que garanta que a mensagem captada pelo receptor está de acordo com a mensagem encaminhada pelo locutor, provando que a escuta é um ato singular e determinado, conforme vimos na nota de De Mauro, pela necessidade e experiências desse ouvinte.

o mestre genebrino, o indivíduo é sempre “senhor⁷⁴” da execução (ou seja, da parte ativa do circuito, aquela relacionada ao que “vai do centro de associação de uma das pessoas ao ouvido da outra” (Ibidem, p. 44), uma vez que ela seja sempre individual, e Saussure diz que a chamará de *parole*.

A *parole*, ao contrário da *langue*, é

(...) um **ato individual de vontade e inteligência**, no qual convém distinguir: 1º - as combinações pelas quais o **falante** realiza o código da língua no propósito de **expressar seu pensamento** social; 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (SAUSSURE, 2012, p. 45, destaques nossos)

Assim, *parole* é, para o linguista suíço, um ato individual que denota a vontade e a inteligência do indivíduo. Por isso vimos anteriormente (falamos disso recentemente em 3.1.2) que a *parole* é acessória (pois de essencial temos a *langue*) e mais ou menos acidental. Esse “acidental” está relacionado às diferenças de usos dos signos da *langue*, e aqui são inúmeras as possibilidades de *acidentes* que encontramos, desde um fonema produzido com alguma mísera diferença em um de seus traços distintivos até o nosso tão falado neologismo. Saussure não só não deixou de tratar da *parole* e do sujeito falante como também considerou a existência das formações neológicas, essas formas acidentais, obras do ato individual de vontade e inteligência do usuário da *langue*, ou, pelas palavras de Sócrates no *Crátilo*⁷⁵, de Platão (2010 apud SOUZA, 2010), obras do ato individual de vontade e inteligência do *artesão de nomes* (cf. pág. 89). Essa expressão tão poética retrata de uma maneira muito bela aquilo que o falante realiza no ato de criação de uma nova palavra: o usuário da *langue* utiliza elementos do seu sistema linguístico para criar um neologismo; o artesão, muitas vezes,

⁷⁴ Cf. expressão utilizada no *Curso* (SAUSSURE, 2012, p. 45).

⁷⁵ O *Crátilo* é um dos diálogos de Platão. Nele encontramos uma discussão sobre a convencionalidade ou não dos nomes: se os nomes são dados pelos homens por uma espécie de acordo ou se são atribuídos de forma consciente, ou seja, possuem algum tipo de relação com a essência do elemento que será nomeado. São três os personagens que encontramos no texto: Crátilo, Hermógenes e Sócrates. O primeiro, Crátilo, defende que o nome seria a coisa em si, portanto, há uma relação entre a essência e os elementos. Já Hermógenes defende que o nome é acordado pelos usuários da *langue*; é uma convenção estabelecida pela comunidade linguística. Sócrates, por fim, está presente na obra representando uma espécie de juiz. Como tal, ele não demonstra predileção por nenhum lado (nem pela teoria apresentada por Crátilo nem pela defendida por Hermógenes), inclusive concorda com os dois em alguns aspectos e discorda em outros: concorda com Hermógenes quando este diz que os nomes não são exatos em todas as línguas, ou seja, nas diferentes línguas encontraremos diferentes denominações para um mesmo objeto, porém discorda quando ele diz que a escolha dos nomes é um ato individual; e com Crátilo concorda que o nome precisa ter certa relação com a essência do elemento representado, mas discorda quando ele diz que o nome é a unidade representada em si e, quando esta mudar, o nome deveria mudar também (um carro dos anos 50 não deveria se chamar carro nos anos 2000 dado que muitas mudanças aconteceram no elemento). A grande discussão do texto gira em torno das hipóteses naturalista (a ideia defendida por Crátilo) e relativista (o argumento de Hermógenes). Para o presente estudo, consultamos o texto de Platão em duas traduções, a de Edson Bini (PLATÃO, 2010) e a de Luciano Ferreira de Souza (SOUZA, 2010).

emprega elementos da cultura local para a criação de seus artefatos. Ou seja, a cultura está para o artesão da mesma forma que o sistema linguístico está para o falante. O trabalho manual do artesão representa, metaforicamente falando, o trabalho do falante que busca, na *langue*, elementos para a construção do utensílio que ele deseja montar; esse utensílio, nada mais é do que um neologismo, uma obra constituída de elementos pertencentes à *langue* e nela inspirada (por meio da analogia).

Langue e parole, como vimos, são interdependentes. De acordo com Saussure, “a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes” (SAUSSURE, 2012, p. 51). Dessa maneira, compreendemos que a *langue* é extremamente importante, pois ela, como o sistema de signos que representa, é essencial para que a *parole* cumpra a sua função. No entanto, a *parole* é tão importante quanto a *langue* dado que é por ela que a *langue* se estabelece, é modificada e perpetuada; “é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos” (Ibidem). Depecker sintetiza essa dependência entre os dois elementos da seguinte forma: “[a] língua permite a fala e, por sua vez, a fala alimenta a língua. E é essa *repetição* que faz com que as unidades se instalem na língua, que elas se encontrem ali consagradas, constituindo uma espécie de “tesouro”.” (DEPECKER, 2012, p. 136, destaques nossos).

Comparando ainda *langue e parole*, Saussure diz que a *langue* “existe na coletividade sob a forma de uma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2012, p. 51). Nesse trecho, sobre o qual o mestre genebrino trata do tesouro mental⁷⁶, entendemos como a *langue* se encontra na comunidade linguística. Segundo Depecker (2012), considerando *langue* como esse lugar no qual as formas utilizadas pelo falante se encontram, ela, a *langue*, “acaba sendo a soma dos tesouros individuais” (Ibidem, p. 140).

Saussure também se questiona sobre a maneira como a *parole* está presente na coletividade e nos diz:

⁷⁶ Depecker (2012) define o tesouro mental como “a coletânea de formas e de unidades de que o sujeito falante é depositário e da qual ele toma emprestado para falar” (Ibidem, p. 137). Assim, embora já tenhamos tratado dessa expressão no primeiro capítulo, a comparação apontada pelo autor relacionando o tesouro a uma espécie de banco pessoal é bastante válida para que compreendamos de que se trata de um depósito de formas acessado pelo falante sempre que necessário. Ou, como o autor vai falar mais adiante, “o tesouro da língua é a língua da forma como está presente em cada sujeito falante. A ‘fala’ empresta desse tesouro as formas e as regras de combinação dessas formas” (Ibidem, p. 142).

[é] a soma do que as pessoas dizem e compreende: a) **combinações individuais dependentes da vontade dos que falam**; b) **atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações**.

Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas. No caso, **não há mais que a soma de casos particulares** (...). (SAUSSURE, 2012, p. 52, destaques nossos)

Desta forma, vemos que o mestre genebrino estabelece como principal diferença entre *langue* e *parole* o fato de que na *parole* não há nenhum elemento partilhado pela coletividade; não há nada que seja igual entre um falante e outro, pois até mesmo os atos de fonação possuem suas singularidades e acabam, assim, se distinguindo uns dos outros (ainda que de maneira bastante sutil).

Após apresentar essa reflexão, ao final do capítulo da *Linguística da língua e linguística da fala*, Saussure afirma que não se ocupará da *parole*, mas que, caso seja necessário pedir ajuda a ela, fará um esforço “para jamais transpor os limites que separam os dois domínios” (Ibidem). Normand (2009) diz que “[a] língua não é a fala, ela é o que permite falar” (Ibidem, p. 55), evitando assim que se faça confusão entre um conceito e outro. Saussure deixa bastante claro que o seu foco é *langue*, mas, sempre que for necessário, recorrerá à *parole* e esclarecerá o que difere uma da outra, para não correr o risco de mesclar o individual e o social. Sabemos da importância do individual para a constituição do social, pois encontramos no capítulo III da primeira parte do CLG, intitulado *A linguística estática e a linguística evolutiva*, que “[é] na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por certo número de indivíduos, antes de entrar em uso” (Ibidem, p. 141, destaques nossos). Assim, é na *parole* que os *accidents* acontecem e é por isso que a *langue* se mantém em constante movimento de evolução. Dessa forma, percebemos que Saussure dá destaque à *langue*, porém, sem excluir a *parole*.

O processo de transformação da *langue* acontece na *parole* e é através do falante que ele tem início, pois é pela singularidade de cada indivíduo, pela maneira sempre diferenciada que as pessoas tem de “usar” a própria *langue* que as transformações acontecem. Em uma nota de Constantin, na edição crítica de Engler, encontramos que “[t]oda evolução, todo fato evolutivo na *langue* começa pela *parole*. (...) A causa dos fatos evolutivos está na *parole*”⁷⁷ (SAUSSURE, 1989, p. 224, tradução nossa). Já em outra (dessa vez de Saussure), da mesma edição, tem-se que “a *langue*, em si não relacionada à massa humana existente, está

⁷⁷ No original: “Toute évolution, tout fait évolutif dans la langue commence par un fait de parole. (...) La cause des faits évolutifs de langue gît dans les faits de parole” (SAUSSURE, 1989, p. 224).

indissoluvelmente ligada à massa humana⁷⁸” (Ibidem, p. 28, tradução nossa), ou seja, as transformações na *langue* acontecem por meio do falante via *parole*. Nas notas para um artigo sobre Whitney, nos *Escritos*, encontramos a seguinte passagem:

[n]ós só podemos fazer reservas as mais expressas, confessamos, às conclusões de todo tipo que são tiradas, com predileção, do fato de que **uma língua se vê obrigada a adotar uma palavra como *telégrafo***. Essas conclusões não têm, em primeiro lugar, um alcance geral, a não ser por insinuar tacitamente que **bem ingênuo seria quem não visse que em todas as épocas, assim como na nossa, um povo tem que tomar consciência de *objetos*, que lhe são novos e denomina-los**. Mas e depois? Que mudança visível traz, ao caráter de uma língua, o fato de se acrescentar ao seu vocabulário (à parte mais material de seu vocabulário), cem ou mil e duzentos substantivos como *telégrafo*? (SAUSSURE, 2004, p. 182, grifos no original e destaques nossos)

Percebemos que Saussure está se questionando sobre o que acontece com um sistema linguístico após a inserção de novos termos. Ao que parece, o signo *telégrafo* representava, no momento, uma formação neológica. Como diz o mestre genebrino, em todas as épocas as pessoas se deparam com objetos novos e precisam denomina-los. Essa atitude aponta, pelo que temos visto até este momento, para o caráter de constante transformação das línguas, que é um fator praticamente inevitável, considerando que os novos objetos sempre existirão e que é tarefa da *langue* comportar os signos necessários à vida, necessários à atividade humana sempre em transformação.

Como vimos, ainda que a *langue* seja considerada o lado social e essencial da linguagem, ela está intimamente relacionada ao falante (e à *parole*, conseqüentemente), pois é a partir dele que ela será fixada e também transformada pelas modificações propostas por cada um dos seus usuários. No entanto, não são todas as modificações que representarão uma mudança. Muitos *acidentes* acontecem sem repercutir no sistema (conforme já falamos no primeiro capítulo), no entanto, é por eles que o sistema é abalado e, enfim, perpetuado. No capítulo *Analogia e evolução*, do CLG, Saussure diz que “[a] língua retém somente uma parte mínima das criações da fala” (SAUSSURE, 2012, p. 227), ou seja, não são todas as formas diferenciadas que se tornarão mudanças, no entanto, todas as formas que realmente perduram, “são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa” (Ibidem). Essa fisionomia diversa é resultado da mescla de usos singulares do sistema, mescla de usos singulares dos *artesãos de nomes* de cada um dos sistemas linguísticos. Saussure explica esse

⁷⁸ No original: “La langue, chose en soi sans rapport avec la masse humaine existante, est liée indissolublement à la masse humaine” (SAUSSURE, 1989, p. 28).

fato relacionando-o ao que disse anteriormente sobre dar atenção ao que pertence ao domínio da *langue*:

[m]as todas as inovações da fala não têm o mesmo êxito e, enquanto permanecem individuais, não há por que levá-las em conta, pois o que estudamos é a língua; elas só entram em nosso campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe. (SAUSSURE, 2012, p. 141)⁷⁹

Nesse trecho vemos que o objetivo de Saussure concerne a tudo o que com a *langue* se relaciona, por isso, ainda que as manifestações individuais da *parole* não sejam o objeto principal do linguista genebrino, é por tais manifestações que o objeto da linguística é como o conhecemos; é por todas as manifestações e as mudanças causadas pelos *accidents* que a *langue* se compõe de fatos partilhados por uma coletividade, pois é a própria coletividade (e toda a sua heterogeneidade) que compõe a *langue*. Ou, utilizando uma passagem encontrada nos *Escritos*, “seria (...) a língua tomada fora de sua realidade social, irreal, já que, para que haja língua, é preciso uma massa falante que se sirva da Língua. **A língua reside na alma coletiva (...)**” (SAUSSURE, 2004, p. 288, destaques nossos).

As relações já citadas entre *langue* e *parole* parecem não ter fim. A ideia de que Saussure deixou de lado a *parole* para dar ênfase ao que há de comum neste conjunto de fatos linguísticos (*langue*, no caso) faz com que se pense que o linguista genebrino não dedicou seu tempo a pensar e refletir acerca daquele que faz uso da *langue*. Porém, como vimos nesta seção, Saussure não só não deixou de lado o aspecto individual da linguagem como também considerou aquele que fala e aquele que escuta. De acordo com Depecker,

⁷⁹ Ainda sobre esse ponto, encontramos no CLG uma nota dos organizadores (Charles Bally e Albert Sechehaye) explicando que a *parole* não era a grande questão de Saussure, pois, talvez, ele considerasse que os fatos individuais relacionados à *parole* representassem algo “estranho à língua e ao seu sistema, o qual só depende do conjunto dos hábitos coletivos” (SAUSSURE, 2012, p. 196). Assim, enquanto esses fatos pertencem à *parole* “não passam de maneiras especiais, de todo ocasionais, de utilizar o sistema estabelecido” (Ibidem) e, tais “maneiras especiais” representam os usos sempre singulares da *langue*. Ainda de acordo com os organizadores, a partir do “momento em que uma inovação, repetida com frequência, se grava na memória e entra no sistema” (Ibidem) é que ela passará a integrar o sistema, dado que “tem o efeito de transtornar o equilíbrio dos valores” (Ibidem) e, por isso mesmo, exigirá que a *langue* acomode essas mudanças de forma a rearranjar seus valores e, a partir disso, passar a conter sua nova forma; ser atualizada. Entendemos a posição dos organizadores e também vemos que tal explicação está relacionada à terceira parte do curso, dedicada à linguística diacrônica, no entanto, acreditamos que é justamente por Saussure enfatizar inúmeras vezes no decorrer do CLG que não se deterá na *parole* para não correr o risco de misturá-la com a ideia de *langue* e, quem sabe, confundi-las, que o mestre genebrino ressalta a importância e a relevância de tal elemento, pois, como aparece no texto do *Curso*, há uma forte interdependência entre *langue* e *parole*, dado que uma (*parole*) é necessária para o estabelecimento e para a conservação (no sentido de manter atualizada) da outra (*langue*). Não queremos forçar uma interpretação nossa, mas acreditamos ser válido ressaltar que a *parole*, ainda que não tenha sido abordada exaustivamente no decorrer da obra do *Curso*, não perdeu o seu lugar como elemento dos estudos da linguagem, tampouco sua importância para a Linguística. O mesmo podemos dizer do falante.

(...) não é necessário se limitar a considerar estritamente a fala como estando do lado individual, e a língua do lado social. Pois nelas, as trocas entre sujeitos falantes não cessam de se cruzar. E no centro delas se encontram constantemente em ação outro elemento, expressão dessas “trocas” permanentes: o valor. (DEPECKER, 2012, p. 142, grifos no original e destaques nossos)

Assim, além de promover as mudanças da *langue*, o falante é responsável, também, pela atribuição do valor aos signos, fazendo com que a *langue* seja constituída e perpetuada. Julgamos que o valor seja elemento característico da *langue*, pois é a partir dele que os signos são considerados “vivos” ou, melhor dizendo, que os signos são concebidos como elementos do sistema em questão, dado que só entra no sistema aquilo que tem valor e, pelo que foi possível ver, algo só possui valor quando alguém (o usuário da *langue*) o reconhece como sendo uma forma da *langue*, um elemento passível de pertencer ao sistema. Também acreditamos que o falante “perpetue” a *langue*, pois é ele que promove as mudanças necessárias para que ela se encontre em constante evolução, evitando assim cair em desuso por conter formas tão obsoletas que sejam elementos estranhos, desconhecidos dos usuários. Whitney (2010) aborda a função da sociedade e do falante de uma forma bastante interessante e que sintetiza o que temos falado até aqui:

[r]econhecer a sociedade como árbitro soberano, que decide se uma inovação será ou não aceita não é negar a ação individual em matéria de linguagem. É preciso que alguém comece; se ele é seguido, o trabalho está feito; se ele não é seguido, o trabalho é abortado. A comunicação não pode agir senão pela iniciativa dos indivíduos. Cada parcela do discurso tem seu tempo, seu lugar e sua ocasião determinante. **Uma palavra passa de pessoa para pessoa até se tornar de uso geral; ou então ela cai no esquecimento.** (WHITNEY, 2010, p. 147 - 148, destaques nossos)

Dessa forma, o que determina se uma mudança alcançará a *langue* é, sem dúvida, a comunidade linguística; no entanto, tal mudança não existiria se não fosse pela ação individual do falante, pelo uso da sua inteligência e criatividade para fazer nascer uma nova expressão, um possível novo componente do seu idioma. Toda mudança tem início na ação individual daquele que fala, pois é na *parole* que irrompe o *accidente*.

Uma vez que tenhamos iniciado uma discussão sobre a questão do valor, julgamos necessário retomar esse conceito de forma mais explícita, juntamente com o arbitrário e a analogia para que possamos sintetizar nossa reflexão neste capítulo e relacionar esses conceitos com a ideia de neologia que temos construído no decorrer deste trabalho. Passaremos agora a esse tópico.

3.2 VALOR, ARBITRÁRIO E ANALOGIA NO CONTEXTO DOS ACIDENTES NEOLÓGICOS

Retomar os já conhecidos conceitos de *langue* e *parole*/falante (e, conseqüentemente, de linguagem) na teoria saussuriana nos remeteu a uma questão já abordada neste estudo: o valor linguístico. No *Curso*, a linguagem é dividida em duas partes, uma social e essencial (*langue*) e a outra acessória e mais ou menos acidental (*parole*). Ambas, *langue* e *parole*, possuem suas diferenças, sem dúvidas, no entanto, o laço que as une é muito maior do que os aspectos que as diferenciam, e isso também tratamos na primeira parte deste capítulo.

A *langue* é a parte essencial e socialmente partilhada entre seus usuários. Como vimos, ela nada mais é do que um sistema de valores, e é assim considerada pois contém as formas necessárias à *parole* e essas formas são consideradas signos, dado que estão inculcados de valores, valores esses estabelecidos pelos sujeitos falantes no contexto de uma determinada comunidade linguística. Nesse momento percebemos o vínculo que existe entre *langue* e *parole*: uma é essencial para a existência da outra, pois a *langue* contém as formas necessárias para que a *parole* seja estabelecida; no entanto, é pela *parole* e pelos falantes que os signos da *langue* tornam-se, de fato, signos, ou seja, são reconhecidos como formas pertencentes àquela comunidade linguística. *Langue* é um sistema de valores tal como conhecemos dada a ação e o julgamento do falante, através da sua manifestação sempre individual e singular. As manifestações da *langue*, conforme já mencionado, podem ser tanto orais quanto escritas e/ou gestuais. Neste trabalho consideramos as distintas expressões da *langue* como igualmente importantes e passíveis de exercer influência no sistema (afinal, o que muda é apenas a substância que veicula o significante).

Aliás, falando em influência no sistema, é pela *parole* que a *langue* além de adquirir a forma que conhecemos também é alterada. A *parole* promove as mudanças da *langue* através das ocorrências singulares manifestadas pelos falantes. Através dessas mudanças, a *langue* tem a possibilidade de manter-se atualizada e não se tornar um depósito de formas obsoletas/desatualizadas. Essas modificações do sistema linguístico podem ocorrer por meio do fenômeno da analogia, que possibilita que o falante parta de mecanismos e formas pré-existentes a fim de constituir o novo. Tudo isso, mais uma vez, só é possível pela ação do falante que mantém o sistema sempre “modernizado” e ainda é responsável pelo julgamento das formas que constituem esse sistema, determinando o valor de cada uma delas e decidindo sobre a sua entrada ou não no complexo conjunto da *langue*.

Assim, compreendendo que a cisão linguagem - *langue* - *parole* não passa de escolha didática de como expor os fatos, para que não corramos o risco de confundir as características que diferenciam um e outro, percebemos que os elos que ligam *langue* e *parole* são maiores e muito mais relevantes para a compreensão da teoria do que tudo aquilo que os afastam. O que precisamos ter em mente é: *langue* e *parole* são igualmente essenciais para a existência uma do outra.

Passaremos, a seguir, para a retomada do conceito do valor linguístico, sempre buscando compreender essa noção a partir da noção da analogia saussuriana, dado que tal conceito (o da analogia) é de suma importância para o estudo dos neologismos.

3.2.1 Da concepção de neologismo à sua inserção no sistema linguístico

Como vimos no primeiro capítulo, a noção de valor linguístico representa nada mais nada menos do que o grande emaranhado de relações estabelecidas entre os elementos; relações em presença, em ausência e com tudo aquilo que um elemento é e com tudo o que ele poderia ser mas não é, nos eixos associativo e sintagmático. Essas relações e todas as diferenças estabelecidas entre elas determinam como o signo é interpretado na comunidade linguística em questão; é pelo valor que sabemos se um elemento é ou não participante daquele sistema, pois, caso ele não possua valor para os usuários da *langue*, não será constitutivo daquela comunidade, caso contrário, será mais um elemento no depósito de formas daquele determinado idioma.

Em uma das passagens trazidas no primeiro capítulo, apresentamos um trecho de uma das anotações de Constantin, presente na edição crítica de Rudolf Engler, referente ao início do capítulo do valor. Nessa passagem⁸⁰, Constantin diz (em síntese) que para se chegar à ideia de valor linguístico é necessário partir do sistema e não da palavra isolada; a noção de valor, a compreensão de tal noção, só é possível a partir do momento em que se considera a totalidade, o sistema, pois a unidade por si só não é capaz de determinar nada, afinal de contas são as relações estabelecidas entre os diferentes elementos que instituirão o valor daquela unidade. Caso ela não tenha valor naquele sistema linguístico, não fará parte dele. Normand (2009) diz o seguinte a respeito disso:

⁸⁰ No original: “Pour arriver à l’idée de valeur, nous avons choisi de partir du système de mots par opposition au mot isolé. Nous aurions pu choisir de partir d’une autre base” (SAUSSURE, 1989, p. 251).

[s]e levarmos adiante esse pensamento da língua, a palavra (unidade) não tem existência enquanto elemento positivo, isolável e diretamente observável. O que significa não é uma forma particular - no sentido em que *sou* é uma forma e *era* uma outra -, mas uma relação de formas: a significação não é ligada a uma forma em si, mas a diferenças entre formas. (NORMAND, 2009, p. 81, grifos no original)

Logo, para determinar o valor de uma unidade é preciso que ela esteja relacionada com as demais. A partir do momento em que estamos lidando com um conjunto de unidades, o valor e a significação delas (o valor está relacionado ao sistema e a significação está relacionada de forma mais direta ao significado do signo) poderá ser determinado pelos usuários da *langue*, uma vez que tudo nela seja baseado em relações.

Falando em relações, vale retomar aqui a tríade relação - diferença - oposição, constitutiva do valor linguístico. É a partir dela que compreendemos que o valor é formado pelas relações estabelecidas entre os elementos do sistema linguístico. Essas relações podem (e devem) acontecer entre elementos semelhantes e elementos diferentes, pois o valor de uma unidade linguística está justamente na sua capacidade de ser aquilo que os outros não são. A partir desses três elementos conseguimos compreender, de maneira geral, o funcionamento do valor linguístico e como ele é determinado pela comunidade falante.

Whitney, em *A vida da linguagem* (2010), aborda a questão do valor e do arbitrário durante todo o seu percurso no texto. Em uma das passagens, o linguista apresenta uma das principais preocupações dos estudiosos da linguagem:

[o] fato que preocupa o linguista é este: existe um signo articulado, *green*, pelo qual uma sociedade designa uma série de sombras e colorações diversas que a natureza e a arte produzem; **todo membro dessa sociedade**, seja através do nascimento ou da imigração, ou ainda do estudo literário, **aprende a associar esse signo à sensação dessas sombras e empregá-lo para designá-las; ele aprende ainda a classificar sob outros signos as diferentes cores**. Eis aí, para o linguista, o fato principal em torno do qual os demais vêm se agrupar como auxiliares. **É esse fato que lhe serve de ponto de partida para julgar outros e para apreciar seu valor**. (WHITNEY, 2010, p. 29, grifos no original e destaques nossos)

Ou seja, a importância de se considerar não a unidade isolada, mas sim o conjunto está na possibilidade de estabelecer relações entre elas para, a partir disso, determinar seu valor. O valor de um elemento influencia diretamente no valor de outro, e a comparação entre eles é o que torna possível lidar com diferentes unidades e determinar diferentes valores para cada uma delas no sistema linguístico. Partindo das relações, é possível dizer se uma unidade possui ou não valor para um dado sistema.

Dado que estejamos tratando da determinação do valor pelos falantes, no primeiro capítulo também mencionamos que tudo na *langue* é baseado na negatividade. A ideia de

positividade não passa de mera ilusão. Dégallier, em uma das notas apresentadas na edição de Robert Godel, diz que em um estado de *langue* encontramos apenas diferenças⁸¹, isto é, a (falsa) ideia de positividade em se tratando do valor linguístico está no fato de que combinamos elementos distintos. Como dissemos anteriormente, a tríade constitutiva do valor linguístico é relação - diferença - oposição; não há espaço para a positividade pois ela não passa de uma ilusão que paira sobre os falantes. Outra questão bastante interessante e bastante cara a este estudo, já mencionada no primeiro capítulo e retomada neste, diz respeito à ação do sujeito falante para a determinação do valor. Vimos que um signo só é considerado como tal, ele não é um elemento qualquer, estranho ao sistema da língua, quando possui valor.

Quanto à atividade do falante nesse processo, encontramos um trecho na edição crítica do manuscrito *Sobre a essência dupla da linguagem* (SAUSSURE, 2011), organizado por René Amacker, no qual Saussure diz que a unidade é sempre imaginária⁸²: a unidade (aquela que mencionamos ter a ideia de ser um elemento positivo) não passa de uma ilusão do falante, dado que ele (sujeito) exerça suas funções como falante e ouvinte e, toda vez que escuta algo, pensa que sabe exatamente qual é a mensagem que o locutor está querendo transmitir, pois essa ilusão é necessária para que o recorte do que foi dito (promovido pela escuta) seja feito e, então, a comunicação seja estabelecida. Como já mencionamos no primeiro capítulo, a *langue* é o que ouvimos, o recorte das unidades que vão ganhando valor está no ouvido daquele que escuta (cf. nota 47). Assim, o falante-ouvinte é aquele que determina o valor das unidades a partir da escuta. Para exemplificar tal questão retomaremos o *Crátilo*:

Sócrates: Dizes bem. E então? **Agora, como nós o pronunciamos, não nos compreendemos uns aos outros quando alguém diz “*sklērós*” (duro), ou nem agora tu percebes o que eu digo?**

Crátilo: **Eu ao menos, caríssimo, percebo, mas pelo uso.**

Sócrates: Mas ao dizer uso, pensas dizer algo diferente de convenção? Ou tu falas de um outro uso diferente daquele, e eu, quando pronuncio este, tenho em mente aquele, e tu reconheces o que eu tenho em mente? Não é isto que dizes?

Crátilo: Sim.

Sócrates: **Assim, se tu reconheces o que eu pronuncio, é produzida por mim uma indicação em ti?**

Crátilo: **Sim.**

(PLATÃO, 2010 apud SOUZA, 2010, p. 138, grifos no original e destaques nossos)

A discussão entre Crátilo e Sócrates fala exatamente do efeito de escuta, promovido pela ação do locutor e pela orelha do ouvinte. O recorte realizado pelo ouvinte é possibilitado pela

⁸¹ No original: “*dans un état de langue, il n’y a que des différences*” (GODEL, 1969, p. 92, grifos no original).

⁸² No original: “(...) l’unité est toujours imaginaire, la différence seule existe” (SAUSSURE, 2011, p. 163).

escuta. Dessa forma, ambos (locutor e ouvinte) acreditam comungar os mesmos signos e tal ilusão possibilita o estabelecimento da comunicação.

Conforme mencionamos em nota neste capítulo, o diálogo do *Crátilo* trata da questão da convencionalidade dos nomes. Para Sócrates, o *artesão de nomes* deve, para apresentar um nome, conhecer as regras que regem o sistema; ele também deve ser conhecedor do elemento que deseja nomear e da essência dele, para só depois realizar a criação do seu nome. O nome, segundo o ideal apresentado por Sócrates, é uma espécie de imitação da coisa a ser nomeada, mas nunca uma cópia perfeita. O que o nome deve abarcar é aquilo que o elemento tem de essencial, caso contrário, seria considerado imperfeito, porém ele não deve conter todos os detalhes, todas as características do elemento, uma vez que, como já dissemos, ele jamais será uma cópia perfeita. A esse fato, a essa reflexão, podemos associar o arbitrário do signo apontado por Saussure (a questão envolvendo o arbitrário absoluto e o relativo), dado que falar do valor linguístico sem mencionar a arbitrariedade é uma tarefa bastante difícil (para não dizer impossível, pois, como vimos, todos os caminhos do valor acabam nos levando, invariavelmente, à arbitrariedade). Assim, da mesma forma que fizemos neste item, retomaremos no próximo os dois tipos de arbitrário: o relativo e o absoluto para que possamos recordar e enfatizar a importância desses conceitos para o presente estudo e para a verificação de como essas novas formas (os neologismos) podem ocorrer na *langue*.

3.2.2 Valor e arbitrário: repercussões sobre os *acidentes neológicos*

A principal ideia que se tem do arbitrário do signo é o conceito que nos é apresentado no *Curso*, dizendo que o significante, em relação ao significado, é imotivado. Ou seja, dizer arbitrário não significa dizer que a relação estabelecida entre as duas porções do signo é de livre escolha do falante (sabemos que tudo depende do conjunto, da massa falante) mas sim que não há motivação no elo que relaciona um lado e outro. Whitney (2010) sintetiza a questão afirmando que “os signos articulados estão longe de ser idênticos à ideia” (Ibidem, p. 41), uma vez que eles sejam arbitrários.

Tomando a liberdade de fazer uma analogia com a personagem infanto-juvenil Emília, do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, vemos a boneca explicar de maneira bastante simples o que significa essa perspectiva do caráter arbitrário do signo:

- Que tantas cidades são aquelas, Quindim? - perguntou Emília.
Todos olharam para a boneca, franzindo a testa. *Quindim?* Não havia ali ninguém com semelhante nome.
- Quindim - explicou Emília - é o nome que *resolvi* botar no rinoceronte.
- **Mas que relação há entre o nome Quindim, tão mimoso, e um paquiderme cascudo destes?** - perguntou o menino, ainda surpreso.
- **A mesma que há entre a sua pessoa, Pedrinho, e a palavra Pedro - isto é, nenhuma. Nome é nome; não precisa ter relação com o “nomado”. Eu sou Emília, como podia ser Teodora, Inácia, Hilda ou Cunegundes. *Quindim!* ... Como sempre fui a botadeira de nomes lá do sítio, resolvo batizar o rinoceronte assim - e pronto!** Vamos, Quindim, explique-nos que cidades são aquelas.
(LOBATO, 1992, p. 12, grifos no original e destaques nossos)

A boneca, a “botadeira de nomes” ou, pelas palavras de Sócrates, a *artesã de nomes* defende exatamente a ideia de arbitrário apresentada no *Curso*. Não há relação entre as duas porções do signo linguístico, não há nenhuma lei que determine que o conjunto de sons *q - u - i - n - d - i - m* não possa ser associado a um rinoceronte, da mesma forma que não há nenhuma lei que obrigue tal vínculo. Pedrinho parece apresentar uma interpretação mais naturalista da língua, assim como Crátilo. Já Emília, como podemos ver, não está relacionada a nenhum dos três personagens do diálogo registrado por Platão: Emília é essencialmente saussuriana em sua interpretação.

Como relacionamos o arbitrário ao valor? Como já foi dito no primeiro capítulo, é pela falta de motivação que relacione significado e significante que o valor linguístico pode ser determinado, uma vez que ele (o valor) não possua um elo motivado com aquilo que está valorando. Não há um vínculo natural entre o valor e o elemento a ele reportado, o que encontramos no sistema da língua são relações entre as unidades, apenas isso. No entanto, essa falta de motivação acarreta outro problema na nossa interpretação: como explicar os casos que não parecem ser tão arbitrários assim, como preconiza a teoria saussuriana? Falar arbitrário não significa atestar que não existe nenhuma forma de vínculo entre significante e significado. Isso não quer dizer, de acordo com Whitney (2010),

(...) que não há causas que presidem à atribuição dos nomes. Há, pelo contrário, razões para cada uma delas; entretanto, o uso atual da palavra não depende dessas razões; elas nem sempre são descobertas e, quando são, se baseiam na comodidade, não na necessidade. (WHITNEY, 2010, p. 141)

Ou seja, pode não haver uma causa para a atribuição dos nomes, mas há uma razão. No entanto, o uso não depende dessa razão, ela não é necessária para que a comunicação ocorra ainda que seja importante compreendê-la para o estudo da linguagem, para entender a história da língua, sua evolução e suas modificações. Ainda assim, podemos associar essa razão ao relativamente motivado proposto por Saussure, já que essa é a maneira encontrada pelo

linguista para compensar o arbitrário do signo ou, como diz Depecker (2012), o arbitrário é compensado pela consciência do falante⁸³ (consciência essa compreendida nos vínculos relativamente motivados do signo).

O arbitrário absoluto, como o próprio nome já diz, está relacionado aos elementos que parecem não estabelecer nenhum vínculo com os signos que os rodeiam. O já conhecido exemplo do número vinte é bastante útil para explicar o caso: não há nada que conecte as porções significante e significado de determinada maneira, da mesma forma como também não conseguimos associar esse número aos outros com os quais ele se relaciona por proximidade. Já o arbitrário relativo, ou a ideia do relativamente motivado, vem para contrabalançar tal fato, dado que se o número vinte parece não apresentar motivação, o mesmo não ocorre com o número dezenove, que se liga às suas duas unidades, dez e nove. Portanto, o relativo no conceito de arbitrário diz respeito aos “graus de arbitrário”, nas palavras de Dégallier para o curso III, na edição crítica de Godel. Conforme vimos no primeiro capítulo, Dégallier ainda fala de dois tipos de relativa motivação, uma delas diz respeito à parte interna do signo (ou seja, ao vínculo significado e significante) e a outra às ligações que o signo é capaz de estabelecer com outros signos, do signo como um todo no sistema linguístico.

Há outra questão aparentemente óbvia mas muito importante: o arbitrário é, além de tudo, um conceito que suscita a relatividade. Whitney (2010) apresenta inúmeros exemplos que explicam tal fato de forma muito didática, como podemos ver no trecho a seguir:

[u]m brinquedo que representa uma casa ou uma árvore se chama ainda *árvore* e *casa*; mas uma outra espécie de brinquedo que representa uma criatura humana tem um nome particular e se chama *boneco*. As palavras que indicam graus não são menos variáveis em suas aplicações; *perto* é às vezes a distância de uma polegada, às vezes de um metro; uma maçã *grande* não é tão grande quanto uma casa *pequena*; *muito tempo* significa alguns minutos ou alguns anos. (WHITNEY, 2010, p. 39, grifos no original)

O autor explica que essas são algumas incoerências das línguas, e que a criança em fase de aquisição (embora compreendamos que a fase da aquisição não tem fim para o linguista, pois o ser humano nunca cessa de aprender seu idioma) comete inúmeros equívocos em vista dessas variedades conceituais. Ora, o que vemos operando nesses exemplos é o arbitrário do signo, pois não há nada, citando uma das passagens do trecho, que determine que *perto* seja a denominação para distâncias de, no máximo, uma polegada. O conjunto de sons *p - e - r - t - o*

⁸³ Depecker (2012, p. 98-101) aponta três limitadores para o arbitrário absoluto, que são: o falante, o sistema e o social (a comunicação como elemento que depende da relativização do arbitrário para que o caos não se instaure pela falta de compreensão entre falantes-ouvintes).

não possui vínculo algum com a ideia que pretende transmitir. Sua interpretação depende exclusivamente do uso, do contexto no qual está inserido, ou seja, depende da *parole*.

As duas formas do arbitrário suscitam outros dois conceitos: a mutabilidade e a imutabilidade do signo. Ser imutável significa dizer que *langue* é uma herança, que ela se mantém. Porém, ela só é capaz de se manter por ser capaz de sofrer alterações e, como mencionamos neste capítulo, são essas mudanças que permitem que a *langue* não se torne um depósito de formas obsoletas. A *langue* se mantém como a conhecemos, nas palavras de Whitney (2010), vemos que “[n]ão importa o lugar do mundo para aonde formos, sempre encontraremos, ao lado da língua em uso, monumentos da mesma língua aremontando a uma época anterior” (Ibidem, p. 44). No entanto, o arbitrário do signo possibilita ao falante, ao *artesão de nomes*, fazer os vínculos entre as porções de significante e de significado que desejar, uma vez que não exista uma regra que os obrigue a realizar essas ligações de determinadas formas; a ação do falante é livre (nos limites do próprio sistema), embora tenhamos visto que não há nada que indique que uma criação vá, de fato, representar uma mudança no sistema linguístico. Para que tal fato ocorra, é necessário que a massa falante aceite tal forma (como Whitney menciona, “todo falante é um crítico competente⁸⁴”) e que o sistema a abrigue. Ao mesmo tempo em que a *langue* é modificada, ou é passível de ser modificada, pelo caráter arbitrário do signo linguístico, ela acaba sendo conservada (eis o caráter imutável), visto que somente a sua atualização permite que o sistema permaneça útil a seus usuários.

Assim, dado que tenhamos retomado o conceito de arbitrário do signo e o relacionado ao de valor linguístico, passaremos, agora, para a retomada de outro conceito extremamente importante a este trabalho: a analogia. Para isso, tentaremos unir os dois conceitos até então retomados (o arbitrário e o valor) e os relacionaremos ao de analogia, (tendo em vista que é a partir da ideia de analogia saussuriana que empreenderemos nossa reflexão sobre os fenômenos neológicos).

⁸⁴ Cf. podemos ler no texto de Whitney (2010, p. 24).

3.2.3 Recontextualizando valores dos *acidentes* neológicos: deslocamentos teóricos

Os três conceitos saussurianos abordados no primeiro capítulo foram: valor linguístico, arbitrário e analogia. Até o presente momento, neste terceiro capítulo, retomamos as duas primeiras noções tendo em vista que desejamos afunilar nossas ideias e direcionar nossa discussão para um dos principais pontos deste estudo (e também a terceira e última concepção sobre o qual versamos no primeiro capítulo): a analogia saussuriana.

O fenômeno analógico é, sem dúvidas, um dos conceitos que mais influenciou nossa reflexão acerca da neologia (se não for o principal conceito desta reflexão). Na *Segunda Conferência de Genebra*, nos *Escritos*, Saussure apresenta a transformação das línguas como um princípio, ou seja, se existe alguma certeza no que concerne às línguas, essa certeza é que elas evoluem, que elas se transformam no decorrer do tempo. Tal transformação pode ocorrer por duas vias: a primeira é a mudança fonética e a segunda a mudança analógica.

A mudança fonética está relacionada a aspectos que escapam “à nossa atenção e à nossa consciência” (SAUSSURE, 2004, p. 141) uma vez que seja um movimento que exista em todas as línguas, mas ocorra de forma sutil (leva certo tempo para que a mudança, de fato, aconteça). Já a analogia é considerada o “fenômeno de transformação inteligente” (Ibidem, p. 139) pois ela acontece por “uma associação de *formas* no espírito, ditada pela *associação das ideias representadas*” (Ibidem, p. 140, grifos no original). A relevância do fenômeno analógico para nosso estudo está justamente no fato de que tais mudanças resultam da vontade do falante relacionada à criatividade dele. De acordo com Saussure, “(...) uma língua qualquer num momento qualquer nada mais é do que um vasto enredamento de formações analógicas, algumas absolutamente recentes, outras que vêm de um passado tão distante que podemos apenas adivinhá-las” (SAUSSURE, 2004, p. 140). Ou seja, além da analogia representar um fenômeno que ateste a presença sempre constante do falante na *langue*, ela é também aquilo que forma a própria ideia de *langue*. Eis aí mais um aspecto revelador da importância do fenômeno analógico não só para o estudo aqui apresentado como também para os estudos da linguagem em geral.

Também compreendido como um fenômeno de transformação, antes mesmo de representar um fenômeno de criação, a analogia é tratada dessa forma, visto que ela (analogia) parte de elementos já existentes para transformá-los em outros, atualizados, que seguem modelos pré-existentes na *langue*. Ou, como se pode ler no *Curso*, a analogia supõe um modelo e a sua imitação regular, de forma a conservar aspectos do idioma em questão.

No entanto, nem toda a mudança analógica será considerada, de fato, uma mudança. Como vimos anteriormente, toda alteração na *langue* dependerá, primeiro, do sujeito isolado para existir (a intenção da mudança é atividade do falante em sua individualidade) e da massa, da comunidade linguística, para ser aceita e incorporada ao sistema. De acordo com Whitney (2010),

[o]s processos de mudança linguística (...) cuja **ação oscila entre a iniciativa do indivíduo e a resistência da sociedade que tanto aceita quanto exclui as inovações** bastam para explicar os **fenômenos do desenvolvimento das línguas** em todos os aspectos e em todos os casos. (WHITNEY, 2010, p. 157, destaques nossos)

Vemos, desta forma, que as mudanças linguísticas operam entre dois fatores: o primeiro deles é o falante que as promove, e o segundo é a sociedade que as aceita ou as exclui, dependendo da necessidade e do quão pertinente a nova forma é para aquela comunidade naquele dado momento. Porém, é inegável a importância do falante nesse processo, pois como também nos apresenta Whitney (Ibidem),

[n]ossos estudos sobre o fenômeno da linguagem nos mostraram que **cada um adquire sua língua por meio da tradição e, depois de recebê-la, trabalha para modificá-la**. Sua participação é ínfima, sem dúvida, e proporcional à sua importância relativa como indivíduo em relação à sociedade; mas **são todas essas porções infinitesimais que terminam por construir o todo**. É o indivíduo que continua a tradição da linguagem, e somente ele a altera. **Cada parcela de acréscimo tem sua origem na iniciativa individual e se estende mediante a aceitação da sociedade. Cada palavra tem seu estágio probatório, durante o qual ela procura ser aceita**. (WHITNEY, 2010, p. 149 - 150, destaques nossos)

A participação do falante, por menor que possa parecer, sempre é essencial para a promoção da mudança linguística. Todo o tipo de transformação sempre terá início na iniciativa individual; o falante é responsável pelo pontapé inicial da transformação do seu idioma e somente ele pode fazer isso.

Dado que tenhamos compreendido que um signo só faz parte do idioma quando ele é capaz de comportar o novo rearranjo de valor, uma vez que a partir do momento que todos os outros signos existentes “aceitam” a entrada de um novo signo, todas as relações são alteradas; posto que tudo na *langue* é baseado em relações, quando algo altera essas relações, quando algum elemento perturba a ordem existente, é necessário que os demais abarquem essa mudança e, além disso, é necessário que o sistema seja capaz de comportar essa nova rede de relações estabelecida.

A analogia explica as mudanças nas formas da *langue*: toda transformação tem início na *parole*, tem início no sujeito falante. Depois dele, essa mudança dependerá da aprovação,

simultânea, da comunidade linguística e do sistema. Se ambos aceitarem essa nova forma, ela passará a ser um signo daquele idioma, porém, essa aceitação tem como critério principal o valor, pois é a partir dele que um signo passa ou não a pertencer à *langue*. Segundo Normand (2009), o critério de aprovação de uma nova forma em um idioma é o da significação, ou seja, para ser signo é preciso que signifique. Significar quer dizer fazer sentido para os usuários da *langue*, e fazer sentido nada mais é do que estar embebido de valor. É, pelas palavras de Whitney (2010), o “estágio probatório da palavra”.

Outro aspecto que deve ser ressaltado neste momento é que, além do valor linguístico ser essencial para a promoção das mudanças linguísticas, o arbitrário também é, uma vez que é a partir dele que a mudança ocorre, dado que não há nenhuma regra determinando que certas porções de sons estejam vinculadas a certas porções de sentido; esse laço é, como o próprio nome já diz, arbitrário. Por estarmos diante de elementos que possam se ligar a outros, por compreendermos que os sons de um idioma não estão presos necessariamente às ideias a eles comumente atribuídas é que a vida da *langue* é tão ativa. Não podemos falar de laços obrigatórios nas línguas, mas podemos falar do princípio de transformação delas (como vimos nos *Escritos*), logo, pela ação do falante e pelos aspectos possibilitados pela analogia em consonância com o valor linguístico e o arbitrário do signo é que podemos afirmar que a evolução das línguas é um fato concreto dos estudos linguísticos. Como já dizia Whitney (2010), “[t]udo na linguagem procede por analogia; aquilo que uma língua tem o hábito de fazer é o que ela continua a fazer, com algumas diferenças” (Ibidem, p. 147). Ou seja, como aparece de forma bastante clara no *Curso* e, ao que parece, Saussure leu muito bem em Whitney, a analogia supõe um modelo e sua imitação regular, de forma a conservar elementos do idioma ao mesmo tempo em que atualiza aqueles que, porventura, possam estar se tornando obsoletos.

Normand (2009) explica que

(...) **[o]s signos que constituem a língua são por natureza**, posto que são, ao mesmo tempo, sentido e formas materiais, **atirados sem proteção ao uso social que, necessariamente, os altera, os transforma, suprimindo alguns e produzindo outros novos. Tais mudanças, de que os locutores são os fatores inconscientes, são a prova mesma do caráter arbitrário dos signos:** é porque não dependem em sua existência e seu destino senão da sociedade que deles faz uso, que os signos, tomados no “turbilhão sócio-histórico”, podem - na verdade, não podem deixar de - mudar. **São indissociavelmente sociais e arbitrários, sem encontrar garantia nem na natureza nem na razão, mas unicamente no uso;** se a respeito do casamento ou da poligamia é possível pensar racionalmente, diz Saussure, isso não acontece quando se trata de manter uma forma linguística em vez de outra: fala-se assim porque falava-se assim antes, não há outra justificação. (NORMAND, 2009, p. 139, destaques nossos)

Como vimos em Whitney anteriormente, a *langue* é transmitida como uma herança aos falantes que dela se apropriam e apropriam-se também de suas formas para que possam promover as mudanças necessárias para que seu caráter atualizado seja mantido. Recorrendo novamente à Normand vemos que,

a sociedade é a condição de existência da língua e o movimento constitui o princípio de uma e de outra, tendo os signos uma existência apenas na e pela “massa social” que os coloca em circulação na troca entre falas; através disso se dá a transmissão da língua, que nunca é recebida senão como “herança”. (NORMAND, 2009, p. 138)

Sociedade e *langue*, então, estão relacionadas pelo princípio do movimento/da transformação da *langue*. A *parole* só é possível pois a *langue* existe, e esta só existe pela ação do falante que promove a sua constante atualização e é juiz de todas as modificações que possam aparecer. Nada entra no sistema sem antes passar pela decisão conjunta da sociedade, da comunidade linguística em questão.

Retomando a discussão ainda sobre o arbitrário do signo encontramos no texto *Is the arbitrary symmetrical?*, de Sémir Badir (2017), uma discussão bastante interessante sobre o suposto caráter simétrico da arbitrariedade. Segundo o texto, o signo linguístico é assimétrico, ou seja, há uma tendência à dilatação da porção significante, da materialidade. Habitualmente tem-se a ideia, ao ler o CLG, que as porções significado e significante são iguais, são parênteses. No entanto, a leitura que fazemos a partir da proposta de Badir é outra: muitas vezes o significado é carregado pelo significante que, em outras palavras, seria o “carro chefe” do signo. Isto é, o significado seria uma consequência do significante e não algo igualmente importante e com o mesmo potencial de ação no signo linguístico. De acordo com o autor, a arbitrariedade é uma característica que repercute assimetricamente no signo, e o arbitrário relativo se apresenta como uma possível explicação para os casos que fogem do radical arbitrário (como também compreendemos pela leitura do *Curso*); o arbitrário relativo é uma prova da assimetria, dado que a radicalidade (relacionada ao arbitrário do signo) cede espaço à porção significante, fazendo com que novas formas surjam a partir do fenômeno da analogia (velhas formas fantasiadas de novidades).

Sendo assim, na leitura que fazemos da proposta de Badir, poderíamos dividir o arbitrário do signo em duas categorias: a primeira, relacionada ao arbitrário absoluto, diz respeito a um princípio teórico que é responsável pela existência da *langue*; para ser *langue* é necessário ser radicalmente arbitrário, pois isso explica a significação dos signos. Tudo na *langue* é diferencial (não há positividade), por isso é necessário que o signo seja, antes de qualquer coisa, radicalmente arbitrário (até mesmo quando submetidos ao arbitrário relativo,

os signos são radicalmente arbitrários se comparados a outros elementos). Já a segunda categoria, relacionada ao arbitrário relativo, diz respeito a um princípio metodológico e é utilizada para pensar naquilo que parece escapar ao arbitrário absoluto. O radical arbitrário seria o conceito de fundo, a base teórica (para que a *langue* seja *langue* é necessário que o arbitrário absoluto exista, visto que é a partir dele que compreendemos que qualquer elemento pode significar para o homem, como por exemplo uma onomatopeia, uma entonação e etc), já o relativo está vinculado aos mecanismos que demonstram que há movimento/ação do falante sobre a *langue*.

Em se tratando dos neologismos, Badir explica que um novo signo abala a *langue* como um todo. Numa situação hipotética, {a, b, c} representam um sistema linguístico de valores antes do acréscimo de uma nova ideia, como na figura abaixo:



Figura 6 - Sistema de valores de uma língua antes da introdução de um neologismo (BADIR, 2017, p. 15)

Logo após a introdução de um neologismo, Badir apresenta a forma como esse sistema deverá se comportar:

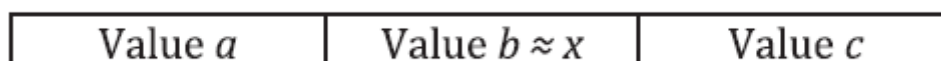


Figura 7 - Sistema de valores de uma língua após a introdução de um neologismo (BADIR, 2017, p. 15)

E também mostra como esse sistema não ficará:



Figura 8 - Sistema de valores de uma língua após a inserção de um neologismo: interpretação ilusória (BADIR, 2017, p. 16)

Por essas ilustrações, compreendemos que após a introdução de uma nova forma linguística ocorrerá uma mudança interna no sistema, pois, como já mencionamos anteriormente, estamos falando de um novo valor que chega ao sistema e o abala completamente, dado que tudo nele é devido às relações então estabelecidas. Assim, não estamos falando no acréscimo de mais um valor, como retratado na Figura 8, mas sim na introdução de um valor que ocasionará uma perturbação naqueles já existentes, como na Figura 7. Por isso estamos,

insistentemente, falando disso no presente capítulo: para que uma nova forma, para que um neologismo passe a integrar a *langue* é necessário que o falante o crie, a sociedade o aceite e o sistema o comporte, dado que é o sistema que deverá lidar com todos os rearranjos de valores ocasionados pela introdução da formação neológica. Esse novo signo será responsável por redimensionar as relações de valor pré-existentes no sistema linguístico.

Conforme já apresentado, a analogia é o elemento linguístico que explica o surgimento de novas formas na *langue*. Ela possibilita que o falante faça uso de elementos pertencentes à *langue* e os atualize, fazendo com que a *langue* se transforme e esses elementos não caiam em desuso. O arbitrário do signo permite que o falante reúna porções de som e sentido sem se preocupar com nenhum tipo de vínculo obrigatório entre uma e outra, ou seja, não há nada que diga que uma determinada ideia esteja relacionada a uma determinada cadeia sonora; se for do desejo do falante, todas essas relações podem ser modificadas graças ao caráter arbitrário do signo. A partir das mudanças ocasionadas pelo fenômeno da analogia que, por sua vez, são possibilitadas pelo caráter arbitrário do signo, temos, então, a última instância do processo: a aceitação ou não do neologismo. Ser aceito como uma forma da *langue* significa que esse novo elemento é constituído de valor e, se ele possui valor, é encarado como signo linguístico. Possuir valor, como também já vimos, é ter a capacidade de ser compreendida pela massa falante como uma forma do idioma no qual ela está inserida. Se tem valor, significa. Se significa, é signo.

Dado que tenhamos exposto, até o presente momento, nossas reflexões acerca dos conceitos saussurianos de maior relevância para nosso estudo, realizamos até então um afunilamento de tais conceitos, tendo em vista o objeto de nossa pesquisa: os neologismos. Passaremos agora à terceira e última parte deste capítulo, na qual tentaremos unificar os conceitos e reflexões presentes na teoria saussuriana a esta dissertação pertinentes e relacioná-los às novas formações do sistema linguístico, aos neologismos.

3.3 OS ACIDENTES NEOLÓGICOS A PARTIR DO LEGADO SAUSSURIANO: ENCAMINHAMENTOS

Desde o princípio deste estudo tentamos realizar uma reunião dos principais preceitos saussurianos sobre a linguagem. Nossa reflexão, que visa a compreensão dos neologismos e o entendimento de como essas formas nascem na *langue* e nela fazem sentido,

teve como mote o raciocínio do mestre genebrino acerca do princípio das transformações da *langue* via mudanças analógicas. Segundo Saussure, uma mudança ou transformação analógica busca na própria língua as formas necessárias para a criação de um novo elemento e também as bases para a composição deste. Ou seja, a nova forma da *langue* será comportada por ela por ser composta por elementos já existentes naquele sistema e (re)arranjada de maneira igualmente prevista por ele. Em tese, os elementos neológicos podem ter o seu caráter *neo* questionado tendo em vista que tudo deles já era previsto pela *langue*.

O *artesanato de nomes*, o nomenclador ou simplesmente o falante é o responsável por colocar em ato todos os fenômenos até então abordados. A mudança analógica acontece por iniciativa do falante; iniciativa sempre individual que, depois, ganhará no social as bases para sua inserção no sistema. Além disso, a analogia é uma atividade que leva em consideração a reflexão do falante sobre a *langue* e também a criatividade dele, a capacidade que ele possui de operar de forma inusitada, de maneira diferenciada daquela convencionalmente instituída, com os elementos ofertados pelo sistema linguístico no qual se encontra. Os neologismos, então, são elementos de ordem psicológica (considerando que o fenômeno analógico é assim apresentado no CLG) e, por estarem associados a caracteres que atestam a singularidade de cada ser, são únicos em cada criação.

Um elemento neológico será componente da *langue* se imbricado de valor. Ter valor, nesse sentido, é significar, é ser uma forma necessária à comunidade linguística e ter esse caráter necessário atestado pelo uso. O uso, como já vimos, é atividade de responsabilidade do falante-ouvinte que determinará, ao ouvir o novo elemento, se ele é útil/necessário ao seu vocabulário e, atestada sua necessidade, o neologismo passará a integrar o sistema linguístico em questão.

Porém, como explicar o surgimento de uma nova forma na *langue*? Como explicar a existência dos *acidentes* nas línguas? Ao nos depararmos com um determinado idioma temos a impressão de que tudo já está expresso nele. Acreditamos poder “falar de” toda e qualquer ideia a partir do repertório linguístico por ele ofertado. E sim, a princípio podemos fazer isso. No entanto, dado que seja atestada a falta de um signo para comunicar uma determinada ideia, ocorre, então, a necessidade de criação de uma nova forma. De acordo com Whitney (2010), toda vez que o acervo linguístico não for suficiente será necessário “criar novas palavras, o que sempre é possível, porque toda língua deve ser capaz de exprimir qualquer ideia, e se uma determinada língua não o faz ela não será uma língua” (Ibidem, p. 46). Portanto, a neologia pode ser considerada como condição da *langue*, ou seja, para que um determinado idioma seja considerado *langue*, é preciso que ele seja capaz de exprimir toda e qualquer ideia e, se assim

não for, é necessário que ele possua a capacidade de reordenar suas formas de maneira a criar um novo signo, determinado pela necessidade da expressão do falante.

Não é exagero dizer que a analogia é um dos fenômenos de maior importância para a história das línguas. Whitney também destacava tal fenômeno afirmando que “[a] força da analogia é, de fato, uma das mais poderosas na história da linguagem; como ela forma classes inteiras de palavras, altera também os limites dessas classes” (Ibidem, p. 82). Assim, o procedimento da transformação analógica representa, sem dúvidas, um dos fenômenos mais importantes e de maior alcance na linguagem, tendo em vista, como vemos pelas palavras de Whitney, que ela não só cria novas formas como também modifica classes inteiras e seus limites. A abrangência da analogia é gigantesca uma vez que estejamos lidando com algo da imensidão da linguagem. É uma grande força (a analogia) para lidar com um grande fenômeno (a linguagem).

Como explicar então a criação de novas formas na *langue*, considerando-se que para ser encarado como um elemento dela é necessário ter valor?! Essa questão é bastante simples de ser respondida muito embora a reflexão sobre este aspecto não seja nada simples: é pelo arbitrário absoluto do signo que podemos, como falantes de um idioma, colocar nossa criatividade e conhecimento da *langue* em jogo a fim de constituir um novo elemento. O signo linguístico, de acordo com o *Curso*, é arbitrário. No entanto, é arbitrário não por poder ser criado a qualquer hora, de qualquer maneira e por qualquer falante: ele é arbitrário pois o elo que une seu significado a seu significante é imotivado, ou seja, não existe um preceito rígido que determine que uma porção específica de som deva, necessariamente, se vincular a uma porção específica de sentido. Assim, pelo afrouxamento atribuído a tal elo é que o usuário de determinada língua poderá, então, unir as porções de som e sentido que bem entender, uma vez que a criação seja resultado da ação individual do falante, mas a aceitação no sistema deve, invariavelmente, passar pelo juízo da comunidade linguística.

O arbitrário absoluto, como o próprio nome já diz, está relacionado aos signos que aparentemente não possuem nenhum elo com outros elementos que com ele podem ser associados. Porém, o que fazer nos casos em que esse vínculo entre signos se mostre bastante evidente? Aí a teoria saussuriana nos apresenta o conceito do arbitrário relativo, para os casos como o número *dezenove* e *girassol* (exemplos apresentados no primeiro capítulo, em 1.1.2.1 e 1.2), casos que apresentam signos que claramente possuem algum tipo de vínculo com outros signos, pondo em xeque a ideia de que o signo linguístico é arbitrário. No entanto, como também vimos no primeiro capítulo, até mesmo os casos em que exista ligação de “motivação” entre signos estes signos são considerados radicalmente arbitrários quando

comparados a outros. Assim, *dezenove* é relativamente arbitrário quando comparado a *dez* e *nove*, mas radicalmente arbitrário quando comparado a *vinte* ou *trinta*, por exemplo. A questão da arbitrariedade é uma questão de ponto de vista: dependendo da direção pela qual o pesquisador olhe, o signo será radicalmente ou relativamente arbitrário. Tudo é dependente do ponto de vista e, conforme nos diz o mestre genebrino, é o ponto de vista que cria o objeto.

Pela leitura que fizemos do texto de Badir (2017) foi possível relacionar o arbitrário absoluto a um princípio teórico, aquele responsável por explicar a condição de existência dos signos, a relação fundante entre significado e significante que tanto instiga pesquisadores da área da linguagem. Também conseguimos relacionar o arbitrário relativo a um princípio metodológico, que serve para explicar os casos em que o arbitrário absoluto parece não alcançar totalmente o espectro do signo. Essa é a assimetria abordada pelo autor, é o que explica a relevância da materialidade do signo, a relevância da porção significante em detrimento do significado. A assimetria, assim, está relacionada ao princípio do arbitrário, pois o caráter arbitrário do signo pode ser o que explica a assimetria dele, pode ser o que possibilita essa assimetria dado que compreendemos, a partir deste conceito, que qualquer materialidade é passível de ser significativa ao falante; o arbitrário, também podemos dizer, é o que possibilita, por exemplo, que numa dada formação neológica um substantivo vire um adjetivo. A mudança ocasionada por um neologismo, vale enfatizar, tem maior peso na porção significante uma vez que seja ela quem denuncia que aquele signo possui um novo valor. Como já mencionamos, de acordo com o texto de Badir, somos levados a refletir sobre a capacidade que o arbitrário possui de explicar o caráter assimétrico do signo linguístico. O arbitrário é o que possibilita a ideia do valor, dado que se o vínculo que une um significante a um significado seja arbitrário, então ele é constantemente submetido ao juízo dos falantes, e estar submetido ao juízo do falante é se questionar: essa forma vale ou não vale na *langue*? Se vale, é signo. Se não vale é só mais uma forma, dentre tantas, que não adquire, de fato, um lugar de destaque no depósito, no acervo da *langue*.

Nosso objeto de estudo, os neologismos, foram abordados partindo do ponto de vista de estudiosos ligados à morfologia e à lexicologia. Definidos de acordo com seus critérios de formação, os novos elementos da *langue*, sejam de formação semântica, sintática ou fonológica, são formas que surgem “tão logo sua necessidade é sentida” (WHITNEY, 2010, p. 138), ou seja, há um objetivo maior na constituição de um neologismo; não é à toa que o falante utiliza todo o seu potencial, une o conhecimento que possui do seu idioma com sua capacidade criadora para formar um neologismo. É preciso que ele sinta a necessidade de fazer isso. O nascimento de uma nova palavra está muito mais vinculado a uma questão de

sentimento, de necessidade, do que a uma questão que pertença puramente ao sistema linguístico mesmo. Se não fosse inevitável a criação de um neologismo, certamente o falante acessaria o “depósito dos velhos utensílios do pensamento” (Ibidem, p. 141) e utilizaria alguma das formas já existentes nele. Sabemos que, antes de inventar mil palavras, o falante é motivado pela lei do menor esforço; logo, se não há necessidade de esforçar-se para conceituar algo, não ocorrerá a formação de um neologismo. Estamos à mercê da inércia muito antes de nos encantarmos pelas possibilidades ofertadas pela *langue* e pelo nosso cérebro.

Uma vez criado, o neologismo será julgado pela comunidade linguística. O *accidente* da *langue*, ainda que cause certa estranheza aos ouvintes, será por eles julgado. Dado que não seja considerado essencial à *parole*, será descartado. Se for atestada a sua necessidade e as vantagens de ser utilizado (economia, menor esforço e outros aspectos vinculados ao caráter tendencioso à inércia, próprio do ser humano, do falante), ele será incorporado ao sistema linguístico como uma nova forma. No entanto, será que o caráter *neo* prevalece mesmo após sua inserção na *langue*? Será que o neologismo pode/deve ser considerado como tal uma vez que já esteja situado no tesouro mental de algum falante, uma vez que já tenha sido produzido (seja pelo vocal, pelo gestual ou pela escrita) por alguém? Compreendemos os critérios de classificação dos estudiosos das áreas da morfologia e da lexicologia em se tratando de neologismos (conforme já mencionamos no segundo capítulo ao fazer emergir essa questão em 2.3); no entanto, acreditamos que a partir do momento em que um neologismo é formulado pelo falante, a partir do momento em que o neologismo entra em uso, ele passa a integrar o sistema linguístico em questão e, logo, perde o caráter *neo* a ele associado, ainda que, e aqui utilizamos as mesmas palavras do segundo capítulo, seja um signo com uma nova carga de sentido ou um signo que transmita uma ideia de maneira diferenciada.

Nossa intenção (vale ressaltar) não é problematizar a definição de neologismo, tampouco criticar a maneira como o elemento tem sido estudado e retratado pelos pesquisadores da área. O que desejamos com esse questionamento é suscitar outros questionamentos, suscitar outras ideias de pesquisa, outros estudos, pois acreditamos que é muito mais gratificante gerar a curiosidade e o senso crítico com um trabalho do que buscar encontrar ou entregar todas as respostas prontas. Ter todas as respostas, definitivamente, não é o nosso objetivo com esta pesquisa.

Retomando nossa discussão acerca da neologia, é necessário deixar claro que sabemos que Saussure não teve como objetivo definir o fenômeno neológico; o mestre genebrino não trabalhou com uma determinada concepção de neologia. Observando de forma

mais superficial pode parecer que o que é apontado por Saussure a respeito da formação de novas palavras não seja tão diferente do que aquilo que o senso comum está habituado a ver. Entretanto, numa investigação mais apurada, é indiscutível a importância de Saussure para os estudos da linguagem e, sem dúvida alguma, para os estudos sobre o fenômeno neológico dado que o autor lidou de forma excepcional com a questão das mudanças analógicas. Sendo assim, optamos por unir os conceitos apresentados no corpus saussuriano à ideia da neologia e construir uma interpretação para o fenômeno neológico no contexto dos estudos saussurianos: a criação de novos signos na *langue* é resultante da ação do fenômeno analógico acrescido de doses de criatividade do sujeito falante, além, é claro, de doses do seu conhecimento linguístico. Observando a neologia dessa forma não podemos dizer que Saussure não trata desse fenômeno em seus estudos: ele apenas não conceituou o termo “neologismo” da maneira que estamos comumente habituados a encontrar nas atuais bibliografias referentes ao assunto.

Considerando tudo o que discorremos acerca da neologia e a reflexão realizada durante o percurso deste estudo, podemos dizer, finalmente, que ao criar uma nova forma a partir de elementos pré-existentes da *langue* estamos, como falantes e usuários da língua, conservando nosso idioma ao mesmo tempo em que o fazemos evoluir. Como o próprio Saussure (2012) diz, “a língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (Ibidem, p. 30); tal metáfora nos parece perfeita para explicar a hipótese de que a *langue* contém as formas que possibilitam a sua conservação ao mesmo tempo em que comporta as diferentes maneiras de atualizá-la, pois, como vimos ao tratar do fenômeno analógico, ele (o fenômeno) supõe um modelo e sua imitação, e é essa imitação que será responsável pela criação de novos elementos linguísticos. Assim, o signo feito de remendos da própria *langue* (o novo signo, ou o neologismo) ganha um novo valor: ele passa a constar no acervo lexical dos falantes e passa a ser considerado signo daquele sistema. Essa atribuição de valor só é possível dado que o caráter arbitrário permite que os laços entre som e sentido sejam frouxos o suficiente para que o falante, para que o *artesanato de nomes*, num ato individual de criação, faça as associações que julgar necessárias para produzir a formação neológica. Tudo isso é conduzido pelo fenômeno analógico, em razão dele comportar a ideia de transformação e conservação (concomitantemente) da *langue* e explicar como as novas formas são constituídas de elementos pré-existentes e modelos regulares admitidos pela *langue*. Assim sendo, o neologismo está na *langue* e nela faz sentido visto que é uma nova forma já prevista pelo sistema linguístico.

A partir das reflexões feitas até o presente momento, nos deparamos com um fato inquestionável: a ação do falante é fundamental para que a *langue* se transforme, para que o fenômeno analógico possa operar no sistema linguístico e fazer emergir novas formas atualizadas. Relacionando a classificação dos neologismos apresentada no segundo capítulo com as reflexões a partir da teoria saussuriana, acreditamos ser possível inclusive propor uma nova classificação neológica, tendo como base o elemento essencial para a existência do neologismo: o falante. Retomando a ideia de *acidente*, tão presente neste trabalho e tão importante para a constituição de nosso estudo, propomos uma reflexão acerca do termo: algo *accidental* é algo que está relacionado ao acaso, como, por exemplo, um ato falho. A criação de um neologismo, pensando nele como um *acidente* é justamente isso: um ato falho, um aparente “erro” que parte da porção significativa do signo para fazer emergir, na *langue*, uma nova forma. No entanto, pensando nos meios de comunicação (conforme citamos no segundo capítulo), nos avanços tecnológicos e científicos ou até mesmo na literatura, quando nos deparamos com neologismos estamos diante de formas que foram pensadas a partir do objetivo a que se destinavam. Na publicidade, por exemplo, percebemos que há uma intencionalidade relacionada às formações neológicas e isso faz com que sintamos a necessidade de diferenciar esse segundo tipo de formação do primeiro apresentado anteriormente. Acreditamos ser possível, então, classificar os neologismos em *accidentais* e *não accidentais*. O primeiro tipo estaria relacionado, como já dissemos, aos atos falhos ou inconscientes. Para que esse tipo de formação neológica possa emergir na *langue*, o falante deverá partir da porção significativa de forma inconsciente (sabemos, no entanto, que o signo linguístico como o conhecemos é composto por significado e significante; estamos nos referindo ao ato da criação em si e não à ideia global de signo), ou seja, o falante deverá se guiar (ou ser guiado?) pela materialidade do signo linguístico a fim de gerar uma nova forma. Já o segundo tipo estaria relacionado à intencionalidade e parte do significado, pois o usuário da *langue* pensa em tudo o que o sistema tem a oferecer e no objetivo desse novo elemento na *langue*; este tipo é elaborado de forma consciente pelo falante. Essa classificação, no entanto, surgiu como resultado das nossas reflexões até aqui e, dado que nosso objetivo neste trabalho foi verificar a presença dos neologismos na *langue* e relacioná-los à teoria saussuriana, visto que já estamos concluindo⁸⁵ nosso estudo, não conseguiremos fornecer mais informações e/ou

⁸⁵ Concluindo, achamos importante ressaltar, não significa fechar, significa apenas que tudo tem um início e um fim e, ao nos depararmos com questões que extrapolam nossas ideias originais (aquilo que tínhamos como objetivo inicial), acreditamos que seja um sinal, um indício de que é preciso encerrar um ciclo para que outro seja iniciado. Esperamos que as discussões até aqui realizadas possam reverberar no campo dos estudos da linguagem.

desdobramentos sobre tal ideia. Reconhecemos, no entanto, a necessidade dessa classificação ser um ponto a ser abordado em uma futura pesquisa.

De acordo com Whitney (2010), “(...) compreender como **somos capazes de exprimir todas as coisas** é compreender **a natureza essencial do desenvolvimento linguístico e da própria linguagem**” (Ibidem, p. 135, destaques nossos), assim, ter consciência da nossa capacidade como falante, como usuário de uma dada língua, é compreender a responsabilidade que carregamos frente à comunidade linguística, frente aos demais usuários do idioma no qual nos encontramos inseridos. Compreender o alcance da *langue*, ou pelo menos imaginar tal alcance (pois apreender a ideia de maneira absoluta pode ser considerada uma tarefa impossível) é compreender que estamos lidando com um dos mais belos e ricos objetos de estudo: a linguagem. Esse conjunto heteróclito e multiforme, dividido em *langue* e *parole* é, sem dúvida alguma, um dos mais instigantes objetos já conhecidos na história da humanidade. Não é à toa que seguimos ainda hoje versando sobre ele e que carregamos conosco outras tantas pessoas, importantes teóricos e pesquisadores, que também se interessaram por tal tema. O fenômeno neológico é um exemplo bastante representativo de como a linguagem pode ser instigante: pensar que uma forma, ainda que carregue o caráter *neo*, seja algo comportado pela *langue*, visto que essa forma é prevista pelo sistema, seja pelos elementos de que se compõe, seja pelo modelo regular que segue é, no mínimo, algo curioso. Os neologismos são novas formas feitas com base em formas antigas e compostas por elementos da *langue*, tudo isso tendo como elemento surpresa a criatividade e o conhecimento de *langue* do falante; eles (os neologismos) representam, assim, a tão aclamada citação de Saussure (2012) para este trabalho: “a língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (Ibidem, p. 30) e é por isso que ela se conserva ao mesmo tempo em que se transforma ao evoluir pela incessante, apaixonante, inspiradora e implacável ação do *artesanato de nomes*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses dois anos de percurso do mestrado, deparei-me constantemente com o fato que mais me atraía, dentre tantos outros possíveis, nos estudos da linguagem: as esquisitices da língua. Falar em esquisitice pode soar, em um primeiro momento, estranho ao ouvinte (neste caso, ao leitor), no entanto, com o tempo, passei a enxergar a esquisitice como algo positivo (até então eu pensava no “esquisito” como algo negativo, depreciado), como uma característica que singulariza esses fatos de linguagem. Ser esquisito, para este estudo, é ser atraente, instigante e altamente admirável. Sim, eu realmente sou completamente apaixonada pelas estranhezas da língua, por aquilo que desvia do normal, por aquilo que rompe paradigmas já estabelecidos socialmente.

Ao optar por trabalhar com elementos que suscitam estranheza do interlocutor um questionamento surgiu: como essas estranhezas estão na *langue*? Como elas, apesar de seu caráter bastante singular, são comportadas pelo sistema linguístico? A partir desse momento selecionei, dentre as esquisitices que uma língua pode apresentar, um tipo de singularidade: a neologia. Então, tendo um objeto bem definido e um questionamento, parti para a teoria saussuriana a fim de buscar subsídios para me ajudar a compreender esse fato. O primeiro conceito que se mostrou relevante a este estudo foi o do valor linguístico. De acordo com Saussure, o valor é uma característica que está intimamente relacionada à tríade relação – diferença – oposição. Por relação se entende que o valor de um determinado signo só é definido pelas relações que ele estabelece; relações sintagmáticas e associativas, relações em presença e em ausência, relações internas do próprio signo, entre significante e significado. Essas relações ocorrem pelas diferenças apresentadas entre signos e dentro de um mesmo signo e é a oposição que, de fato, determina o valor de um signo: um signo só é o que é por ser exatamente aquilo que os outros não são. A importância do valor é justamente essa: mostrar o que um signo realmente é, o que ele representa para uma comunidade linguística. Um signo linguístico só possui valor quando sua necessidade é atestada. Ao transportar tal conceito para a reflexão acerca da neologia, compreendi sua importância ao identificar que o que efetivamente determina se um signo entrará ou não para um sistema linguístico é o seu valor. Se ele possui valor, entra. Caso contrário, será prontamente descartado.

O segundo conceito estudado foi o arbitrário do signo linguístico. O arbitrário está relacionado ao fato do signo não possuir nada que determine o elo entre seu significante e seu significado (não há relação apriorística). O signo, pelas palavras do mestre genebrino, é

imotivado (a imotivação é utilizada para que não se confunda arbitrário com livre escolha do falante), ou seja, qualquer porção material pode se conectar a qualquer porção de significado, sem que exista uma regra pré-estabelecida que determine tal fato. O arbitrário é cindido em absoluto e relativo: o absoluto diz respeito à ligação interna entre significado e significante; já o relativo está associado ao vínculo de um signo com os demais (conforme já discutimos no capítulo um, até mesmo o arbitrário relativo é formado pelo arbitrário absoluto, uma vez que os signos relativamente motivados o são se comparados a certa parcela de signos, no entanto, se comparados aos demais signos do sistema, eles são imotivados – a motivação é momentânea e circunscrita ao próprio sistema). O caráter arbitrário do signo linguístico mostra, em se tratando dos neologismos, que o sistema permite que o falante una materialidade e sentido para formar uma nova palavra, para criar um signo que se fez necessário a ele.

O terceiro e último conceito (do primeiro capítulo) foi o da analogia. De acordo com Saussure a mudança analógica é um dos fenômenos responsáveis pelas mudanças nas línguas. O falante parte de modelos pré-estabelecidos linguisticamente para constituir signos, ou seja, ele parte de elementos da *langue* para fazer suas próprias criações. A analogia, ao mesmo tempo em que transforma a *langue*, que a faz evoluir, também a conserva dado que reutiliza formas que poderiam cair em desuso caso não fossem atualizadas em signos mais recentes, mais “úteis” ao falante. Por esse motivo o fenômeno analógico parece, à primeira vista, contraditório (pensar que ele conserva ao mesmo tempo em que mantém um sistema linguístico é uma ideia bastante confusa), todavia, encarando a complexidade da linguagem, verifica-se que não há nada de contraditório nesse conceito: a própria *langue* fornece subsídios para que ela seja conservada e transformada, basta compreender que sua conservação se deve ao fato de rearranjar formas e sentidos. A conexão entre analogia e neologia nos é, dessa forma, bastante clara: o fenômeno analógico acrescido de pitadas de criatividade do *artesão de nomes* é o que produz a neologia, é o que propicia a formação de novos signos no sistema linguístico.

Após a realização desta síntese dos três conceitos saussurianos norteadores para essa pesquisa, outra questão surgiu: como um trabalho que se propõe a interrogar a existência de neologismos pode ser construído sem ir, de fato, aos pesquisadores da área, sem verificar o que os estudiosos da neologia estão dizendo. Assim sendo, o segundo capítulo foi construído. Buscou-se em pesquisadores do ramo da morfologia e da lexicologia o que era a neologia, quais eram as classificações envolvidas nesse tema e o que tal tema suscitava. Pode-se dizer que nesse capítulo foi feita uma análise da área sem demasiado aprofundamento, mas com o

objetivo de apresentar o campo, de elucidar o que se diz e o que tem se pensado acerca da neologia. Ao término do segundo capítulo percebi que até o momento estava tratando do tema, da neologia, sem dar a ênfase necessária ao elemento primordial para a existência desse fato de linguagem: o falante. Na verdade, já estava anunciada a sua importância desde o primeiro capítulo ao dizer que é a partir do ponto de vista do usuário de dado idioma que o valor linguístico é determinado; que também é a partir dele que as formas da *langue* são articuladas a fim de formar um signo novo e que é o falante quem determina se tal signo entrará ou não no sistema linguístico. Ou seja, o falante é ponto importante neste estudo, pois é a partir da atividade exercida por ele que conseguimos desenvolver as teses necessárias para tratar da neologia. Dessa maneira, o terceiro capítulo iniciou com a retomada de alguns conceitos saussurianos essenciais para abordar o falante (*langue*, *parole* e linguagem) e para seguir a discussão a partir da interlocução com alguns autores pós saussurianos (e pré também, considerando Whitney) a fim de concluir (será que podemos falar em conclusão em um trabalho acadêmico?) minha ideia acerca do tema.

No terceiro capítulo, a discussão foi iniciada retomando conceitos que já se encontravam nos demais capítulos, porém de forma dissolvida. São eles: linguagem, *langue*, *parole* e falante. A linguagem, em linhas gerais, está sendo encarada neste trabalho como o todo multiforme e heteróclito apresentado no *Curso*. Dada a impossibilidade de apreendê-la em sua totalidade temos, então, sua cisão em *langue* e *parole*. A *langue* representa o lado social e essencial, já a *parole* o lado individual, acessório e mais ou menos acidental (deparamo-nos com a ideia de acidente na descrição de conceitos fundamentais da teoria saussuriana. Ou seja, o acidente já era previsto pelo mestre genebrino). Partindo do conceito de *parole*, encontramos o sujeito falante, nosso *artesão de nomes*, nosso *nomenclador*, aquele que faz uso do sistema linguístico e a partir dele pode dar vazão à sua inventividade para a criação de novos signos. O falante, bem como a *parole*, parece ser um conceito não abordado diretamente por Saussure. No entanto, ao analisarmos o conjunto das fontes consultadas verificamos a presença de tais noções, uma vez que tudo o que esteja relacionado à linguagem deva ser associado à ação da *parole* e do falante. Os neologismos, por exemplo, são formas que irrompem na *parole* e, pelo julgamento do falante, entram ou não no sistema linguístico. Assim, a ação dele é de suma importância para tudo o que concerne à *langue*.

Conforme mencionado no terceiro capítulo (em 3.3), os neologismos resultam da ação do fenômeno analógico acrescido de doses de criatividade do sujeito falante além, é claro, de doses do seu conhecimento linguístico. Dessa maneira, o conceito de analogia foi considerado um dos mais relevantes para a construção dessa reflexão, tendo em vista que, de

acordo com o que foi dito também em 3.3, a abrangência da analogia é enorme se considerarmos que estamos lidando com algo da imensidão da linguagem. A analogia representa, então, uma grande força capaz de lidar com um grande fenômeno, que é a linguagem. Além disso, a analogia também é um dos fatos que possibilitam as línguas serem como são e representar o que representam, tendo em vista que para uma determinada língua ser considerada *langue* é necessário que ela seja capaz de exprimir aquilo que os falantes de determinada comunidade linguística necessitam. Se o sistema linguístico não é capaz de exprimir alguma ideia, se o falante necessita dizer algo que a *langue* parece não comportar, a mudança analógica auxilia, pois parte de formas da *langue* e de modelos pré-existentes a fim de constituir novas formas que serão úteis aos falantes.

Após a reflexão sobre a formação de novos signos, o caráter *neo* dos neologismos também foi questionado. Foi levando em consideração que se uma forma é prevista pela *langue*, dado que é formada por unidades e modelos já existentes, então ela não é totalmente nova. Ademais, a partir do momento que essa nova forma integra o tesouro mental do falante e ele coloca tal signo em uso no sistema, já não estamos nos referindo a uma nova unidade. O neologismo perde seu caráter *neo* por já pertencer ao sistema particular do falante, por aparecer no sistema linguístico em questão e também por ser constituído de unidades e com base em modelos da *langue*. Vale ressaltar, porém, que o objetivo deste trabalho não é questionar os estudiosos da área, mas sim suscitar uma discussão, uma reflexão linguística de base saussuriana um pouco mais detalhada sobre tal caráter dessas formas da *langue*.

Ainda no capítulo três foram retomados os conceitos abordados no primeiro capítulo e tentamos uni-los à ideia da neologia. O propósito deste capítulo foi realizar uma retomada das principais noções saussurianas abordadas neste trabalho e reuni-las à analogia, unificando tais conceitos e ideias a fim de construir uma reflexão acerca do fenômeno neológico com base nos princípios saussurianos.

Chego ao final deste trabalho com algumas certezas, com vários questionamentos e também ideias para estudos futuros. As certezas estão relacionadas à relevância do falante para os procedimentos languageiros. Tudo parte da *parole* e do falante. Toda e qualquer mudança brota na *langue* a partir da *parole*, a partir dos acidentes ocasionados por esse sujeito, por esse *artesanato de nomes*, da mesma forma que é o falante (o conjunto de falantes, ou seja, a coletividade) que determinará se essas novas formas permanecerão ou não no sistema linguístico; é a partir do julgamento do social que será decidida a necessidade ou não do(s) novo(s) signo(s). Caso seja atestada sua necessidade, a(s) nova(s) forma(s) passarão a integrar o sistema; caso contrário, será descartada como tantos outros acidentes que irrompem

de maneira efêmera. Algumas mudanças são fugazes e ocorrem para suprir uma necessidade bastante específica, momentânea. Essas mudanças geralmente não implicam, de fato, uma alteração no sistema linguístico. Outras, no entanto, surgem pois a *langue* deve ser capaz de exprimir toda e qualquer ideia e, dessa forma, o sistema exige do falante que ele crie, com base em elementos pré existentes e moldes já estabelecidos, signos novos que possibilitem a comunicação, que facilitem a vida do usuário da *langue*. A *langue* tem como objetivo servir aos falantes e, para cumprir tal tarefa, é necessário que ela se encontre em constante avaliação por parte deles, e tal avaliação consiste em verificar a necessidade ou não de formações neológicas.

Os questionamentos estão relacionados, principalmente, à classificação dos neologismos, ao *status* deles como fenômenos da *langue* (fenômenos sustentados pela *langue*). Se pensarmos que a partir do momento em que um signo passa a integrar o tesouro mental do falante ele não deveria ser considerado algo novo, dado que ele foi criado por alguma necessidade e, sendo assim, será relacionado ao sistema linguístico em uma situação determinada, podemos considerar que o caráter *neo* é sim questionável. A partir dessa discussão sobre a novidade ou não do signo (isso foi mencionado de forma mais clara em 2.3) passei a me interrogar sobre o passado da(s) língua(s). A hipótese levantada neste trabalho é a de que a *langue* está lidando, constantemente, com um presente atualizado (dada a dificuldade de se pensar em um “passado da(s) língua(s)”). O presente de uma língua, parafraseando o que foi dito no segundo capítulo (em 2.3), pode ser “o passado atualizado e que este passado de que falamos pode não existir, dado que tudo na *langue* é “língua em uso”?” Acredito que sim, é possível pensar a questão tempo agindo sobre uma língua a partir do ponto de vista de uma constante renovação dos valores. Afinal, um dos principais objetivos deste estudo é suscitar questionamentos para que novos trabalhos possam ser construídos com base nas interrogações aqui levantadas: o *status* do neologismo e do tempo agindo sobre uma língua (seria um passado, de fato, ou um passado atualizado em forma de presente?).

A ideia para estudo futuro foi apresentada brevemente no capítulo três: depois de apresentarmos a reflexão sobre o surgimento dos neologismos e a forma como a *langue* possibilita tal fato, uma indagação se apresentou: seria possível sugerir uma provável classificação para as novas formas da *langue*? Os neologismos, de acordo com o que foi discutindo até então, poderiam ser classificados em acidentais e não acidentais. Os acidentais seriam relacionados “ao acaso”, aos atos falhos, ao passo que os não acidentais partiriam da motivação do falante em promover a criação desse signo. Como dito, tal classificação é uma ideia para um trabalho futuro e, por esse motivo, e dado que já estamos chegando ao final do

percurso traçado neste estudo, não é possível avançar em detalhamentos dessa questão, visto que é chegado o momento de encerrar nossa discussão. Gostaria de deixar registrado, mais uma vez, que a máxima saussuriana de que é o ponto de vista que cria o objeto é bastante pertinente quando nos deparamos com ideias como essas que apareceram neste texto. A partir do momento que foquei o trabalho e o objeto de estudo no elemento que, de fato, passou a ser um dos mais relevantes para a reflexão (e aqui me refiro ao falante) outras questões passaram a emergir, outras ideias foram surgindo e muitas interrogações brotaram; tudo isso a partir do ponto em que foi atestado que falante era, indiscutivelmente, o elemento fundamental da reflexão. O ponto de vista (o falante como força motivadora da ação neológica) ajudou a formar e criar o objeto (os neologismos como formas que estão na *langue/parole*). Devo isso - e todo o resto do trabalho - ao mestre genebrino.

Espero, com este estudo, ter contribuído para a reflexão acerca dos neologismos. Pensar a *langue* como “um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” ajudou a fortalecer a ideia de que os neologismos estão na *langue* e nela significam, pois ela (*langue*) possibilita isso. Aliás, ela não só possibilita como também leva o falante a isso, dado que, conforme já mencionado, é natural que se considere que as línguas devem ser capazes de exprimir quaisquer ideias e que isso só é possível se considerarmos a força da ação analógica que leva o falante a promover a mudança dentro do sistema. Assim, se fosse possível sintetizar tudo o que foi dito nestas páginas, eu diria: os neologismos são acidentes da *langue*, com eles temos um signo que ganha um novo valor dado que o arbitrário é a condição que permite isso e a analogia é a condição que conduz a isso; todos esses fatos são viabilizados pela ação do artesão de nomes que, a partir da necessidade apontada pelo sistema, promove (mediante reflexão e uso de seu conhecimento – consciente ou inconsciente) a criação da nova forma que poderá ou não integrar a *langue*. A ação do falante, como mencionado ao final do capítulo três, é implacável, inspiradora e apaixonante; prova disso é que nos encontramos completamente entregues à ação dele (e aqui me refiro a “nós” como estudiosos e usuários da linguagem e como admiradores das incontáveis *esquisitices* dela). A *langue* fornece as ferramentas necessárias para o falante realizar as mudanças; caberá a ele a decisão – consciente ou inconsciente, não podemos afirmar com certeza – de como operar tais ferramentas e implementar os novos usos. O falante é o *artesão* e o juiz da *langue*; ele promove a criação dos novos signos ao mesmo tempo em que se encontra, constantemente, exposto à necessidade de decidir se tais formas valem ou não, se elas integrarão ou não o sistema. A ação do falante é, portanto, soberana. É por ele e através dele que a *langue* se

conserva ao mesmo tempo em que se transforma. E foi também por uma ação transformadora que este trabalho foi escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo: criação lexical**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Aspectos criativos da linguagem: a neologia lexical. In: VALENTE, André (Org.). **Aulas de Português: perspectivas inovadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 159 - 168.

BADIR, Sémir. Is the arbitrary symmetrical? **Semiotica**, v. 2017, n. 217, 2017.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. 2ª edição. Revisão técnica e tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. **Gramática do português contemporâneo**. 6ª edição. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

CARROL, Lewis. **Alice: edição comentada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2012.

CARVALHO, Nelly. **O que é neologismo**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CULLER, Jonathan. L'essentiel de l'arbitraire. **L'Herne Saussure**. Paris, Editions de l'Herne, 2003.

DEPECKER, Löic. **Comprender Saussure a partir dos manuscritos**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FÊNOMENO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fenomeno/> Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento. “Mostrar ao linguista o que ele faz”: as análises de Ferdinand de Saussure. In: FIORIN, José Luiz. FLORES, Valdir do Nascimento. BARBISAN, Leci Borges (orgs). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

GADET, Françoise. **Saussure: une science de la langue**. Paris: PUF, 1996.

GODEL, Robert. **Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure**. 2e tirage. Genève: Droz, 1969.

GOMES, Janaína Nazzari. **Quando falar e ouvir é apropriar-se: uma reflexão sobre apropriação de línguas estrangeiras à luz da teoria saussuriana**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2016.

GUILBERT, Louis. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

LOBATO, Monteiro. **Emília no País da Gramática. Aritmética da Emília**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

MILANO, Luiza. O sertão em voz alta. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 74, maio 2017. ISSN 1982 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/8677>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/signo.v42i74.8677>.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PLATÃO. Crátilo (ou da correção dos nomes). Tradução, texto complementares e notas de Edson Bini. *Diálogos*. São Paulo: Edipro, 2010.

REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. **Neologismos lacanianos e equivalências tradutórias**. Tese de doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2007.

RIBEIRO, Joana de Quadros. **A singularidade do funcionamento da linguagem de falas sintomáticas**. Trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Traduit par Louis-Jean Calvet. Paris: Payot, 1972.

_____. **Cours de linguistique générale**. Édition critique par Rudolf Engler. Wiesbaden: Harrassowitz, 1989.

_____. **Escritos de lingüística geral**. Organização e edição por Simon Bouquet e Rudolf Engler. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **Science du langage. De la double essence du langage**. Édition des Écrits de linguistique générale établie par René Amacker. Genève: Droz, 2011.

_____. **Curso de lingüística geral**. Organização por Charles Bally e Albert Sechehaye; colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa. A operação de referência no ato de aquisição da linguagem. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO**, 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Edipucrs, 2010. p. 88 - 93. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/CarmemLucidaCostaSilva.pdf>> Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

SOUZA, Luciano Ferreira de. **Platão, Crátilo – Estudo e tradução**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

STAWINSKY, Aline Vargas. **O aspecto fônico da língua: uma reflexão sobre o lugar do ouvinte na proposta saussuriana**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2016.

SUENAGA, Akatane. **Des deux arbitraires, absolu et relatif, à un arbitraire «primaire» - le fait linguistique et le devenir du signe chez Saussure.** Cahiers Ferdinand de Saussure 52: 189 – 200, 1999.

WHITNEY, W. D. **A vida da linguagem.** Tradução de Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.